



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 647 - DE 19 DE SETEMBRO A 3 DE OUTUBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Avançam a miséria e a fome

**Insuportável aumento
do custo de vida**

**Insuportável salário mínimo
de R\$ 1.100,00**

Insuportável desemprego

Insuportável subemprego

**Insuportável destruição
de direitos trabalhistas**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos
convoquem um Dia Nacional de Luta, com
paralisações e bloqueios, para defender os
salários, empregos e direitos trabalhistas**



**157 anos da fundação da Associação
Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional**

**Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional**



EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E DIREITOS TRABALHISTAS

Essa é a tarefa do momento

Está claro que a inflação e a alta do custo de vida iniciaram uma escalada. O INPC oficial chegou a 10,42%. O arroz e o feijão subiram, respectivamente, 33% e 18%. O óleo de soja, 68%; as carnes, 31%. O conjunto dos produtos de primeira necessidade, 16%. Em apenas um ano, o gás de cozinha aumentou 29,44%. A alta do preço da gasolina e do diesel é astronômica. Em certas localidades do país, já se pagam R\$ 7,00, o litro de gasolina. A cesta-básica custa R\$ 664,67, e o salário mínimo real deveria ser R\$ 5.583,90, segundo o Dieese. O preço dos remédios, que já era proibitivo para a maioria da população, subiu em média 10%.

No outro lado da moeda da crise social, está a gigantesca taxa de desemprego (14,7%) e subemprego (40%). Da força de trabalho utilizada de 86,7 milhões, 34,7 milhões estão subempregados (informais); 14,8 milhões procuram emprego e não encontram. Uma massa de jovens arca com a maior taxa de desemprego.

O elevado número de trabalhadores subempregados e desempregados é estrutural. O que significa que as forças produtivas não crescem suficientemente para diminuir, sensivelmente, o exército de desempregados.

O desemprego, subemprego, elevado custo de vida e a tendência de redução do valor da força de trabalho ampliam a miséria e fome, que, portanto, também são estruturais.

A potenciação do desemprego, subemprego, miséria e fome demonstra que o capitalismo está em desintegração, em outras palavras, suas forças produtivas, ou se encontram estagnadas, ou quase estagnadas. Essa tendência à estagnação das forças produtivas, por não se tratar de um fenômeno estritamente nacional, refrata a decomposição mundial das forças produtivas do capitalismo da fase imperialista. A burguesia não tem como realizar reformas progressivas, que removam as travas que impedem o avanço das forças produtivas. Essa contradição se manifesta no interior das relações de produção, condicionadas pela grande propriedade dos meios de produção e, portanto, dos monopólios que controlam os principais ramos da economia. Para liberar as forças produtivas, é preciso a solução histórica de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Essa transformação depende da revolução proletária.

A pergunta que se coloca em uma situação tão difícil e dramática para a classe operária e a maioria oprimida é o que fazer, se a possibilidade da revolução social ainda se mostra distante. Não há outra resposta, a não ser preparar as condições para a revolução proletária. Daí decorre a segunda pergunta, como preparar tais condições, se se trata de um processo histórico cujo desenlace é em grande medida indeterminado. O ponto de partida se encontra na defesa de um programa de reivindicações vitais dos explorados, na organização independente do movimento operário e popular em relação a qualquer variante da política burguesa, na expulsão das direções pró-capitalistas que controlam os sindicatos, na constituição de organismos de base de democracia operária, e no desenvolvimento dos métodos da ação direta. Esse ponto de partida está evidentemente vinculado e dirigido pela estratégia própria de poder da classe operária. Uma terceira pergunta se faz necessária, quanto à di-

reção revolucionária que varrerá os obstáculos que impedem a organização independente e consciente do proletariado. Não há outro caminho, a não ser trabalhar sistematicamente no seio dos explorados, construindo o partido da revolução proletária.

Mas, em que situação se encontram a classe operária e a maioria oprimida? Essa é a quarta pergunta. Encontram-se desorganizadas, controladas pelas direções sindicais e políticas pró-capitalistas, portanto, colaboracionistas. A vanguarda com consciência de classe, que luta pela independência do proletariado e pela construção do partido marxista-leninista-trotskista, tem de se guiar pela determinação de derrotar a forças oportunistas e traidoras, como parte da luta de classes contra a burguesia e seu poder político. Certamente, trata-se de uma tarefa que exige uma tática particular de combate à política de colaboração de classes, e de separação das massas exploradas das direções pró-capitalistas, embora seja apenas uma variante da tática revolucionária, voltada a emancipar os explorados do domínio geral da burguesia. É nessa luta diária que a vanguarda com consciência de classe se enraizará no proletariado, progredirá na construção do partido, e contribuirá para a superação da crise histórica de direção mundial.

O programa de reivindicações de defesa da força de trabalho e de combate à pobreza, miséria e fome tem tudo para ser assumido pela classe operária e pelos demais trabalhadores. As direções sindicais e políticas colaboracionistas, pró-capitalistas, podem bloquear, dividir e enfraquecer, por um período, as forças sociais das massas, podem assim adormecer, por um tempo, os instintos de revolta dos explorados, mas não podem suprimi-los ou controlá-los indefinidamente. É nesse terreno que se assenta a luta da vanguarda contra os amortecedores montados pelas direções traidoras. Os instintos de revolta dos oprimidos se transformarão em luta de classe contra o desemprego, subemprego, rebaixamento salarial, miséria e fome.

As direções reformistas, portanto, pró-capitalistas, mostraram até que ponto estiveram dispostas a ir com a política de sujeição à burguesia, neste longo transcurso da Pandemia. Negaram-se a organizar os explorados, que se viram fragmentados e impotentes, diante do fechamento de fábricas, demissões em massa, redução salarial e destruição de direitos. Depois de um ano e três meses, quebraram sua passividade, convocando as manifestações do "Fora Bolsonaro e Impeachment", objetivando as eleições e, assim, a troca de um governo burguês por outro. Enquanto se discute a formação da frente ampla para os atos do dia 2 de outubro e 15 de novembro, as direções dos sindicatos metalúrgicos enterram a campanha salarial. Em vez das centrais, sindicatos e movimentos populares organizarem a luta pelos empregos, salário e direitos, exortam os trabalhadores a confiarem nas eleições para remover Bolsonaro, e prometem a volta dos empregos.

O Partido Operário Revolucionário insiste no chamado à luta em defesa do programa próprio dos explorados. Em defesa da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para preparar a greve geral, e exigir dos governantes e da burguesia que atendam a Carta de Reivindicações dos trabalhadores.

Burocracia se nega a organizar a greve e a unificar a campanha salarial dos metalúrgicos

Os metalúrgicos estão divididos em três campanhas salariais. Uma pelo sindicato Metalúrgico do ABC, outra pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, e uma terceira pelo Sindicato Metalúrgico de São Paulo. Mas, a divisão não resume a relação entre os três sindicatos. Em cada sindicato, os metalúrgicos são divididos por grupos e por fábricas. A fragmentação dos trabalhadores pela política das direções sindicais tem sido um santo remédio para a patronal, que continua “negociando”, a portas fechadas, com os representantes de cada sindicato. Os empresários sabem que a divisão permite acordos rebaixados, porque não estão sobre a pressão da força coletiva dos operários e de seus métodos próprios de luta para impor a pauta de reivindicações.

Depois de um mês do início da campanha salarial, as direções sindicais vêm realizando as fajutas assembleias por fábrica, para apresentar um balanço das “negociações”. Repetem a mesma ladainha de anos anteriores: os patrões estão inflexíveis, querem parcelar o INPC, recusam-se a conceder um aumento real, falam em rebaixar o teto e o piso salariais, e não estão dispostos a renovar a Convenção Coletiva.

A direção do Sindicato do ABC (CUT) realizou as “assembleias” de porta de fábricas, para justificar que está empenhada em conseguir “um bom acordo”, e diz que os operários precisam mostrar disposição de luta, porque, com um INPC alto, de 10,42%, a situação ficou ainda mais difícil. O Sindicato de SJC (CSP-Conlutas) convocou uma assembleia geral, no sábado dia 18, para apresentar e votar as novas propostas que surgiram das negociações, e informar

que existem negociações não concluídas. Nesse caso, alegam também a pressão dos patrões para dividir o INPC em até três vezes, e retirar direitos. E que o sindicato chegou a protocolar aviso de greve em sete setores – autopeças, aeronáutico, forjaria, parafusos, trefilação, eletroeletrônicos e máquinas. De antemão, anuncia aos trabalhadores que, onde não for possível um acordo, a negociação será por fábrica. E o Sindicato de São Paulo (Força Sindical), por sua vez, diz que a data-base é 1º de novembro, mas que já encaminhou a pauta de reivindicações. No entanto, também repetiu a mesma lamentação sobre as dificuldades da campanha salarial.

Há muito, as direções burocráticas vêm enterrando as campanhas salariais, logo no seu início. Neste ano, essa política é ainda mais acintosa. O custo de vida se elevou rapidamente, a reforma trabalhista tem precarizado as condições de trabalho, a quebra de direitos vem avançando, a terceirização ganhou terreno, e os patrões continuam com seus planos de demissão. Esse conjunto de ataques aos metalúrgicos, na realidade, atinge toda a classe operária. De maneira que o enterro da campanha salarial metalúrgica desse ano repercutirá negativamente sobre o movimento geral dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe tem feito campanha nas fábricas, pelas seguintes propostas: 1) convocar as assembleias gerais; 2) aprovar uma pauta de reivindicações; 3) unificar as pautas de reivindicações; 4) preparar a greve em cada região e unificá-la; 5) constituir comitês de base e um comando unificado da campanha salarial.

Retrato de uma campanha salarial subordinada aos interesses do patronato

Chega de divisão em grupos. Convocar assembleia geral!

Aprovar uma pauta única e um plano de luta unificado

O Secretário geral da FEM/CUT (Federação Estadual dos Metalúrgicos), Ângelo Máximo Pinho, o Max, na Tribuna Metalúrgica de 15 de setembro, fez um balanço de como estão as negociações, e falou da importância de manter a unidade entre os metalúrgicos para conquistar um “bom acordo”. O problema é que o próprio Max, que fala da necessária unidade dos trabalhadores, é quem, junto com a direção do sindicato, divide os metalúrgicos em vários grupos na campanha salarial, criando várias mesas de negociações com a patronal. A direção divide a classe operária. Os patrões, por sua vez, estão unidos como classe, para tentar não repor o índice de inflação, retirar os direitos e as cláusulas sócias garantidas na Convenção Coletiva de Trabalho. Max informou que, antes de oficializar o INPC, os patrões já tinham apresentado a proposta de parcelar o índice e que, depois que oficializou o índice em 10,42%, o impasse ficou ainda mais acirrado. Max diz ainda que alguns grupos patronais, além da intransigência para chegar ao INPC, têm falado de rebaixamento do teto salarial e congelamento do piso.

O fato é que Max e a direção do sindicato se limitam a fazer assembleia por fábrica. Assembleias que são somente para informar sobre as negociações, e fazer discursos de burocratas. No dia 16

de setembro, o sindicato realizou assembleia na Toyota. Nas montadoras, a negociação é feita diretamente entre o sindicato e as empresas. O diretor Wellington Messias informou que a empresa está colocando dificuldade para repor a inflação. A proposta apresentada pela Toyota – que era menor que o índice de inflação – foi rejeitada pelos trabalhadores. Dividir os metalúrgicos em vários grupos, e negociar e fechar acordos em separado com as montadoras, já vem ocorrendo há muito tempo. E as consequências são terríveis para os metalúrgicos e para o conjunto dos operários.

Eis aí por que os metalúrgicos devem rechaçar a divisão, e exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para unificar a campanha salarial e a luta para impor, aos patrões, a reposição da inflação, aumento real. Impor aos patrões, que o piso salarial – o salário mínimo dos metalúrgicos do ABC – seja suficiente para manter as necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor do salário mínimo deve ser de R\$ 5.330,69. Sabemos que esse valor é ainda insuficiente, mas o valor do piso salarial deve ser calculado, definido e aprovado pelos próprios trabalhadores, nas assembleias.

A resistência operária aos ataques da burguesia existe O que falta é uma direção classista

Dados do primeiro semestre de 2021 apontam 366 greves, incluindo trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos. 69% foram de trabalhadores da esfera privada, sendo que: 1) a maioria das greves foi encerrada no mesmo dia; 2) 1/3 (36%) foi de “greves de advertência”; 3) as greves com mais de 2 mil trabalhadores abarcaram apenas 1,5% do total; 4) 70% das paralisações ocorreram em empresas com até 200 trabalhadores; 5) reivindicações referentes aos salários, décimo terceiro e férias atrasadas foram as mais comuns; 6) no início do ano, as reivindicações relacionadas à Pandemia (adoção de medidas de segurança sanitária) foram perdendo força, e substituídas pela vacinação; 7) quase metade das greves (46%) concluiu com a intervenção do poder judiciário.

No caso do funcionalismo público, ocorreram 80 greves, envolvendo estados, municípios e união. Sendo que os servidores municipais realizaram quase dois terços (65%) das paralisações. As reivindicações tiveram um caráter econômico, ou seja, manutenção das condições vigentes (reajuste salarial, pagamento do piso, contra os ataques dos governantes (reforma da Previdência, administrativa, etc.). As reivindicações relacionadas às condições sanitárias foram frequentes, e ocuparam metade da pauta de reivindicações (51%). Nota-se que, diante da recusa de retornar ao trabalho, sem as condições sanitárias e vacinação dos servidores, em particular os professores, surgiu uma nova modalidade de protesto, “greve sanitária”, que atingiu vários estados e municí-

pios. No que se refere às empresas estatais, cabe destacar a greve de um mês na Refinaria Landulfo Alves, Bahia, contra a venda da unidade para o fundo Mubadala Capital, e a exigência da manutenção dos postos de trabalho.

Esses dados do Dieese mostram a importância da resistência da luta operária nas pequenas e médias empresas. O patronato descarregou os reflexos econômicos da Pandemia sobre os trabalhadores desse setor, onde os salários são baixíssimos e a exploração é violenta. No caso do funcionalismo, as greves responderam às medidas de arrocho salarial e quebra de direitos. A maior greve foi na Refinaria Landulfo Alves, em processo de privatização. Nota-se que boa parte das greves foi de pequena duração, e intermediadas pela Justiça do Trabalho. Essa movimentação, porém, expressou e expressa as tendências mais gerais e profundas de resistência do proletariado ao capitalismo em desintegração.

O problema está em que as direções sindicais e políticas as mantiveram fragmentadas e bloquearam as manifestações gerais da classe operária. A queda do número de greves, no último período, se deve à política de conciliação de classes dessas direções, e não à ausência de motivos para se pôr em pé um movimento nacional de grande envergadura. A vanguarda com consciência de classe tem de se lançar vigorosamente em defesa de um programa unificado, que responda as necessidades de conjunto da classe operária e dos demais trabalhadores.

Rio Grande do Sul / Não à privatização da Carris

Em junho, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), encaminhou o projeto de desestatização da Carris (Empresa pública de transporte coletivo). Desde então, os rodoviários não pararam de se manifestar, contra a entrega da empresa. No dia 23 de agosto, por unanimidade, foi deflagrada uma greve por tempo indeterminado, que, no mesmo dia, foi cancelada por uma decisão arbitrária da direção do sindicato, após uma reunião com o prefeito, que determinou o adiamento da votação na Câmara.

A direção do sindicato, vinculada à CTB, teve apoio da CSP-Conlutas, na defesa do fim da greve, a ser supostamente retomada, quando a votação voltasse a ser pautada. As centrais e as correntes políticas, que se dizem aliadas dos rodoviários e opositoras do governo, fizeram de tudo para que a luta dos rodoviários permanecesse no campo da pressão parlamentar, das lamúrias e das orações. O resultado disso foi a aprovação, na Câmara de Vereadores, no primeiro dia de setembro, do projeto que extingue gradualmente a função de cobrador, e joga na rua cerca de três mil trabalhadores. No dia seguinte, uma nova paralisação dos rodoviários começou, com adesão de 35% da categoria, e se estendeu até o dia fatídico da votação na Câmara.

No dia 6, um dia antes dos atos pelo “Fora Bolsonaro”, se podia ver um movimento já derrotado, sem forças. A direção do sindicato foi bastante rechaçada por alguns rodoviários, que a acusaram de não estar travando uma luta real contra a privatização, desviando as iniciativas de mobilização para o eleitoralismo. A paralisação, além da pouca adesão, não recebeu apoio de outros setores sociais. Quem passava em frente da garagem, nesse dia, quando não ignorava a manifestação dos rodoviários, observava desesperançoso, sem perspectiva de que saíssem vitoriosos.

As falas dos representantes das correntes foram na mesma onda da autopromoção eleitoreira, sem nenhuma crítica à atuação

do sindicato, que trabalhou para impedir a luta, em uma demonstração de colaboração com o governo. Um rodoviário denunciou a pouca adesão como fruto da atuação traiçoeira do sindicato, ressaltando que, se estavam paralisando neste dia, era sem o apoio do aparato. No fim, a paralisação e a concentração para a marcha, em geral, foram fracas, sem a participação da própria categoria. Ficou claro que a direção do sindicato não quis organizar a luta contra mais uma, entre as privatizações predatórias promovidas pelos governos de Melo, Leite e Bolsonaro.

Assim, no dia 8 de setembro, foi confirmada a desestatização da Carris, companhia de transporte público de Porto Alegre, enquanto a Trensurb também vem sofrendo esta ameaça. Em junho, o estado do Rio Grande do Sul viu a CEEE-T (Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica) ser vendida por cem mil reais, em um leilão, e nós perderemos, em breve, também a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), que, apesar da votação adiada, continua na mira do governo estadual. Em âmbito nacional, os capitalistas conseguiram abocanhar a Eletrobrás, e o destino dos Correios não parece ser diferente.

Para reverter esta situação e impedir as que se avizinham, é necessário que as centrais abandonem a demagogia e a bandeira de “Fora Bolsonaro”. Que se coloquem por organizar a luta conjunta de todos os trabalhadores afetados pelas privatizações, em unidade com a classe operária e demais explorados, através das assembleias presenciais e comitês de luta, para aprovar uma Carta de Reivindicações, e que seja convocado um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para impô-la aos governantes. Não à venda da Carris! Não à privatização da Trensurb! Não à privatização da Corsan! Não à privatização dos Correios! Pela reestatização imediata das empresas que foram entregues, sob controle operário!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Por um 7 de setembro classista e de luta

Que as centrais, sindicatos e movimentos assumam uma

Carta de Reivindicações da classe operária e da maioria oprimida!

Fora Bolsonaro e bolsonaristas da Avenida Paulista!

Este 7 de setembro é diferente dos anteriores, que foram marcados por pequenas manifestações do tradicional “Dia dos Excluídos”. Bolsonaro e bolsonaristas fazem uma demonstração de força na Avenida Paulista. Doria cedeu-lhes o espaço, em detrimento da quinta manifestação da “Campanha Nacional do Fora Bolsonaro”. Assim, aqui, no Vale do Anhangabaú, reúnem-se os explorados e a juventude oprimida. No alto espigão da Paulista, os bolsonaristas clamam pela continuidade da ultradireita no poder. No baixo Vale do Anhangabaú, os reformistas de oposição gritam pelo fim do “governo negacionista, genocida e golpista”.

Essa polarização no campo da política burguesa expressa a profundidade da crise de governabilidade e a acirrada disputa, voltada para as eleições de outubro de 2022. Bolsonaro se acha assentado sobre uma cisão federativa, agravada pelas violentas consequências da Pandemia, encurralado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), incapacitado para reverter o quadro de desintegração econômica do país, e assombrado pelo avanço da miséria e fome da população. Em particular, no Congresso Nacional, tem obtido apoio ostensivo, inclusive de partidos da oposição, no que se refere às medidas de interesse do grande capital e do imperialismo. A CPI da Covid e os processos em andamento no STF, no entanto, apertaram o cerco em torno à liberdade de manipulação de Bolsonaro, seus generais e bolsonaristas. Os constantes conflitos entre o Executivo e o Judiciário transbordaram na forma de crise institucional.

Na base do estremecimento da idealizada “harmonia entre os poderes da República”, encontra-se a divisão interburguesa, que se potencializou com a Pandemia, a queda econômica, a retomada da inflação, a persistência do alto índice de desemprego, o inchamento do exército de subempregados, e a ruptura dos marcos traçados pelo “Mapa da Fome”. Uma poderosa fração do grande capital chegou à conclusão de que não mais pode manter apoio a Bolsonaro. É o que indicam os manifestos de associações e grupos empresariais, pedindo a “pacificação”. A recente reunião do “Fórum dos Governadores”, que atualmente está composto por maioria opositora, serviu de caixa de ressonância à apreensão da fração capitalista que não vê perspectiva de arrefecimento da crise política, enquanto Bolsonaro estiver na presidência. Os governadores clamaram pela “pacificação”, para garantir as eleições sem sobressaltos golpistas.

A derrota do voto impresso no Congresso Nacional avivou os ânimos da ultradireita, que pressente a perda do poder alcançado com o golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff, abriu as comportas para a volta dos generais ao centro da governabilidade, e aplainou o caminho para a reação fascizante. A destituição do governo petista de colaboração de classes não trouxe a estabilidade política, mas permitiu

a Temer e Bolsonaro imporem as contrarreformas almejadas pelo grande capital, em especial pelos credores da dívida pública. É nesse processo que a casta de militares e policiais se beneficiou, com a reforma da Previdência. O fracasso da tentativa de Bolsonaro e seus generais, de passarem a controlar diretamente as polícias militares, não impediu que usasse sua ascendência política para colocá-las a seu serviço.

O amparo de capitalistas ao bolsonarismo imprime na alta classe média uma tendência reacionária em toda a linha. Neste momento, na Av. Paulista, confluem essas forças sociais burguesas e pequeno-burguesas, para assegurar a permanência do governo ultradireitista, que se revelou impotente diante da crise econômica e da divisão interburguesa.

É na oficialidade que o bolsonarismo penetrou fundo, o que lhe garante apoio. Não só penetrou fundo com a distribuição de benesses e privilégios do cargo de comando das forças repressivas, mas também com pressupostos ideológicos obscurantistas e fascizantes, diante da miséria, das discriminações e da criminalidade. Tais pressupostos não são criações de Bolsonaro, mas sim de frações capitalistas e de camadas ricas da classe média, que, nas condições de decomposição econômica do capitalismo, são empurradas a defender seus interesses pela via do fascismo. É o que explica o alinhamento de Bolsonaro com o governo norte-americano de Trump. O trumpismo ainda escora o bolsonarismo. A matriz ideológica dos evangélicos pentecostais se encontra nos Estados Unidos. As igrejas evangélicas se valeram de Bolsonaro para aumentar sua influência no Estado, deslocando as influências históricas da Igreja católica. O crescimento e o fortalecimento do aparato pentecostal impulsionaram o obscurantismo a tal ponto, que marcou a diretriz do governo Bolsonaro diante da Pandemia. O que foi qualificada de “negacionista” da ciência, por setores da própria burguesia e da intelectualidade pequeno-burguesa.

Esse fenômeno político somente se impôs, devido ao amparo de ruralistas, extrativistas, comerciantes, empresários do transporte, grupos industriais e financeiros. O amparo de capitalistas ao bolsonarismo imprime na alta classe média uma tendência reacionária em toda a linha. Neste momento, na Av. Paulista, confluem essas forças sociais burguesas e pequeno-burguesas, para assegurar a permanência do governo ultradireitista, que se revelou impotente diante da crise econômica e da divisão interburguesa.

No fundo da decomposição do governo bolsonarista, se encontra a luta de classes, cuja principal manifestação se expressa na mobilização das camadas mais pobres da pequena-burguesia urbana, sobretudo das massas jovens, que encarnaram as manifestações, desde 29 de maio. O proletariado continua à margem. Tem sido contido duramente, desde que surgiu a Pandemia. Suas poucas greves (Renault, Ford e LG) ficaram isoladas. Para agravar a passividade, as centrais se curvaram, diante da MP 936, e inúmeros acordos de redução salarial foram realizados pelas direções sindicais, que se valeram das fraudulentas assembleias virtuais.

Cresce, no entanto, entre a maioria explorada, a rejeição ao governo ultradireitista, antinacional e antipopular. É o que tem permitido às forças políticas do reformismo dirigirem as manifestações, sob a estratégia burguesa oposicionista do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, aplainando o caminho para as eleições.

Bolsonaro tem clareza de que seu isolamento crescente das massas é o fator determinante de sua derrocada. O lugar das igrejas pentecostais é de grande importância para arregimentar as camadas pobres e miseráveis da população – completamente destituídas de consciência de classe –, para realizar uma grande demonstração da ultradireita. Ao seu lado, perfilam e agem oficiais da polícia militar, caminhoneiros, empresários e organizações ultradireitistas da classe média alta. A ultradireita, bem entendido, é tão somente uma variante social e política da burguesia e da pequena-burguesia. Serve, em última instância, aos interesses do capital financeiro, monopolista e latifundiário.

É no terreno da luta de classes, portanto, que os trabalhadores enfrentam as tendências fascizantes da burguesia, e o governo obscurantista de Bolsonaro. Não será com a bandeira genérica e abstrata de defesa da democracia burguesa que os explorados quebrarão a espinha dorsal do bolsonarismo. Não será com a demagogia eleitoral de substituição de um governo burguês ultradireitista por outro, que pode ser direitista-liberal ou reformista (de colaboração de classes), que os explorados terão, no futuro, suas necessidades atendidas.

Sempre e em todas as circunstâncias, está colocada objetivamente a estratégia proletária de luta por um poder próprio, por um governo da maioria oprimida, um governo operário e camponês, que não virá das eleições e não se constituirá nas entranhas da democracia burguesa-oligárquica, mas sim da revolução social. É sob essa estratégia que a classe operária pode dirigir a maioria oprimida, em defesa de suas condições

de existência, e combater o governo escravizador do povo. Bolsonaro é apenas um desses governantes, logo dará lugar a outro.

A luta desde já é para que os explorados não se subordinem a nenhuma variante da política burguesa. Que concretamente não se submetam à estratégia do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, que marginaliza o programa de reivindicações das massas, e que promete soluções para o futuro, com um novo governo. A manifestação anti-Bolsonaro do Vale do Anhangabaú deve gritar: arranquemos agora, de Bolsonaro e da burguesia, nossas reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas! Não nos iludiremos, à espera de um novo governo, exigimos o fim das demissões, a revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, a retirada da contrarreforma administrativa. Exigimos a volta dos empregos, redução da jornada sem redução salarial, e estabilidade no emprego. Exigimos o fim das privatizações, e reestatização sob o controle operário. Exigimos a garantia dos direitos indígenas, pela retirada imediata do “marco temporal”. Exigimos um aumento geral dos salários, e escala móvel de reajuste para enfrentar a alta do custo de vida! Exigimos um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora. Exigimos a estatização sem indenização dos monopólios e empresas de saúde, que obstaculizam, retardam a imunização, e que promovem a guerra comercial em torno às vacinas. Exigimos um auxílio emergencial vital às famílias pobres e miseráveis atingidas pela Pandemia, pelas demissões e pelo agravamento do subemprego.

Esse programa operário e popular deve compor uma Carta de Reivindicações, a ser dirigida aos governantes e à burguesia. Que a nossa manifestação do Anhangabaú se diferencie e se oponha à dos bolsonaristas, com o programa de combate à pobreza, miséria e fome. Que os manifestantes exijam que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa da Carta de Reivindicações. Que se dê esse passo, no sentido da preparação da greve geral!

Viva a luta dos trabalhadores e da juventude oprimida no Vale do Anhangabaú!

Fora Bolsonaro e bolsonaristas, opressores do povo, da Avenida Paulista!

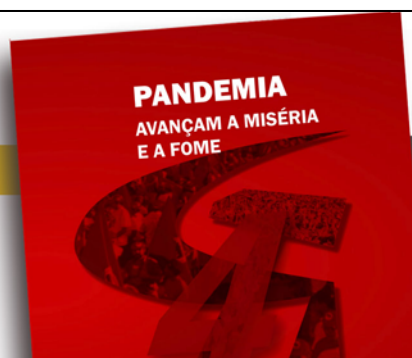
Pelo direito irrestrito de manifestação e de greve!

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

São Paulo**Ato da Praça da Sé****POR defendeu que se realizasse um ato unitário, massivo, classista e combativo**

Existiam três atos convocados para o 7 de Setembro, na capital paulista: o dos bolsonaristas, na Av. Paulista; o da Campanha Fora Bolsonaro, puxado pelas principais direções reformistas, centristas e estalinistas; e o tradicional Grito dos Excluídos, na Praça da Sé, sob a direção dos movimentos ligados à Igreja e outras organizações políticas, entre elas a Unidos Pra Lutar/PSOL, PCB e PSTU. O POR participou dos dois convocados pela esquerda, na Sé, pela manhã, e no Anhangabaú, à tarde.

A linha geral de intervenção do POR, nas duas manifestações, foi a de defesa da ruptura do imobilismo das direções, propondo concretamente 1) que se aprovasse uma Carta de Reivindicações, que contemplasse as necessidades mais elementares das massas, particularmente a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; 2) que fosse convocado um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e protestos de rua massivos; e 3) que essa mobilização fosse preparada desde as bases, com a convocação das assembleias presenciais e constituição dos comitês de luta.

O POR fez o pronunciamento apenas no ato da Sé. No Anhangabaú, foi impedido de falar no carro de som.

Havia dois problemas a serem resolvidos: 1) a demonstração de força realizada pelos bolsonaristas exigia uma resposta massiva, classista e combativa por parte das esquerdas, o que, por sua vez, tornava a divisão em atos isolados nociva ao movimento. Era necessário, portanto, rejeitar a proposta, apresentada pela direção do ato, de caminhar até o Largo São Francisco; era preciso que se configurasse a unificação das manifestações, através da realização de uma marcha da Sé ao Anhangabaú. Era possível preservar a tradição do Grito dos Excluídos, unificar com a manifestação do Anhangabaú. A marcha permitiria colocar em primeiro plano as reivindicações concretas, por meio das palavras de ordem; 2) tinha a ver com o conteúdo das manifestações e, especificamente, voltadas às saídas institucionais – impeachment e eleições de 2022. Esse curso só se modificaria com a presença da classe operária organizada, e com suas reivindicações vitais.

Vale do Anhangabaú**Discursos demagógicos, ressaltando a fome de milhões, serviram à defesa da estratégia burguesa da democracia e eleições**

Após o ato do “Grito dos Excluídos”, ocorreu a manifestação convocada pela Campanha Fora Bolsonaro, no Anhangabaú. Diferente dos atos de 29 de maio, 19 de junho, 3 e 24 de julho, que foram massivos e tomaram a Av. Paulista, a manifestação de 7 de setembro foi menor, não houve marcha, contou com um aparato assistencialista (distribuição de alimentos), e manteve o conteúdo eleitoral das anteriores.

O período de preparação para o ato foi marcado pelas disputas sobre o local, principalmente pelo fato de o governador João Do-



Nesse sentido, a intervenção do POR visava, em suma, a combater o fortalecimento das tendências ditatoriais e fascistas da burguesia, representadas pela demonstração de força na Av. Paulista, e, ao mesmo tempo, visava a combater o divisionismo, o eleitoralismo e a política de conciliação de classes, presentes nos atos da esquerda. Para isso, era fundamental se colocar no campo da independência de classe, aprovar uma Carta de Reivindicações, e firmar o método próprio dos explorados, que é a ação direta.

Logo após as falas no pequeno aparelho de som, iniciou-se a marcha até o Largo São Francisco. As pastorais, pelo país, anunciaram que pretendiam fazer marchas silenciosas, como que de luto pelas mortes pela Pandemia. Mas, em São Paulo, a Frente Classista e Combativa puxou, durante a marcha, palavras de ordem que contaminaram as bases da Pastoral e da Conlutas, presentes na manifestação. O PCB se negou a participar da marcha. Houve um momento em que o carro com o som cedeu a palavra ao porista que puxava as palavras de ordem na caixa portátil, e houve grande unidade na defesa das reivindicações, métodos de luta e combate à burguesia e seus governos.

ria ter autorizado o uso da Av. Paulista aos bolsonaristas, além de ter proibido qualquer manifestação oposicionista em todo o estado – proibição que acabou derrubada por meio de um recurso judicial. A coordenação da Campanha Fora Bolsonaro acabou decidindo pelo Vale do Anhangabaú. A realização do ato da ultradireita na Paulista serviu de justificativa para uma campanha de terror, que recaiu particularmente sobre a classe média. Esses elementos contribuíram para que as direções impusessem uma manifestação mais controlada. Vale lembrar a orientação dada, para que não fossem



realizadas marchas, nem concentrações, fora do Anhangabaú.

Concretamente, o ato se constituiu como uma manifestação passiva, com vários “blocos” internos, formados pelas correntes políticas, que fizeram seus próprios atos, com batucadas e um clima festivo. Vale lembrar o aparato do PCO, que usou uma escola de samba para sambar o tempo todo na manifestação, dando um caráter despolitizador e distracionista. No carro de som principal, prevaleceram as falas demagógicas contra o desemprego, fome e miséria, que desembocavam na defesa da “democracia” e nas eleições de um novo governo. Cabe aqui destacar o conteúdo central da intervenção do presidente da CUT, depois de lamentar a miséria do povo: “Essa mobilização é histórica, porque é em defesa da

democracia, que para nós é fundamental, porque só na democracia a classe trabalhadora avança nos direitos e conquistas”. A ameaça golpista de Bolsonaro rendeu várias colocações no sentido da necessidade de se lutar contra o “fascismo”, aspecto que só serviu para dar uma tintura mais vermelha para a bandeira da unidade dos setores da oposição. Como se vê, as contradições da frente formada pelas organizações reformistas, estalinistas e centristas se têm acirrado, refletindo a agudização da crise política, marcada pela profunda disputa interburguesa. As reivindicações mais sentidas das massas compareceram apenas como demagogia, na boca das direções do movimento. Isso, porque, para serem consequentes, os sindicatos, centrais e movimentos deveriam ter convocado as assembleias presenciais, organizando a resistência coletiva – o que de fato não fizeram.

Como o POR foi impedido de falar no carro de som, não pôde apresentar a sua defesa de que fosse aprovada uma Carta de Reivindicações, que contemplasse a luta pelo emprego, salários e direitos trabalhistas. Defender, assim, um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação, como um passo concreto no sentido de preparar uma greve geral. No entanto, esse conteúdo esteve presente em seu panfleto, nas palavras de ordem, na marcha que saiu da prefeitura até o Anhangabaú, e na concentração dos poristas no interior da manifestação.

Amazonas / Manaus

Manifestação do “Fora Bolsonaro” ofuscada pela ação dos bolsonaristas

O ato de Manaus foi menor que em manifestações anteriores. Ainda que a “Campanha Nacional Fora Bolsonaro” tenha juntado forças com a Igreja católica para convocar o “Grito dos Excluídos”, as manifestações foram ofuscadas pela ação dos bolsonaristas em toda a cidade. O aspecto positivo do ato foi o fortalecimento das reivindicações que aparecem mais que em outros momentos, a exemplo da luta contra o “Marco Temporal”, a denúncia da carestia de vida, da inflação e do desemprego. A manifestação ocorrida no centro da cidade foi, no entanto, bastante esvaziada, com um pouco mais de uma centena de manifestantes.

Havia um medo de que houvesse algum tipo de confronto com os atos pró-governo e isso, sem dúvida, diminuiu o empenho das organizações em convocar mesmo os setores que já estavam participando (a Educação, por exemplo). A militância das correntes e partidos (PCdoB, PSTU, PT) também foi reduzida. A juventude ainda é pequena e ligada à militância organizada.

As manifestações pró-governo ocorreram em três pontos da cidade. Teve o apoio de igrejas evangélicas neopentecostais, que reuniram

milhares de participantes. Alguns milhares estiveram em caminhada no centro, e em ato no Centro Cultural dos Povos da Amazônia. Como em outros lugares do país, as mesmas bandeiras foram levantadas: fechamento do STF e apoio irrestrito a Bolsonaro.

Humaitá

Como em outros atos, a manifestação aconteceu na Praça Matriz da cidade. Ato pequeno, de vanguarda, com estudantes e professores da UFAM, sobretudo, que ocorreu mesmo com a ação de igrejas evangélicas e setores da pequena burguesia, que organizaram uma carreata pró-governo no mesmo horário. Foram entregues os boletins do POR e o ato manteve-se bastante coeso, mesmo com as provocações de bolsonaristas, que queriam associar a manifestação ao PT e aos governos petistas. A manifestação foi marcada pela defesa das reivindicações ligadas ao emprego, ao salário e aos direitos, e de denúncia contra os ataques do governo e dos capitalistas, a exemplo da votação do “Marco Temporal”, ou do fechamento de fábricas em todo o país.

Rondônia

ROMPER COM A PASSIVIDADE DAS DIREÇÕES SINDICAIS E POPULARES

O “Grito dos Excluídos” em Porto Velho aconteceu como já esperado. Contou com a direção da igreja católica, membros das suas pastorais, estudantes da Unir e Ifro, dirigentes das centrais e sindicatos, Frente Brasil Popular, representantes do ANDES, UJC, MAB, Levante Popular da Juventude e o POR. Tratou-se de um ato que se limitou às direções dos movimentos sindical e popular. Mais uma vez, não houve esforço

por parte dos organizadores de convocarem os explorados. Insistem em apenas divulgar as manifestações por meio das redes sociais, como é o caso do Sintero. Isso por que rejeitam a convocação de assembleias presenciais e plenárias de base, para aprovar um programa de reivindicações capaz de unificar nas ruas a maioria oprimida.

O POR interveio no “Grito dos Excluídos”, distribuindo manifesto, e fez

um pronunciamento defendendo a Carta de Reivindicações dos explorados, que tem como centro a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Criticou a política das direções que alimenta ilusões na substituição do governo burguês por outro governo burguês. E defendeu que as direções sindicais e políticas convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios em todo o país.

Ceará / Pôr em prática a independência política e organizativa dos explorados

O “Grito dos Excluídos” ocorreu em pelo menos 7 cidades do estado, sendo os mais importantes em Fortaleza e no Crato. Na capital, a atividade foi convocada pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, além do Fórum pelos direitos e liberdades democráticas. A concentração ocorreu na Praça da Cruz Grande, e seguiu em passeata, até o ginásio da Parangaba.

A manifestação teve pouco mais de 2 mil pessoas, e se mostrou bem aquém das realizadas anteriormente. As centrais sindicais CUT/CTB/Intersindical e entidades estudantis UNE/UBES não mobilizaram suas bases, e decidiram realizar um ato de caráter mais simbólico; o mesmo foi feito pelas pastorais organizadoras, que pretendiam realizar apenas um evento online, tal como em 2020, mudando de posição apenas na última hora. Parte das correntes psolistas avaliavam também, até a véspera, se iriam ou não comparecer, levando algumas a não ir ao ato, sob pretexto de não incitar uma reação dos bolsonaristas. Ao contrário, os bolsonaristas realizaram um massivo ato na Praça Portugal, com grande estrutura de som, bandeiras e carreatas. As correntes que mais alertavam sobre a possibilidade de um golpe de Estado, no 7 de setembro, foram as que menos mobilizaram os explorados, o que revelou não apenas sua inconsequência no combate às ameaças da ultradireita, como igualmente sua incapacidade de enfrentar os inimigos de classe com os métodos da ação direta.

O esvaziamento do ato mostrou, contudo, que as direções do movimento operário, popular e estudantil mantêm atrelados os

movimentos ao calendário das disputas no Congresso, assim como às eleições de 2022. Mais uma vez, o ato do “Fora Bolsonaro e Impeachment” não contou com a presença da classe operária, nem levantou as reivindicações de defesa da vida das massas.

O Bloco Classista e Combativo, integrado pelo POR, mobilizou os trabalhadores no terminal da Parangaba, com caixa de som e panfletos. Interveio no ato com falas explicativas e palavras de ordem. O fato de a burocracia ter apostado num ato simbólico, e mobilizado apenas um carro de som, permitiu aos militantes do Bloco uma intervenção mais centralizada, e sob as bandeiras que unificam os explorados.

A Corrente Proletária/POR, que atuou em conjunto com o Bloco, interveio com seu manifesto, bandeiras, jornal e falas no carro de som, defendendo que é preciso responder ao grave problema do desemprego, inflação, arrocho salarial e destruição de direitos, com um programa próprio de reivindicações dos explorados, a não subordinação dos movimentos ao Congresso/eleições, assim como o combate às contrarreformas e privatizações, com um Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações.

A disposição de luta das massas não se esgotou, mas está cada vez mais contida, e em parte desviada para as disputas interburguesas. É preciso intervir no seio dos trabalhadores e da juventude pobre, com a política proletária, de independência de classe, caminho que passa pelo fortalecimento do Bloco Classista, e principalmente pelo fortalecimento do Partido Operário Revolucionário.

Rio Grande do Norte Romper com a estratégia distracionista dos atos

O ato ocorreu com concentração na Praça das Flores (Petrópolis), um bairro de classe média alta. Houve pouca adesão, seguindo a tendência de diminuição dos atos desde 24 de julho. Estiveram presentes setores do funcionalismo, juventude e movimentos por moradia. Após a concentração, houve uma caminhada até a Praia do Meio, percorrendo a orla. O trajeto do ato acentuou o seu caráter distracionista.

A pouca mobilização do ato evidencia tão somente a responsabilidade da direção, uma vez que se tratava de demonstrar força diante dos atos bolsonaristas, que ocorriam no mesmo dia, em alguns pontos da cidade. A estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” tem sido incapaz de expressar as tendências de luta nas massas, uma vez que busca canalizar para uma saída no campo da institucionalidade burguesa.

O POR atuou com o Manifesto, bandeiras e pronunciamento. Defendeu que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias presenciais, para aprovar uma Carta de Reivindicações para, por meio das mobilizações, impor aos governantes e aos capitalistas. E enfatizou a necessidade de convocar um Dia Nacional de Luta, sob as bandeiras que unificam os empregados e desempregados, com paralisações e bloqueios.

Rio de Janeiro / Organizadores da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro” não se empenharam em convocar os explorados

O “Grito dos Excluídos” foi bem diferente do que costuma ser. Isso porque aconteceu em conjunto ao ato da Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro, e contou com aproximadamente 10 mil pessoas. Novamente, a tônica do ato estava na saída burguesa do impeachment, onde as reivindicações mais sentidas dos explorados apareciam apenas como penduricalhos.

Assim como identificamos em outros estados, o ato teve baixa adesão, em comparação aos atos anteriores. Isso se deveu ao fato de que as direções do movimento não convocaram sequer suas bases. Manteve assim, como elemento principal, a ausência do proletariado organizado com suas bandeiras próprias, sua plataforma de reivindicações e seus métodos. Um exemplo do papel que cumpriram as direções está no SEPE, que realizou uma assembleia virtual no sábado (4), que não objetivava organizar a categoria para participar da manifestação.

A intervenção do POR contou com a divulgação dos materiais partidários e aproximação de simpatizantes.

Em contraposição, o ato bolsonarista, em Copacabana, teve adesão significativa, ainda mais se levarmos em consideração que muitos vieram dos subúrbios de metrô e trem, arregimentados pelas igrejas. Os meios de comunicação de massa, patrocinados por setores capitalistas, também colaboraram com a grande adesão. A polícia e milícias participaram do ato, mas não como se esperava, ostentando armamento. Inclusive um dos chefes da milícia e ex-assessor do Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, se fez presente. O conteúdo político desta manifestação manteve o tom golpista de fechamento do STF, intervenção militar, etc. É importante destacarmos que, apesar dos discursos nesse sentido, não estão colocadas as tendências objetivas para que essa aventura golpista se concretize. A carta de Temer-Bolsonaro do dia seguinte mostrou isso mais claramente.

Rio Grande do Sul

Superar as manifestações distracionistas, organizando a classe operária

Após o ato ecumênico, se iniciou a manifestação contra o Bolsonaro, com cerca de 2 mil pessoas, bem mais fraco que os anteriores. Nenhuma das falas foi de fato ouvida, pois, o caminhão de som estava afastado do espaço onde os manifestantes se organizaram para sair em marcha. Contou com a militância de várias correntes de esquerda e suas lideranças. O ato caminhou por algumas quadras, até o Largo Zumbi dos Palmares, onde os organizadores fizeram algumas falas, ocorreu uma manifestação dos indígenas, e terminou com uma demonstração “musical” de organizações estudantis e suas baterias. Esse fechamento só coroou mais uma manifestação festiva, eleitoreira, longe de se constituir num passo para a organização da luta pelas necessidades mais sentidas pelas massas.

Como temos denunciado, trata-se de uma estratégia reformista de promover manifestações festivas e eleitoreiras. Opostas às reais necessidades dos explorados, que vivem o desemprego, su-

bemprego, a retirada de direitos trabalhistas, a elevação do custo de vida e os serviços públicos sucateados e entregues à iniciativa privada. No momento em que o país se aproxima das 600 mil mortes pelo coronavírus.

É preciso urgentemente organizar em todos os locais as assembleias presenciais e os comitês de base, para que se aprove uma Carta de Reivindicações, para impor aos governantes e aos capitalistas nossas reivindicações, através dos nossos próprios métodos de luta – greves, manifestações, bloqueios. Enquanto as centrais, as correntes que dizem estar ao lado dos trabalhadores, os movimentos sociais, estiverem todos sob a bandeira de “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, nos fazendo esperar por eleições, vamos ser derrotados em todos os sentidos. Apenas a luta no terreno da independência de classe é capaz de defender nossos interesses.

A construção do Partido Operário Revolucionário no estado é fundamental para cumprir essa tarefa.

Pernambuco / Recife

Organizar a classe operária, esta é a principal tarefa



O “Grito dos Excluídos” ocupou as avenidas entre o Derby e a praça do Carmo. Estiveram presentes povos originários, movimentos de sem-terra, sem teto, de mulheres, negros, LGBT, estudantis, sindicatos, centrais, partidos de esquerda e religiosos. A CUT estimou em 50 mil manifestantes. Foi um rechaço ao governo Bolsonaro, com destaque para as denúncias de corrupção e as ameaças golpistas. A classe operária permaneceu ausente. A linha geral continua sob a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”.

No ato do Grito dos Excluídos, a intervenção do POR se centrou na defesa das reivindicações das massas: empregos, salários e direitos. Defendeu que a

manifestação aprovasse uma Carta de Reivindicações, a ser dirigida aos governantes e à burguesia. Chamou os explorados a empunharem um programa de combate à pobreza, miséria e fome; contra as contrarreformas e privatizações, e o odioso “Marco Temporal”. Exigiu que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa da Carta de Reivindicações, e que preparem desde já uma poderosa greve geral.

No mesmo dia, bolsonaristas se juntaram em Boa Viagem. O protesto ultradireitista agregou milhares de pessoas, que fizeram coro à defesa do voto impresso, intervenção militar e afrontas ao STF.

Paraíba / Patos

Chega de atos de faz de conta! Mobilizar os explorados em torno às suas reivindicações

O 7 de Setembro contou com atos, tanto da esquerda, quanto da direita. O ato da esquerda se restringiu aos mesmos participantes: o núcleo de apoio do vereador petista local, Correios, Sindicatos, MST e algumas falas da população pobre. Reuniu aproximadamente 50 pessoas debaixo de uma tenda, instalada numa das praças do centro da cidade.

Não saiu do lugar! Era manhã de um feriado, e praticamente ninguém passava pelo local. Após as falas das representações e algumas performances, o ato foi encerrado. Ocorreram discursos contra a alta do custo de vida, o desemprego, a fome e a reforma administrativa. Mas, nada foi encaminhado de concreto. Foram palavras ao vento.

O fundamental está em romper com esses atos passivos, que não saem do lugar. Para isso, é preciso que as direções sindicais e populares convoquem verdadeiramente os trabalhadores e demais explorados para ganharem as ruas, empunhando suas reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas.

DÉCIMA SEXTA CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Aos trabalhadores e à juventude oprimida**7 de Setembro****Manifestações pró e contra o governo Bolsonaro***Somente a classe operária pode encarnar uma saída revolucionária à profunda crise política*

9 de setembro de 2021

Bolsonaro e bolsonaristas realizaram massivas manifestações, como haviam prometido. Não se trata de minimizar a importância, mas de compreender a sua real dimensão social e política. O resultado demonstrou que o presidente da República e sua camarilha militar estão na defensiva. Nesta avaliação, reside o fundamental dos acontecimentos de 7 de setembro e da articulação precedente dos bolsonaristas.

Distintamente, as manifestações da Campanha nacional Fora Bolsonaro se mostraram aquém de sua capacidade de mobilização. Eis por que não estiveram à altura de se contrapor às gigantescas manifestações da ultradireita em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Para agravar a pequena participação dos explorados e da juventude, os atos se limitaram a discursos demagógicos e eleitoreiros, bem como às festividades de batuques. Inevitavelmente, essa comparação esteve diante dos olhos da população, em particular, da classe operária.

A debilidade numérica da manifestação do Anhangabaú consistiu em um retrocesso, se comparada com qualquer um dos quatro atos anteriores. E a debilidade política se refletiu na ausência de uma marcha, que caracterizou o movimento, desde a quebra da passividade em 29 de maio. Embora se notem diferenças entre os atos nos estados, o que se passou em São Paulo serviu de epicentro dos choques políticos, tanto para o governo como para a oposição. A decisão de não se realizar a marcha em São Paulo se deu sob a pressão do governador Doria, e da Polícia Militar.

As direções sindicais e políticas da Campanha Nacional Fora Bolsonaro mostraram o quanto mantêm os sindicatos operários sob o bloqueio e passividade. Não se dispuseram a responder aos preparativos de Bolsonaro e bolsonaristas, que, com muita antecedência, estruturaram nacionalmente as manifestações, e colocaram como carro-chefe os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essas direções assistiram atônitas aos aparatos, de grupos empresariais, de policiais, de igrejas evangélicas e de classe média alta, armarem uma grande arregimentação da pequena burguesia, e mesmo de camadas populares. Não reagiram à altura da ação da ultradireita, que jogava uma cartada golpista, embora sem possibilidade de concretizar o objetivo ditatorial. Em São Paulo, onde a cartada bolsonarista seria mais alta, as direções sindicais e políticas se encolheram a tal ponto, que limitaram a manifestação do Anhangabaú à militância de base reformista, centrista e burocrática-sindical. Essa conduta leviana e irresponsável condiz com a estratégia burguesa da bandeira “Fora Bolsonaro”, cujo conteúdo real corresponde à divisão interburguesa e à disputa eleitoral.

As necessidades vitais dos explorados, golpeados pela Pandemia, demissões, redução salarial e aumento da miséria e fome,

nunca estiveram na base da luta contra os governantes, os capitalistas e o Congresso Nacional, que aprovou o programa emergencial de Bolsonaro. As crises sanitária e econômica vêm sendo utilizadas apenas para discursos de palanque eleitoral. As direções burocráticas, não só fecharam as portas dos sindicatos por mais de um ano, como também isolaram e quebraram greves, como a da Renault, Ford, LG e Correios. Foram responsáveis por centenas de acordos de redução salarial e suspensão de contratos de trabalho, com o argumento de que a MP 936 permitiria a manutenção de postos de trabalho. Nesse exato momento, as direções sindicais dos metalúrgicos afundaram as campanhas salariais. Não convocaram assembleias gerais presenciais, e não se dispuseram a unificar as campanhas.

Essa política de colaboração de classes, há muito, vem mutilando a classe operária, que, cada vez mais, aumenta a sua desconfiança nas direções burocráticas, e se afasta de seus sindicatos. As inúmeras centrais provocaram uma grande divisão, cujo objetivo foi e é o de amparar partidos adaptados ao Congresso Nacional, às disputas eleitorais e às divisões oligárquicas. Uniram-se circunstancialmente, em torno à campanha do “Fora Bolsonaro”, e assim prepararam o caminho deste ou daquele candidato à presidência da República, prometendo cinicamente que, com a substituição do governo Bolsonaro por outro governo, a situação irá melhorar para os desempregados, subempregados, pobres, miseráveis e famintos. Está aí por que a ruidosa manifestação dos bolsonaristas na Av. Paulista obscureceu a festiva e inconsequente manifestação do Anhangabaú. O que ocorreu em todo o país.

As correntes que se dizem revolucionárias, socialistas, comunistas, marxistas, leninistas e trotskistas, que se sujeitaram à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, armada pelo PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e Solidariedade, estão obrigadas a fazer um rigoroso balanço crítico de seu seguidismo, e de sua responsabilidade em permitir que o programa de reivindicações vitais dos explorados não tenha sido o motor das mobilizações. Sem que a classe operária esteja organizada e mobilizada, não há como quebrar a espinha dorsal da ultradireita, e avançar contra as demais variantes da política burguesa.

O pronunciamento de Bolsonaro, e as bandeiras golpistas levantadas por seus partidários, tão somente confirmaram o que a ultradireita vinha praticando. Os ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a exortação à intervenção militar tomaram corpo, durante esses dois anos de bolsonarismo. A diferença está em que o conflito institucional entre poderes da República se avolumou e se radicalizou neste período de pandemia, principalmente com a decisão do STF, de dar causa aos governadores quanto ao estabelecimento das diretrizes e respostas à crise sanitária.

O que limitou e neutralizou a ação do governo federal. A crise federativa ganhou tal proporção, que impulsionou as divisões interburguesas, motivadas pela queda econômica e retorno dos antigos desequilíbrios estruturais. Um bolsonarista de ocasião, como o governador de São Paulo, João Doria, passou a liderar uma frente de governadores e a contrariar as posições de Bolsonaro, qualificadas de “negacionistas” e “genocidas”.

As consequências brutais da Pandemia se encarregaram de destruir a linha geral da governabilidade da ultradireita. A CPI da Covid foi um dos sintomas mais visíveis da decomposição das relações políticas entre o governo, Congresso Nacional e o STF. Estruturou-se com o objetivo de criar as condições para o impeachment de Bolsonaro. Trouxe à tona a corrupção no Ministério da Saúde, envolvendo militares. De outro lado, o processo que implica o governo nas campanhas de falsificações (fake news) colocou nas mãos do STF uma arma para limitar as manobras de Bolsonaro. E, finalmente, a derrota da PEC do voto impresso, na Câmara dos Deputados, expôs a incapacidade do governo e de seu núcleo militar de cortar as asas do Judiciário, e darem uma perspectiva eleitoral de continuidade da ultradireita no poder.

As ameaças de golpe não intimidaram seus opositores institucionais, que passaram a contar com o apoio de setores do grande capital. A camarilha de generais do governo, por sua vez, não conseguiu subordinar o conjunto das Forças Armadas por detrás das maquinacões golpistas, articuladas pelo ministro da Defesa, general Braga Neto, e pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. Os porta-vozes da burguesia mais autorizados reconheceram que uma tentativa de golpe, nestas condições, seria uma aventura.

As manifestações bolsonaristas de 7 de setembro contrariaram a posição das organizações capitalistas mais influentes, entre elas a Febraban, que pediram a “pacificação”. Em outras palavras, que Bolsonaro se ajustasse às decisões do Legislativo e Judiciário. A oposição de centro-direita, do PSDB ao DEM, condenaram as ofensas de Bolsonaro a ministros do STF, e prometeram caminhar no sentido do impeachment. O presidente do STF, Luiz Fux, se sentiu encorajado para defender a “democracia”. De maneira que a movimentação de Bolsonaro, neste 7 de setembro, se revelou completamente defensiva. Está ainda para se constatar o que acontecerá com o locaute dos caminhoneiros, que insistem no impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes e no voto impresso. Tudo indica que Bolsonaro conseguiu fazer com que o feitiço se voltasse contra o feiticeiro. O bloqueio das estradas por parte de um setor empresarial de caminhoneiros agravará ainda mais a divisão interburguesa e, portanto, a crise política.

Bolsonaro não reuniu condições necessárias para bloquear as tendências desintegradoras de seu governo, impulsionadas pela continuidade da crise econômica. A conjunção de fatores, que combinam as dificuldades de retomar o crescimento econômico, recuperar postos de trabalho, e conter a alta do custo de vida, se encarregará de descarrilar ainda mais a governabilidade. É nessa base material que se assentam as divisões interburguesas, e a necessidade de restabelecer a estabilidade política com um novo governo. O fato de o proletariado estar contido pela política de colaboração de classes facilita a burguesia encontrar uma saída institucional.

A manifestação do dia 12 de setembro, convocada por partidos de centro-direita, indicará até que ponto os opositores

estarão dispostos a mobilizar as camadas da classe média, que se ressentem dos impactos da crise econômica, e que entendem que seu problema diz respeito estritamente à incompetência e ao obscurantismo de Bolsonaro. É bem provável que uma parte das direções da Campanha Fora Bolsonaro se junte à articulação dos partidos de centro-direita nesse dia. Não surpreenderá, caso se confirme a adesão, uma vez que vozes do PCdoB e do Solidariedade já haviam defendido a constituição de uma frente ampla, de todos que estivessem pelo “Fora Bolsonaro”. O êxito dos bolsonaristas e a debilidade das manifestações do “Fora Bolsonaro” facilitarão as pressões em favor da junção da esquerda reformista com a centro-direita.

Não há motivo para qualquer dúvida sobre o fato de que a estratégia da bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment” é parte da divisão interburguesa, que caracteriza a natureza da crise política. É bom lembrar a discussão que ocorreu na manifestação do dia 3 de julho, quando se colocou concretamente a ampliação da frente para o ingresso do PSDB e demais partidos que jurassem oposição ao governo. Depois do dia 12 de setembro, veremos se a bandeira do impeachment será hasteada um pouco mais alta que a meio mastro. Caso a articulação do PDT e do PSDB, de realizar uma ofensiva contra Bolsonaro, se confirme, será colocada à prova a frente que se formou originalmente pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro.

A experiência tem demonstrado que já passou da hora de as correntes que se reivindicam do socialismo, comunismo, marxismo, leninismo e trotskismo romperem com a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, e rechaçarem a farsa reformista de que a remoção de Bolsonaro, pelo impeachment ou eleições, abrirá caminho para a solução dos problemas dos explorados. Já passou da hora de romperem com a política da burocracia sindical, que vem bloqueando a mobilização dos sindicatos operários. Já passou da hora de continuarem a aceitar a demagogia da direção colaboracionista, de que o movimento “Fora Bolsonaro” está em luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas; que está em luta contra as privatizações e as reformas antinacionais e antipopulares. E que está em luta pela saúde pública e auxílio emergencial aos “vulneráveis”. Não há margem a nenhum tipo de dúvida de que a frente burocrática e reformista tem como único objetivo potencializar a oposição burguesa a Bolsonaro, valendo-se do deslocamento de poderosos grupos econômicos para a oposição. Já passou da hora de parar de colaborar com a direção burocrática e política, que mantém isolada a vanguarda revolucionária, a qual luta para que as manifestações se baseiem no programa próprio dos explorados, e que a classe operária organizada e mobilizada esteja em sua direção. Já passou da hora de assumirem a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, preparado por meio de assembleias presenciais e constituição de comitês de luta por todo o país; para assim criar as condições à greve geral.

O Partido Operário Revolucionário tem concentrado seus esforços na campanha de defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados, que se concretiza na forma de uma Carta de Reivindicações. Está colocada a constituição de uma frente de combate por essa Carta de Reivindicações, pelo método da ação direta e pela organização independente dos explorados, diante das divisões interburguesas e das soluções capitalistas para a crise de governabilidade.

Manobra de Temer para salvar Bolsonaro

10 de setembro de 2021

De repente, dois dias depois das manifestações bolsonaristas, da promessa do presidente da República de não acatar as decisões do Supremo Tribunal de Federal (STF), e de ter qualificado o ministro Alexandre de Moraes de “canalha”, eis que surge, dos bastidores da política burguesa, Michel Temer, para ditar a “Declaração à Nação”, assinada por Bolsonaro.

Aparentemente, não existia um nexo lógico entre o discurso golpista de 7 de setembro e os termos da carta de retratação do chefe de Estado. Bolsonaro se explica com a frase lapidar de que suas palavras de provocação a Alexandre de Moraes “decorreram do calor do momento (...)”. É como se os ataques ao STF e, em particular a um de seus ministros, que está encarregado do inquérito sobre as falsificações dos bolsonaristas, não fossem uma mera repetição daquilo que Bolsonaro tem feito reiteradamente. Não poderia haver uma justificativa mais mentirosa e vulgar do que essa, certamente ditada por Temer.

A “Declaração à Nação”, como um todo, é uma peça retórica, incapaz de mascarar o fracasso da movimentação de Bolsonaro e seus generais, no sentido de promover um golpe de Estado. Temer, que conspirou, na condição de vice-presidente, para derrubar Dilma Rousseff e defenestrar o PT, desta vez, agiu diferentemente, vindo em socorro a Bolsonaro, que, da euforia do 7 de setembro, mergulhou, em seguida, na mais profunda depressão.

As gigantescas manifestações de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, acompanhadas por atos e carreatas em todo o país, não fortaleceram o governo. Ao contrário, evidenciaram o seu impasse e incapacidade de alterar o curso da decomposição da governabilidade. A explicação está em que o movimento bolsonarista se limitou a uma fração da classe capitalista, e à arregimentação da classe média alta, sobretudo. A fração mais poderosa do capital se havia pronunciado pela “pacificação” entre os poderes da República. O que implicava arrefecer as articulações do presidente, contrárias às decisões e inquéritos manejados pelo STF. O manifesto organizado pela Fiesp e Febraban, pouco antes de 7 de setembro, se dirigia a Bolsonaro com um

apelo para que não insuflasse ainda mais os choques no interior do Estado e nas entranhas da população. De nada adiantou que o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, bloqueasse a sua publicação, sob a pressão do governo, uma vez que o que importava era o fato concreto de poderosos grupos econômicos terem colocado uma pedra no caminho do 7 de setembro.

Embora as manifestações de 7 de setembro tenham mostrado um apoio significativo de setores capitalistas e da classe média alta, a imensa maioria da população já não confia, ou está contra Bolsonaro.

No dia seguinte à gritaria das massas bolsonaristas, enfeitadas de verde e amarelo, não poderia ser sustentada pelo governo. Para sustentá-la, Bolsonaro e seus generais teriam de avançar no terreno do golpe. O locaute de uma parcela dos caminhoneiros, vinculada aos empresários dos transportes, indicou que essa era a atitude política a ser tomada. Na reunião ministerial do dia 8, apesar de guardada a sete chaves, se pôs um freio nas atitudes trelouçadas de Bolsonaro. Um recuo forçado teria de ser feito, uma vez que as condições econômicas, sociais e políticas não permitiam passar da defensiva à ofensiva. Nada melhor do que procurar o apoio do ex-presidente golpista Temer, que saiu com o moral alto perante os capitalistas, por ter imposto a almejada reforma trabalhista, e deixado o terreno preparado para Bolsonaro concluir a reforma previdenciária.

A articulação de uma frente partidária pelo impeachment de Bolsonaro, incluindo o PSDB, MDB, DEM, PSD e outros, mostrou ao Planalto que, agora, a oposição tinha em suas mãos a acusação de “crime de responsabilidade”, por violação da Constituição e ameaça à harmonia dos três poderes da República. Juntando com as apurações da CPI da Covid, esse novo motivo agravaria ainda mais o isolamento de Bolsonaro das principais forças políticas do país. O recuo, portanto, era um imperativo, tendo em vista que o capital financeiro agiria em apoio a esse deslocamento dos partidos históricos da burguesia. Essa mudança nas forças políticas poderia alterar o controle do governo sobre o Congresso Nacional.

Embora as manifestações de 7 de setembro tenham mostrado um apoio significativo de setores capitalistas e da classe média alta, a imensa maioria da população já não confia, ou está contra Bolsonaro. A Pandemia e a mortandade, que atingiram principalmente os pobres e miseráveis, se encarregaram de golpear o pouco de popularidade que ainda restava ao governo

ultradireitista e fascizante. O que mais pesou, no entanto, foram as demissões em massa, o crescimento exponencial do desemprego, e a insuportável alta do custo de vida. Essas terríveis condições encobriram o miserável auxílio emergencial. As frações mais poderosas dos capitalistas acabaram taxando o governo de incompetente e incapaz de liderar, centralizadamente, as respostas à catastrófica Pandemia. Para os explorados, o governo se mostrou insensível com a dor das famílias, e responsável pelo aumento do desemprego e subemprego. É nesse quadro que se inviabilizou a governabilidade, e se liberaram as forças centrífugas da crise política, caracterizada pela divisão interburguesa e rejeição do governo pela maioria da população.

Bolsonaro, contraditoriamente, contou a seu favor com a política de colaboração de classes da esquerda reformista e pseudo-reformista. Contraditoriamente, porque essa esquerda tomou a frente de um movimento cuja bandeira estratégica é a de “Fora Bolsonaro e Impeachment”; e, ao mesmo tempo, o restringiu a uma camada da classe média empobrecida e da juventude oprimida, mantendo a classe operária à margem. Essa mesma direção colaborou com a aplicação da MP 936, fechou os olhos para as demissões em massa, e manteve no isolamento os movimentos contra o fechamento de fábrica e as privatizações. Durante um ano e três meses, os partidos reformistas e pseudo-reformistas, por meio de suas burocracias sindicais, agiram no sentido contrário a qualquer mobilização dos explorados, seguindo a política

burguesa do isolamento social, posta em prática pelos governadores, sob a liderança de João Doria.

Não foi por falta de necessidade de luta, por parte da classe operária e demais trabalhadores, que as manifestações do “Fora Bolsonaro”, em 7 de setembro, tenham ficado muito aquém das anteriores. A maior parte dos trabalhadores, empregados e desempregados, formais e informais, somente entrará na luta contra o governo, se for para defender um programa próprio de reivindicações, dirigido não apenas a Bolsonaro, mas também aos seus exploradores. O governo Temer sobreviveu graças à política de colaboração de classes; e o governo Bolsonaro ainda continua de pé por essa mesma razão política e social.

É sintomático que, no dia 12 de setembro, as forças burguesas de centro-direita realizarão sua primeira manifestação, sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”. O slogan do MBL, “Nem Bolsonaro, nem Lula”, tão somente expressa, pela direita, a disputa

eleitoral de 2022, tal qual a esquerda reformista, sob outra ótica, vem expressando, principalmente, desde 29 de maio.

O mais importante desses últimos acontecimentos está em reconhecer que a crise política se deve, em grande medida, às divisões interburguesas. E que essas vêm ocorrendo nas condições de bloqueio à classe operária, cujos sindicatos estão aparelhados pela burocracia sindical, que segue a orientação e interesses dos partidos, via-de-regra, reformistas e pseudo-reformistas. Bolsonaro poderá deixar o poder pelo impeachment ou pelas eleições. O fato é que as frações mais importantes da burguesia precisam de um novo governo para administrar a crise econômica, e enfrentar mais à frente a turbulência da luta de classes.

A política de colaboração de classes já deu sinais de que se choca com as necessidades mais prementes dos pobres, miseráveis e famintos. Não há como avaliar o quanto ainda o PT e aliados de esquerda poderão evitar um levante instintivo do

proletariado e dos demais explorados. Mas, observa-se um cansaço e uma desconfiança crescente dos explorados diante das manobras políticas e das traições da casta de dirigentes, que se tornou correia de transmissão da política patronal no seio do movimento sindical. A luta pela independência organizativa e política da classe operária e dos demais trabalhadores passa pela defesa das reivindicações mais elementares, aplicação do método da ação direta, e o trabalho sistemático pela mobilização coletiva. O seu norte estratégico é o da luta pelo governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

As divisões interburguesas e a decomposição do governo ultradireitista favorecem a organização e a luta independente do proletariado. A vanguarda com consciência de classe tem de travar o combate, ao mesmo tempo contra os governantes e a burguesia, e contra os obstáculos montados pela política de conciliação de classes do reformismo.

Nota do POR

O significado político do ato pelo Fora Bolsonaro da direita liberal Como responder, do ponto de vista da política do proletariado

14 de setembro de 2021

O mais simples e fácil é reconhecer que as manifestações de 12 de setembro foram insignificantes, quanto ao número de participantes. E, assim, comparando com as mobilizações iniciadas em 29 de maio, sob o comando das burocracias sindicais e dos partidos reformistas ou pseudo-reformistas, exaltar a capacidade de ação do polo das esquerdas. Esse é o caminho mais fácil para se chegar à conclusão de que, de um lado, houve o fracasso dos atos do dia 12 e, de outro, o êxito das cinco manifestações organizadas pela Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. Outro aspecto que também oferece facilidade é o de exaltar a negação do PT, PSOL e outros aliados de participarem no dia 12, ou de condenar a participação do PCdoB. No primeiro caso, trata-se da avaliação da força social da direita liberal, que passou a assumir, na prática, a bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, depois da gigantesca manifestação dos bolsonaristas. No segundo, do objetivo de se constituir ou não a frente ampla, portanto, da tática a ser aplicada.

Nota-se que há uma interligação entre a avaliação dos atos do dia 12 e a tática da frente ampla. Isso porque a decisão da direita liberal, de convocar um ato, resultou na quebra do monopólio da esquerda eleitoral sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”. É importante compreender a passagem do acordo verbal estratégico para a prática. O governador de São Paulo, João Doria, por exemplo, já havia assumido, em palavras, o “Fora Bolsonaro”, mas, na manifestação da Av. Paulista, convocada pelo MBL e Vem pra Rua, materializou em ação política. Isso significa que informalmente

está posta, na ordem do dia, a frente ampla, sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”.

O PT não poderia participar da manifestação que, ao lado da bandeira do “Fora Bolsonaro”, constava a de “Nem Bolsonaro, nem Lula”. O MBL e VPR serviram às mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff, que uniu praticamente todos os partidos da burguesia. Não foi difícil, à direção petista, se negar a participar do dia 12. Ao mesmo tempo, não lhe foi difícil dizer em sua nota: “*saudamos todas as manifestações Fora Bolsonaro*”. E esclarecer “*que o PT não participou da organização, nem da convocação de ato que já estava marcado para este domingo 12*”, fazendo a profissão de fé de que “*o PT luta contra Bolsonaro, seu governo e suas políticas neoliberais, vinculando sempre a luta pelo impeachment à luta pelos direitos do povo brasileiro*”. Essa saudação não foi apenas um gesto diplomático. Sua direção e a maioria da direção da Campanha Nacional Fora Bolsonaro já tinham se colocado por uma frente ampla. O problema está em como organizá-la, sem que o PT e seus aliados percam o protagonismo. O dia 12 foi uma iniciativa do MBL e VPR, que servem aos partidos da direita liberal. Não serão as divergências sobre políticas públicas e os ataques sofridos no processo de impeachment de Dilma que irão inviabilizar a almejada frente ampla. A pedra no meio do caminho é erguida pela disputa eleitoral e, em particular, pela projeção da candidatura de Lula. Não há dúvida de que são os cálculos eleitorais que dificultam a frente ampla, sob a estratégia do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

O PCdoB tomou outro caminho, uma vez que não pretende ficar prisioneiro da candidatura de Lula. Não apenas compareceu aos atos da direita liberal, como justificou com a necessidade da frente ampla, ao estilo da velha frente popular adotada pelo estalinismo, como tática da política de colaboração de classes. A Força Sindical, UGT, CSB e NCST lançaram um comunicado, convocando a manifestação do dia 12, na Av. Paulista. A CTB, provavelmente, se colocou de acordo com essas centrais, uma vez quem a dirige é o PCdoB. E partidos como o PDT e PSB, que têm participado da Campanha Nacional Fora Bolsonaro, também aderiram à convocação do MBL/VPR. É bom lembrar que essas forças políticas se colocaram em favor da frente ampla, saindo em defesa do PSDB, no conflito da manifestação de 3 de julho. O comparecimento nos atos do dia 12 representou uma fratura prática no movimento iniciado no final de maio. Pontualmente, a presença da deputada estadual Isa Penna, do PSOL, reflete a dificuldade do partido pequeno-burguês reformista de resistir às pressões das forças da direita liberal e de partidos que se mascaram de esquerda nacionalista e reformista, como são os casos do PSB, PDT e PCdoB.

Essa fratura prática pode atingir a frente que tem promovido as manifestações do “Fora Bolsonaro”. Está prevista uma reunião de vários partidos, para avaliar os últimos acontecimentos, e discutir a convocação de um ato unificado para 15 de novembro. A direção da Campanha Nacional do Fora Bolsonaro marcou, para o dia 2 de outubro, a sua manifestação. Tudo indica que as centrais aliadas à Força Sindical, PCdoB, PDT e PSB, aumentarão suas pressões para que o PT e aliados não restrinjam a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, acrescida, hoje, da fórmula genérica de defesa da “democracia”.

Dessa análise, é possível concluir que o pequeno ato da direita liberal teve mais importância do que puderam imaginar os analistas da esquerda reformista e centrista. Não se podem utilizar os mesmos fatores da análise na comparação entre as manifestações da Campanha Nacional Fora Bolsonaro e as do dia 12. No primeiro caso, a presença massiva dos trabalhadores é o fator decisivo; no segundo, o fator decisivo é o poder econômico. Somente a esquerda, assustada com a possibilidade de se chegar a um acordo para constituir uma frente ampla, baseia sua explicação vulgar no fracasso do dia 12, devido à pequena presença de manifestantes. Não puderam ver que a virada da oposição oligárquica para a bandeira do “Fora Bolsonaro”, após o tiro de pólvora seca das massivas manifestações bolsonaristas, indica a necessidade do grande capital de se livrar de Bolsonaro, seja por um impeachment ou pelas eleições. É o que está por trás da recomendação do capital financeiro e de setores do grande capital industrial e comercial, exigindo de Bolsonaro uma atitude de recuo pacificador. Não há dúvida de que o dia 12 teve muita importância política, embora a participação da classe média tenha sido pequena.

A fração majoritária das direções, que se negou a participar na manifestação da direita liberal, e a fração minoritária que se fez presente, querendo ou não, dependem do realinhamento que se vem processando no seio da classe capitalista, desde o momento em que se abriu a crise federativa, causada pela Pandemia, agravamento da crise econômica, e avanço da pobreza, miséria e fome de milhões de brasileiros. Essa movimentação nas placas tectônicas da política burguesa condiciona a estratégia do “Fora Bolsonaro” e os meios de realizá-la, ou seja, pelo impeachment ou eleições. Assim se passa, porque a política da esquerda reformista e a da direita liberal não se distinguem pelo caráter de classe, uma vez que

são variantes da política burguesa. A convergência dessas duas tendências para a bandeira “Fora Bolsonaro”, nas condições de decomposição do governo ultradireitista, corresponde à necessidade da burguesia de resolver a crise de governabilidade. E a forma de que dispõe é a de substituir um governo burguês por outro, preferencialmente por uma candidatura da almejada “terceira via”.

O cerco do grande capital a Bolsonaro apertou, diante da manifestação aventureira de seus partidários em 7 de setembro. A sua mudança de tom, dois dias depois, por meio de uma Carta à Nação, expôs a impossibilidade de ir em frente com o golpe de Estado. Sem essa possibilidade, permanecem nos marcos da crise política, apenas as duas variantes, a do impeachment e das eleições. O impeachment é o caminho espinhoso, e já não desperta interesse do PT, que tem em mira o fortalecimento da candidatura de Lula. Se o impeachment não avançar nos próximos meses, a bandeira do “Fora Bolsonaro” irá perder cada vez mais substância política, e interesse da pequena burguesia em se mobilizar. Caso essa previsão se confirmar, se acelerará a disputa eleitoral, e as forças que querem uma frente ampla não verão mais motivos para uma unidade em torno à bandeira “Fora Bolsonaro”. Os setores da burguesia, que deixaram de apoiar Bolsonaro, e que estão agora com a fração oposicionista que manobra para viabilizar a “terceira via”, já admitem em boa medida a potenciação eleitoral de Lula.

Não é preciso nenhum ingrediente a mais para evidenciar que a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro se armou no terreno da política burguesa em nome dos trabalhadores. A propaganda de que o movimento “Fora Bolsonaro” responde às necessidades vitais dos explorados, e se opõe às medidas reacionárias das contrarreformas, é completamente falsa. Não há como as esquerdas contestarem a crítica e denúncia do POR, de que a bandeira do “Fora Bolsonaro” é estrategicamente burguesa. Como tem servido para canalizar o descontentamento das camadas mais sofridas da classe média, obrigou que parte da oposição de centro-direita a assumisse. Quem poderia imaginar que a máscara do “Fora Bolsonaro” poderia ser vestida pelo governador João Dória? Ocorre que a direita liberal necessita da esquerda reformista, para lhe dar uma base social; e a esquerda reformista necessita da direita liberal, para lhe dar uma base de consentimento do grande capital.

As correntes de esquerda que resistem à frente ampla não podem admitir que se colocaram sob o mesmo teto da política burguesa, materializada na bandeira de “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”. O palavreado esquerdista acaba por se desmanchar, em contato com a realidade da política burguesa e da luta de classes. A vanguarda com consciência de classe se deve nortear pela estratégia revolucionária do proletariado, e pela defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados. As massas vão se chocar com os governantes – entre eles Bolsonaro – e com a burguesia, partindo da defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. É condenável, em todos os sentidos, o fato de as esquerdas, que se dizem socialistas e comunistas, não rechaçarem a estratégia burguesa, e se colocarem pelo programa de reivindicações das massas. O POR as chama a fortalecer a luta classista, em torno à defesa de uma Carta de Reivindicações, e à convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, que seja o começo a preparação para a greve geral!

Não à frente ampla burguesa!

Por uma frente única classista e revolucionária!

DÉCIMA SÉTIMA CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

De portas e braços abertos à espera da direita liberal

Que os trabalhadores e a vanguarda com consciência de classe lutem por um programa de reivindicações próprio dos explorados, e pela independência de classe diante de todas as variantes da política burguesa!

16 de setembro de 2021

Em 15 de setembro, se comemorou mundialmente o “Dia Internacional da Democracia”, instituído pela ONU, em 2007. É preciso dizer que a democracia burguesa, no capitalismo, é um instrumento de dominação da minoria burguesa sobre a maioria trabalhadora.

No Brasil, destacaram-se duas reuniões: a dos ex-presidentes da República, de um lado; e a dos partidos reformistas ou pseudo-reformistas, de outro. No primeiro caso, os ex-presidentes que participaram na abertura do ciclo de debate “Um Novo Rumo para o Brasil”, organizado pelo MDB, PSDB, DEM e Cidadania, foram Fernando Henrique Cardoso (PSDB), José Sarney (MDB) e Michel Temer (MDB). No segundo caso, estiveram presentes Gleisi Hoffmann (PT), Carlos Lupi (PDT), Carlos Siqueira (PSB), Paulinho da Força (Solidariedade), Luciana Santos (PCdoB), Juliano Medeiros (PSOL), Roberto Freire (Cidadania), Wesley Diógenes (Rede) e José Luiz Penna (PV).

Se os trabalhadores tivessem tido a possibilidade de observar as duas reuniões, se perguntariam por que os partidos e ex-presidentes não estiveram juntos, uma vez que todos eles juraram a defesa da democracia. E, se procurassem a explicação, veriam que o bloco do PSDB, MDB e DEM objetiva articular uma candidatura da denominada “terceira via”. E o bloco dos partidos aliados ao PT, por enquanto, ainda estão abrigados na sombra da candidatura de Lula. Não se sabe precisamente como serão, mais à frente, os alinhamentos em torno às candidaturas. No momento, o bloco do PSDB trabalha pela terceira via, e o do PT está preso a uma candidatura definida. Concretamente, os dois blocos se colocaram pela mesma bandeira da defesa da democracia, procurando se fortalecer eleitoralmente, como oposição a Bolsonaro.

O debate “Um Novo Rumo para Brasil” se resumiu a desejar a pacificação política, a harmonia entre os poderes, e a união das forças democráticas. De fato, o que se pretende, com esse ciclo de debates, é aproximar as forças burguesas que podem se contrapor à candidatura de Lula.

É preciso saber o que pretenderam os nove partidos que também se colocaram sob a bandeira da democracia. Com certeza, não realizaram seu ato na Câmara de Deputados Nacional para se definirem pela candidatura de Lula. Essa possibilidade ainda está em discussão, já que, entre esses partidos, há mais de um candidato, a exemplo de Ciro Gomes, do PDT, também é mais provável que o Cidadania se coloque do lado da “terceira via”. O PT e Lula

terão de superar a divisão nas fileiras do reformismo e do pseudo-reformismo, para ampliar a frente pró-Lula. Esses nove partidos se valeram do “Dia Internacional da Democracia”, para acertar os ponteiros diante das novas manifestações, programadas para 2 de outubro e 15 de novembro. As discussões ocorreram sobre a base de uma avaliação do que se passou nos atos bolsonaristas de 7 de setembro, e nos atos da direita liberal de 12 de setembro.

Bolsonaro não rompeu a tendência de seu crescente isolamento de setores da burguesia, que representam o grande capital, apesar de ter dado uma demonstração de força, com o apoio de outro setor da burguesia e da classe média alta. A declaração do PSDB, de que passava para a oposição ao governo, obrigou Bolsonaro a recorrer ao MDB, na figura do ex-presidente golpista Michel Temer. Uma debandada no Congresso Nacional poderia e pode abrir caminho para o impeachment. Essa bandeira, que estava praticamente abandonada, foi novamente hasteada, em resposta

aos ataques de Bolsonaro e bolsonaristas ao Supremo Tribunal Federal (STF), e à decisão da Câmara dos Deputados, de rejeitar a PEC do Voto Impresso.

A realização do ato anti-Bolsonaro e em defesa da democracia, pela direita liberal, contando com a participação de representantes do PDT, PCdoB, Cidadania, Solidariedade, principalmente, foi um sinal de que se pode avançar no sentido de uma frente ampla pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”. A decisão do PCdoB, sobretudo, de não compartilhar com a posição do

PT de não aderir ao ato da direita liberal, e a adesão de figuras do PDT e PSB, ascenderam uma luz vermelha no interior da frente, que tem protagonizado as manifestações da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”, iniciada em 29 de maio. Uma ala da direção sindical e política desse movimento já havia se posicionado por ampliar a frente anti-Bolsonaro para a oposição de centro-direita.

O ato de 12 de setembro abriu uma fenda no monopólio da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”. Apesar de pouco representativo quanto à massividade, se mostrou muito representativo, quanto ao apoio dos principais grupos que exercem o poder econômico geral da burguesia. A presença de partidos e centrais nas manifestações, convocadas pelo MBL e VPR, evidenciou a fragilidade da unidade frentista da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”, de um lado; e refletiu a disposição do poder econômico de se empenhar em fortalecer a articulação das forças de centro-direita para ganhar as ruas, de outro lado. Esses dois fatores políticos potenciaram a posição favorável à frente ampla.

O ato de 12 de setembro abriu uma fenda no monopólio da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”. Apesar de pouco representativo quanto à massividade, se mostrou muito representativo, quanto ao apoio dos principais grupos que exercem o poder econômico geral da burguesia.

A reunião em Brasília dos nove partidos se sobrepôs à direção sindical e política da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”, anunciando a sua disposição de transformar as manifestações de 2 de outubro e 15 de novembro em manifestações de uma frente ampla. Deram a entender que farão uma convocação geral, abrangendo governadores e prefeitos, o que significa estreitar os laços com todos os partidos que se dispuserem a levantar a bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, declarou: *“Estamos ampliando os debates em defesa da democracia, do emprego, contra a carestia, e a organização unificada dos próximos atos, pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro”*. Tudo depende, agora, de um acordo com o PSDB, MDB e DEM. A resistência do partido Novo, por considerar *“que se trata de um movimento que congrega basicamente partidos de esquerda”*, indica que será necessária uma descaracterização do movimento, até aqui promovido pelas organizações que compõem a “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”. O fundamental, no entanto, está no fato de os nove partidos terem aberto as portas e os braços para a oposição de centro-direita.

Está claro para o grande capital, inclusive para uma fração do imperialismo, que o governo Bolsonaro está esgotado. Já cumpriu sua parte, concluindo a reforma da Previdência e promovendo as privatizações. São duas inestimáveis contribuições do governo ultradireitista, antinacional e antipopular, ao grande capital. A questão, agora, é como conduzir o processo de solução da crise política, que se aprofundou sob a Pandemia, e acabou por dilacerar a governabilidade. O que significa administrar a divisão interburguesa, e restabelecer a centralização do poder federal.

O impeachment não é o melhor caminho, já que Bolsonaro ainda conta com o apoio de setores da burguesia ligados à produção e ao mercado interno, bem como com uma ampla camada da classe média alta. Um processo de impeachment, certamente, seria mais traumático que o de Dilma Rousseff. O melhor caminho é o das eleições presidenciais. No entanto, esses mesmos setores da burguesia que passaram para a oposição e os setores que continuam com Bolsonaro são avessos à possibilidade de Lula voltar ao poder. Se esse for o desfecho da crise, o golpe de Estado de 2016 deixará de cumprir o objetivo estratégico de liquidar com o PT, que, para subsistir no seio dos explorados, está obrigado a se guiar pelo reformismo, e conservar determinados traços do nacional-estatismo. Tanto o governo de Lula quanto o de Dilma cumpriram fielmente o respeito à propriedade privada dos meios de produção e ao controle dos monopólios sobre os ramos fundamentais da economia, bem como garantiram os compromissos com os credores da dívida pública. Ocorre que o reformismo não tem como dar respostas à desintegração mundial do capitalismo, acelerada após a crise geral de 2008, cujos reflexos têm sido devastadores da economia nacional. A orientação dominante é a de implantar as contrarreformas, em cuja base se encontra a redução do custo da força de trabalho, e maior facilidade ao saque imperialista das semicolônias.

Uma fração dos capitalistas se acha um pouco mais tranquila com a possibilidade de Lula voltar ao poder, porque a reforma trabalhista e a da Previdência foram realizadas, e o governo do PT não será capaz de retrocedê-las. De qualquer maneira, tudo será feito para constituir a “terceira via”. O impeachment só tem sentido se favorecer essa meta. Outra possibilidade é inviabilizar a candidatura de Bolsonaro, por meio de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tendo em suas mãos um crime de responsabilidade, poderá tornar Bolsonaro inelegível. É com esses

cálculos que se movimenta o conjunto das forças opositoristas, incluídas as articulações políticas do PT.

Uma frente ampla pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment” servirá tão somente à fração opositora que trilha o caminho da “terceira via”. No entanto, a direção majoritária petista e a sua bancada parlamentar são empurradas para a frente ampla, sob a justificativa da necessidade de defender a democracia, tendo em vista que a candidatura de Lula depende, não apenas do apoio popular, mas também da anuência do poder econômico. A bandeira do “Fora Bolsonaro”, cujo conteúdo concreto se encontra no impeachment ou nas eleições, deixou de ser monopólio da frente organizada pelo PT, como demonstraram os atos de 12 de setembro. De passagem, é bom assinalar que é uma estupidez dos centristas radicais suporem a possibilidade do “Fora Bolsonaro” servir de bandeira revolucionária para as massas colocarem abaixo o governo. A disposição dos nove partidos de se coligarem com a oposição de centro-direita, em 2 de outubro e 15 de novembro, resultou da estratégia burguesa comum do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

O percurso desses acontecimentos expõe todos os elementos para se concluir que o combate à frente ampla depende de uma clara caracterização e rejeição da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. A esquerda centrista, que se pôs em pânico diante desse fenômeno político de colaboração de classes, se bate em meio ao palavreado de independência política, acreditando que essa se realiza sob a bandeira do “Fora Bolsonaro”, desde que os velhos partidos da burguesia não façam parte das manifestações. Não houve e não haverá independência política no movimento iniciado em fins de maio. Isso porque está condicionado pela estratégia de trocar um governo burguês por outro, pelas disputas interburguesas, e pelo curso eleitoral. As reivindicações dos explorados têm servido apenas de cobertura demagógica à estratégia de poder dos exploradores. A classe operária se manteve e se manterá à margem, enquanto as manifestações estiverem calcadas na estratégia burguesa de solução da crise. Caso se concretize o objetivo de ampliação da frente, se comprometerá ainda mais a independência política e organizativa do movimento “Fora Bolsonaro”.

O POR faz um chamado às correntes que se reivindicam dos explorados, do socialismo e do comunismo, a romperem com a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. E assumirem a bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa de uma Carta de Reivindicações própria dos explorados. Um Dia Nacional de Luta que sirva de preparação da greve geral. Somente assim poderão se aproximar da estratégia revolucionária do proletariado e dos métodos próprios da luta de classes.

***Denunciemos a política do PT e aliados,
de portas e braços abertos à oposição
de centro direita!***

***Não à frente ampla pelo “Fora Bolsonaro
e Impeachment”!***

***Por uma frente única, classista e de luta
em defesa dos empregos, salários e direitos
trabalhistas!***

***Pela independência política e organizativa
do movimento operário e popular diante
da burguesia e seus agentes!***

Ceará

Boletim Nossa Classe – setembro

O Boletim traz como nota central a denúncia dos operários da fábrica da Guararapes de Fortaleza e Natal. Diz que estão trabalhando aos sábados, e 1 hora a mais, todos os dias. Mostra que o grupo Guararapes teve um lucro de R\$ 46,1 milhões, somente no trimestre de abril a junho desse ano. Certamente, esse lucro vem da brutal exploração dos operários. Critica a conduta das direções do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Confecções, e o Sindicato dos Alfaiates, que assinaram o acordo coletivo que autoriza a fábrica a impor o trabalho aos sábados. Assim, os operários se encontram desorganizados para enfrentar a fúria patronal. Conclui com o chamado aos operários mais conscientes

para constituir uma oposição classista e de luta, objetivando retirar os sindicatos das mãos dessas burocracias traidoras, e colocá-los a serviço da defesa das reivindicações dos trabalhadores.

Em outra nota, levanta a bandeira da unidade dos trabalhadores para defender os empregos e as condições de vida. Destaca as altas taxas de desemprego e subemprego e a brutal elevação do custo de vida. Diz que, somente com a unidade e com os métodos próprios dos explorados, é possível derrotar as contrarreformas, que vêm sendo impostas pelo governo, Congresso Nacional e os capitalistas, e impor as reivindicações vitais para a família trabalhadora.

Boletim Nossa Classe – Ecetista – setembro

O Boletim traz como chamado a geral a luta contra a privatização dos Correios e a campanha salarial. Denuncia as direções sindicais, que se negam a convocar as assembleias presenciais, para enfrentar a privatização, e impor a reposição das perdas salariais. Eis: “Direções sindicais abandonam a luta contra a Privatização dos Correios! Exigir as Assembleias Presenciais e massivas! Barrar a Privatização dos Correios com a greve nas ruas, com a paralisação das atividades, com a unidade de conjunto dos trabalhadores!”

Diz que, após a aprovação do PL 591/2021 na Câmara dos Deputados, as direções da FENTECT e da FINDECT se voltaram ao Senado. No comunicado sobre a reunião entre a Fentect e Findect, há uma descrição da tática “lobista” das direções: “O encontro ainda debateu estratégias comuns de atuação nas próximas semanas no Senado, com visitas aos gabinetes, distribuição de material impresso e sensibilização em torno do impacto de uma privatização dos Correios nos municípios brasileiros. A Fentect, e seus sindicatos filiados, têm intensificado a mobilização junto aos senadores. Apesar de a avaliação de votação nos dar esperança de barrar esse grande ataque aos trabalhadores, aos direitos e à soberania nacional, a luta precisa se intensificar. Por isso, é necessário que todos sigam usando as ruas, e as redes, para pressionar por cada voto no Senado Federal em favor dos Correios e do Brasil.” Como se vê, a luta nas ruas comparece subordinada à tática da “pressão parlamentar”, portanto, limitada ao terreno que não é favorável aos trabalhadores.

No que se refere à campanha salarial, ambas as federações divulgaram a posição do TST, que ainda será avaliada pela empresa, como a posição dos trabalhadores dos Correios. Eis os pontos: “1) Reajuste salarial de 100% do INPC, retroativo a agosto de 2021, sobre a remuneração; 2) Reajuste de 100% do INPC sobre o vale-alimentação, com inclusão de quatro folhas por mês, quanto aos dias úteis; 3) Acesso dos dirigentes sindicais aos trabalhadores por 30 minutos, em horário de almoço, em dias pré-estabelecidos; 4) Participação do Sindicato nos



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

ECETISTAS

Boletim Sindical do Partido
Operário Revolucionário
Setembro, 2021

**Direções sindicais abandonam a luta contra a Privatização dos Correios!
Exigir as Assembleias Presenciais e massivas!
Barrar a Privatização dos Correios com a GREVE nas ruas, com a paralisação das atividades, com a unidade de conjunto dos trabalhadores!**

Campanha Salarial visa apenas ao reajuste e acredita na Justiça para intermediar a luta contra a direção da ECT

Depois da aprovação do PL 591/2021 na Câmara dos Deputados, as direções da FENTECT e da FINDECT apostam suas fichas novamente no Parlamento, agora no Senado.

No dia 09, reuniram-se representantes das duas federações. No comunicado que a Fentect soltou descreve-se a tática “lobista” das direções: “O encontro

Como se vê, seja pela tática de “visita” a gabinete de Senadores, seja pela aceitação da proposta do TST, as direções das duas federações e dos sindicatos estaduais e regionais demonstram sua fraqueza, sua traição, sua política conciliadora.

Por uma VERDADEIRA CAMPANHA SALARIAL

Primeiro, o problema central desta Campanha Salarial deve ser a luta contra a Privatização dos Correios. Isso porque, com a venda da empresa, seu fechamento, teremos como resultado o desemprego de

processos administrativos disciplinares; 5) Restabelecimento da cláusula 20ª do acordo coletivo de trabalho de 2019/2020, que trata das liberações de dirigentes sindicais.” Como se vê, seja pela tática de “visita” a gabinete de Senadores, seja pela aceitação da proposta do TST, as direções das duas federações e dos sindicatos estaduais e regionais demonstram sua fraqueza, sua traição, sua política conciliadora.

Levanta a bandeira: Por uma verdadeira campanha salarial. Diz que o problema central deve ser a luta contra a privatização e as suas consequências (desemprego, maior exploração do trabalho e terceirização). O segundo, é preciso recompor as perdas salariais, agravadas com a retirada dos 50 pontos do Acordo coletivo de Trabalho em 2020. O terceiro, é a imposição do banco de horas, em vez de pagar as horas-extras. Conclui com a defesa do método de luta, que é o da ação direta. Que inicia com as assembleias presenciais, que deve aprovar a unidade nacional dos ecetistas, por meio da greve e dos bloqueios. Ou seja, é preciso que as direções rompam com a suposta “pressão parlamentar”, e organizem de fato a luta no terreno da independência de classe. Portanto, nenhuma ilusão no TST; nenhuma ilusão no Senado. Luta nas ruas. Paralisação das atividades. Construção da greve.

Rondônia

É preciso dar um basta ao arrocho salarial, à destruição de direitos e à superexploração do trabalho

O processo de precarização da Educação do município de Porto Velho continua se aprofundando, por meio de ataques aos trabalhadores deste setor. Entra prefeito, sai prefeito, e as medidas de arrocho e perda de direitos são impostas sobre os servidores. Com a gestão Hildon Chaves/PSDB, que já está em seu segundo mandato, os servidores têm sofrido, com a imposição de horas extras e a não realização de novos concursos ou contratos.

As “horas extras” são uma aberração do capitalismo. Os patrões só querem “horas extras” quando a produtividade está em alta, e o custo das “horas extras” é menor que a contratação formal de novos empregados. No caso do funcionalismo, esta excrescência da superexploração se apóia já nos baixos salários. Em vez de contratar ou fazer concursos, os professores, cujos salários são os mais baixos, em média, de todo o funcionalismo com igual nível de escolaridade, acabam assumindo mais horas-aula, para complementar o salário arrochado. Assim, os docentes possuem sua carga horária regular, e são “convidados” a dobrar essa carga em substituições, que não permitem vínculo empregatício durante o ano letivo.

Na prática, os professores podem receber por no máximo 80 h mensais (isso porque, “legalmente”, podem ser explorados em dois cargos de 40 h semanais). Ocorre que muitos docentes ultrapassam essas horas, e não recebem pelo restante do que foi trabalhado. Os demais servidores de escolas recebem, no máximo, por 50 h mensais. Quando ultrapassam, e ultrapassam muitas vezes, pela falta de funcionários em atividades essenciais da escola, ficam na mesma situação dos professores. Essa é uma prática antiga, que vem desde os prefeitos anteriores, e que só se agravou nas últimas gestões.

Recentemente, a justiça obrigou a prefeitura a pagar os valores devidos aos servidores e, mesmo assim, com a

decisão “ganha”, a gestão municipal continuou enrolando, sem liberar os pagamentos aos servidores. Ou seja, nem quando a justiça mostra a arbitrariedade dos governos, a “lei” é cumprida. A lei só vale mesmo para oprimir os trabalhadores, e beneficiar os capitalistas e os governos. Enquanto isso, a prefeitura vai superexplorando os trabalhadores da Educação para manter a rede municipal funcionando.

Entretanto, não é só a prefeitura que ganha com a situação. A direção sindical do SINTERO também o faz,

Está aí mais um exemplo do quão nocivo e sério é a falta do debate coletivo entre a direção sindical e a categoria. A crise de direção é tão forte no interior dos sindicatos, que o debate sobre horas extras se resume a uma disputa economicista e individualista.

Não negamos que ações possam ser feitas contra os governos ou os capitalistas, mas jamais abandonamos o campo prioritário da luta, que é o método das ações diretas: as assembleias presenciais, os atos de ruas, as manifestações, os bloqueios de avenidas, a ocu-

Só podemos acabar com a excrescência das horas-extras na Secretaria de Educação (como em outras Secretarias) pela luta geral dos servidores, que deve ser por defender um Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste.

e da forma mais vergonhosa possível: pulverizando os trabalhadores de forma individual, em “processos jurídicos”.

O jurídico do SINTERO alega que os processos ganhos e que ultrapassam determinado valor deverão ser descontados em favor dos chamados “honorários advocatícios”. Acontece que tem ocorrido uma grande disputa, para saber quem poderá solapar parte dos valores. Isto é, também roubar o salário dos servidores.

De um lado, o jurídico do sindicato diz que deve receber 15% dos servidores, sem dizer qual é a base legal ou instrução para tal; já a secretaria de assuntos administrativos pede 20%, para que o servidor consiga receber suas horas extras. Já não basta a prefeitura, o sindicato também quer lucrar em cima da superexploração do trabalho!

É importante destacar que o jurídico do sindicato é um serviço contratual, os filiados já pagam por isso e, em caso de processos ganhos, os honorários devem ser pagos pela parte que perdeu a ação. Tanto a direção sindical quanto a prefeitura ignoram o fato de que o dinheiro é dos trabalhadores.

pação de prédios, etc.

Nada disso. Absolutamente nada disso, a direção do SINTERO tem feito, desde que se iniciou a Pandemia. Mesmo agora, quando os servidores são obrigados a voltar ao trabalho presencial, a direção se nega a chamar uma simples assembleia presencial, para debater com a categoria.

Só podemos acabar com a excrescência das horas-extras na Secretaria de Educação (como em outras Secretarias) pela luta geral dos servidores, que deve ser por defender um Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste. Junto destas duas medidas centrais, que permitem lutar contra o arrocho salarial e, assim, quebrar este ciclo de superexploração, devemos organizar, a partir das assembleias presenciais, a retomada das lutas gerais, único meio de barrar a exploração dos governos e a traição das burocracias sindicais.

A Corrente Proletária na Educação intervém junto aos servidores para exigir imediatamente a realização das assembleias presenciais. Nelas, poderemos iniciar a luta contra o conjunto de ataques que temos sofrido nos últimos anos.

Ceará

Responder à falta de professores na UECE, por meio da assembleia geral universitária

Há muito, a UECE sofre com a falta de professores em diversas áreas. No último semestre, contudo, essa situação se agravou. A falta de professores ocorre em várias áreas, sobretudo nas licenciaturas. Tudo indica que no próximo semestre será ainda pior, com o encerramento dos contratos de muitos professores, previstos para o mês de outubro.

A falta de professores não é um problema isolado, mas parte inseparável da política de destruição do ensino e precarização das condições de funcionamento da UECE, estabelecida pelos governos burgueses estaduais e, continuada por Camilo Santana/PT. Não data de hoje a convivência da burocracia universitária (administração superior) com a precarização do trabalho docente. É bastante alto o percentual de professores de contrato temporário. Essa mesma burocracia, dependente e atrelada ao governo, é quem estabelece, por outro lado, a cobrança de taxas, cursos pagos e parcerias com grupos privados.

As correntes do movimento estudantil, que pretendem lutar contra a falta de professores sem, ao mesmo tempo, combater

o avanço das medidas privatistas na universidade, apenas revelam sua inconsequência na defesa do ensino público. De maneira geral, os Centros Acadêmicos se têm adaptado ao Ensino a Distância (EaD), e rejeitado a luta presencial. O DCE, por sua vez, encontra-se desativado, e o sindicato docente (Sinduece) se tem mostrado impotente para reverter a situação dos professores.

A Corrente Proletária Estudantil/POR defende que é preciso lutar de conjunto contra a desintegração das condições de ensino, as medidas privatistas, as demissões de professores e o avanço do EaD, com unidade de professores, funcionários e estudantes. Defende a convocação de uma assembleia geral presencial, com todos os setores da universidade, para organizar a luta contra mais esse ataque ao ensino público. Levanta as bandeiras: Contra o cancelamento do contrato dos professores! Não às demissões! Efetivação de todos os professores substitutos e temporários! Contra o desmonte das universidades públicas! Pela estatização da rede privada de ensino! Pela reabertura do DCE e CAs!

São Paulo

Poder Estudantil – Boletim da Corrente Proletária Secundarista

O Boletim trouxe um balanço dos atos de 7 e 12 de setembro. Em relação ao 7 de setembro, diz que as manifestações bolsonaristas foram gigantescas e de ameaças golpistas, porém, não serviram ao avanço das intenções ditatoriais do presidente. No dia seguinte, diante da pressão de uma importante fração da burguesia, Bolsonaro teve de recuar, como ficou explícito, ao publicar a “Declaração à Nação”, carta redigida por Temer. Isso mostra tão somente a profunda crise de governabilidade. Por sua vez, os atos convocados pela Campanha Fora Bolsonaro foram menores, e sob a estratégia burguesa de impeachment e eleições, para a remoção do governo ultradireitista. Quanto ao dia 12, convocadas pelo MBL, contou com os partidos de centro-direita. E que o PCdoB, que dirige a UNE, se fez presente, evidenciando a submissão da entidade estudantil aos partidos burgueses e a políticos direitistas, como o governador de São Paulo. O balanço conclui defendendo a independência organizativa e política dos trabalhadores e da juventude oprimida, e as reivindicações vitais, como emprego, salário, saúde e educação.

O Boletim destaca a luta contra o fechamento do curso noturno da escola José Carlos Nogueira, em Campinas. Sob a justificativa da falta de demanda, oculta o enxugamento de custos e uma retaliação, já que a escola recentemente recusou sua transformação em escola de tempo integral (PEI). Relata as manifestações ocorridas em frente à escola, e outra na Diretoria de Ensino. Com



POLÍTICA OPERÁRIA

Avança a decomposição do governo Bolsonaro



No dia 7 de setembro, foram realizadas grandes manifestações bolsonaristas pelo Brasil. O próprio Bolsonaro fez seu discurso golpista na Avenida Paulista. Porém, as manifestações e a posterior paralisação de uma parcela dos caminhoneiros, vinculada aos empresários dos transportes, não serviram ao avanço das intenções ditatoriais do presidente. Uma importante fração da burguesia não está pela via golpista. Bolsonaro teve de recuar nesse terreno, o que ficou explícito ao publicar a “Declaração à Nação”, carta redigida por Temer. A profunda divisão na classe burguesa e a decomposição do governo Bolsonaro se destacam.

Atos pelo “Fora Bolsonaro”

No mesmo dia 7 de setembro, realizaram-se também as manifestações da campanha “Fora Bolsonaro”. Em São Paulo, as direções reformistas acataram a imposição do governo de deixar a Av. Paulista aos bolsonaristas. Não organizaram o combate às manifestações da ultradireita e realizaram manifestações muito aquém das quatro grandes manifestações anteriores. A manifestação no Vale do Anhangabaú sequer saiu em marcha. Na prática, ficou à sombra do ato bolsonarista. Além disso, mantiveram o caráter festivo das manifestações e a política de submissão às disputas interburguesas, com a bandeira do impeachment, de caráter eleitoral. Não se colocaram pela real defesa das necessidades mais sentidas dos explorados, de emprego, salário e direitos.

Cabe uma menção às pequenas manifestações do dia 12 convocadas pelo MBL, uma das organizações que encabeçaram as manifestações em favor do golpe contra Dilma, em 2016. A Av. Paulista foi palco para figuras do PDT, Cidadania, MDB, DEM e até mesmo o

governador João Doria (PSDB). Essas manifestações, com um caráter claramente burguês, favorável a uma “terceira via” eleitoral, foram apoiadas pelo PCdoB, ou seja, pelos dirigentes da UBES e UNE. Esse apoio a setores abertamente reacionários mostra com clareza a política de conciliação de classes, ou seja, de submissão à burguesia, que está instalada na direção das entidades de luta dos estudantes.

Erguer a luta massiva, classista e combativa

Apesar do discurso do “Fora Bolsonaro”, a verdade é que, diante da profunda divisão interburguesa, é a política conciliadora da esquerda reformista, das direções sindicais e estudantis que favorecem que Bolsonaro não caia. Basta ver que avançam, sem uma resistência classista, independente e organizada, o fechamento de postos de trabalho, o aumento do custo de vida, a retirada de direitos e uma série de ataques à educação e a outros setores sociais.

A luta pela independência organizativa e política da classe operária, junto aos demais trabalhadores e estudantes, passa pela defesa das reivindicações mais elementares, aplicação do método da ação direta, e o trabalho sistemático pela mobilização coletiva. As divisões interburguesas e a decomposição do governo ultradireitista favorecem a organização e a luta independente do proletariado. A vanguarda com consciência de classe tem de travar o combate simultâneo com os governantes e a burguesia, e com os obstáculos montados pela política de conciliação de classes do reformismo. O seu norte estratégico é o da luta pelo governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

isso, conseguiram a manutenção dos 2º e 3º anos, sendo que o 1º se mantém sujeito à “demanda”, manobra que busca avançar com o fechamento do noturno aos poucos. Conclui assinalando que o ensino noturno é fundamental para os estudantes-trabalhadores, e é sempre o primeiro a ser destruído, para abrir caminho à implementação das escolas PEI. E se coloca inteiramente ao lado da comunidade escolar, em sua luta contra o fechamento de turmas e turno, e defende a utilização dos métodos próprios dos trabalhadores nessa luta.

Em outra nota, o Boletim mostra que o ENEM de 2021 será realizado em meio à crise pandêmica, ainda que a vacinação tenha avançado. Os candidatos pobres estão em desvantagem ainda, diante de candidatos que estudaram em colégios privados, e tiveram melhores condições de estudo e de vida etc. Está aí mais uma amostra do por que o ENEM e os vestibulares são instrumentos excludentes e elitistas, pois, selecionam quem deve ou não entrar na universidade. A juventude oprimida deve lutar

pelo fim do vestibular e pelo livre acesso de todos à universidade pública.

Por fim, traz uma nota contra as perseguições políticas e o autoritarismo nas escolas. Denuncia a suspensão da professora do Colégio Notre Dame de Lourdes, em Cuiabá, por ter criticado o governo ultradireitista de Bolsonaro. Critica a conduta de um militar que atuava como monitor em Imbituva, no Paraná, que retirou um aluno da sala de aula, ameaçou-o de morte e deu-lhe um soco, porque havia desenhado uma folha de maconha e escrito “vida loca” na carteira. E também denuncia as ameaças e agressões aos militantes da FENET, por estarem distribuindo o material de convocação para um ato em defesa do passe livre. Conclui: “o Boletim Juventude em Luta denuncia as perseguições políticas e coloca a tarefa de organizar os grêmios livres, que sirvam de base para a luta contra a repressão nas escolas, e de organizar uma vanguarda revolucionária, para varrer com as direções conciliadoras e imobilistas das entidades estudantis”.

São Paulo

Professores estão sendo processados por lutar contra o PEI e por dar aulas sobre o tema das opressões

Dois professores da rede estadual de SP, um de Itapeverica da Serra e outra de Taboão da Serra, estão sofrendo perseguição política por parte das respectivas Diretorias de Ensino. O primeiro é o professor Alex Viana, da E. E. Sophia Maria Januária Amaral; a segunda é a professora Viviane Pereira, da E. E. Maria Aparecida Nigro Gava. Alex está sendo processado por participar do movimento, que envolveu a comunidade escolar, contra a imposição antidemocrática do PEI (ensino integral) naquela Unidade; Viviane está sendo processada também, por dar aulas sobre a questão racial e sobre a opressão que recai sobre mulheres e homossexuais. Alex está sendo punido por lutar em defesa da escola pública; Viviane por lutar contra as opressões.

Os dois casos demonstram o autoritarismo do governo e, em particular, de seus capachos nas Diretorias de Ensino. Demonstram também o avanço do obscurantismo e das tendências fascizantes, bastante aguçados, após a ascensão de Bolsonaro e Doria ao poder. Expressam, em última instância, a necessidade da burguesia, de aumentar o controle e a repressão sobre os movimentos sindical, estudantil e popular,

tendo em vista a decomposição social e econômica do país, que são fatores objetivos que empurram as massas, em direção às explosões instintivas.

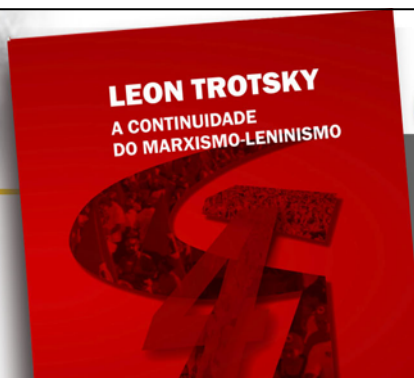
As duas cidades são muito próximas, e fazem parte da mesma área de abrangência da Subsele de Itapeverica da Serra, da Apeoesp. A direção da subsele, nas mãos de correntes internas do PSOL, já deu andamento a uma campanha de defesa dos professores. Falta esta campanha ser assimilada pela Sede Central e demais regiões. É fundamental compreender que se trata de um ataque ao movimento sindical e popular.

A Corrente Proletária na Educação se coloca em defesa dos camaradas. Pela imediata retirada dos processos! Abaixo a perseguição política nas escolas! Para responder à repressão, é preciso mobilizar os trabalhadores, estudantes e as suas famílias, ligando esse combate à luta pelas reivindicações mais sentidas, de emprego, salário, direitos, saúde e educação públicas! É urgente a convocação de uma assembleia presencial da Apeoesp, bem como a convocação das reuniões de Representantes de Escola, também presenciais.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Paraíba / A luta contra o “reordenamento” da rede federal de ensino proposta pelo MEC bolsonarista

A seção paraibana do SINASEFE (SINTEF-PB) se tem manifestado contra o “reordenamento” oportunista, desenterrado pelo governo Bolsonaro. A direção insiste na “mobilização” virtual e por grupos de WhatsApp. Além de não servir para organizar a luta concreta, o método expõe falhas de segurança, houve uma invasão virtual, tentando destruir a penúltima assembleia realizada semana passada. O comitê de mobilização virtual também fica restrito às campanhas online, o que é insuficiente para enfrentar a ofensiva do governo.

A penúltima assembleia virtual contou com mais de 100 servidores, que votaram de forma unânime contra o reordenamento, por entenderem que ele não responde aos reais problemas da categoria e da rede, constituindo um risco de intervenção e de mais ataques na atual conjuntura de crise política, uma farsa, que em nada melhora a educação, e apenas expressa a busca do bolsonarismo decadente por aliados a todo custo. Aprovou-se também uma assembleia comunitária virtual, que foi realizada na última segunda-feira. Para favorecer a ampla participação na assembleia comunitária e demais encaminhamentos da luta, aprovou também 24h de paralisação, para 13 de setembro.

A assembleia comunitária, na manhã do dia 13, contou com mais de 350 participantes (servidores e estudantes). Além de dirigentes do SINASEFE, estiveram presentes representantes da UBES, APES e FENET. Todos fizeram falas contra o “reordenamento”. Essa assembleia aprovou uma carta e um ato na reitoria

(presencial), no dia seguinte, para exigir que o reitor e o Colégio de Dirigentes (CODIR) abram o debate, e que escutem toda a comunidade do IFPB, através de um plebiscito. As entidades denunciavam a postura antidemocrática do reitor e órgãos dirigentes, em sua relação com a categoria e com os estudantes.

A Corrente Proletária na Educação elaborou um boletim contra o reordenamento (reproduzimos uma síntese a seguir). Atuamos nas instâncias virtuais, propagandeando a necessidade da retomada dos métodos presenciais de luta. Avaliamos que a proposta de plebiscito é uma forma de manter a professores, técnico-administrativos e estudantes na passividade. O diretor do sindicato da Paraíba, Davi Lobão (PSOL), também faz parte da direção nacional do Sinasefe, que, com a Pandemia, transformou as plenárias nacionais presenciais e as assembleias da categoria em espaços virtuais. A realização do ato presencial foi um passo importante, mas é preciso organizar, de forma ampla e democrática, um movimento que seja capaz de defender as condições materiais necessárias para manutenção dos IFs, incluindo a defesa dos salários (contra o congelamento), e a luta contra a aprovação da Reforma Administrativa, que será um duro golpe para os servidores e serviços públicos. **É urgente cobrar da direção nacional do Sinasefe, centrais e sindicatos um dia nacional de luta, que expresse a unidade de trabalhadores públicos e privados, desempregados e estudantes, em defesa dos empregos, salários e direitos.**

Síntese do Boletim da CPE, divulgado na base do SINASEFE

Proposta de Reordenamento da Rede Federal de ensino não responde aos reais problemas da rede

O Projeto de reordenamento da rede federal de ensino, apresentada a 11 reitores, no MEC, em 30 de agosto, propagandeia a “criação de novos IFs”, mas só prevê concretamente o desmembramento de IFs já existentes, através da criação de novas reitorias. Diversas seções do Sinasefe responderam com notas de crítica à proposta, baseando-se principalmente na preocupação em torno às consequências deste “reordenamento”. Os argumentos geográficos e administrativos mobilizados para justificar a proposta não se sustentam.

É preciso apontar que os recursos estão sendo atacados com a aplicação da PEC de corte de verba para os serviços públicos, pela aprovação da LOA, que cortou enormemente as verbas dessas instituições, e ainda, pela ameaça da Reforma Administrativa. É uma ilusão achar que uma possível diminuição da

distância entre campus e reitoria resolverá algum problema. Os problemas administrativos se resolvem com real investimento, autonomia e democracia nas Instituições, e não com desmembramentos oportunistas que, no caso em questão, possui um compromisso evidente, apenas com a criação de novas reitorias para, a partir disso, nomear interventores, sem que seja possível o debate dentro das instituições, diminuindo consideravelmente a já fragilizada autonomia existente para escolhas de reitores.

A proposta ainda traz o risco de possível fechamento de campi. Em assembleia, a direção da seção do Sinasefe na Paraíba (Sintef-PB), manifestou que, na proposta para esse estado, há uma preocupante previsão de diminuição de 21 para 16 campi, e que não fica claro o que aconteceria com os 5 campi restantes. O reordenamento vem como pauta urgen-

te do governo, justamente quando está colocada a aprovação da PEC32/2020 (Reforma Administrativa), que significará um profundo ataque aos direitos dos servidores e aos serviços públicos.

Concluimos que é real a preocupação das seções do Sinasefe com o Reordenamento, mas é necessário levantar as reivindicações que expressem a defesa dos IFs, que sofrem profundamente com o corte de verba. O governo e os capitalistas continuam se aproveitando da desorganização e passividade do último período, para aprovarem suas contrarreformas, e aplicar seus interesses políticos e econômicos na Rede Federal. O Boletim Nacional Docente defende que, para barrar este ataque do governo, é necessário que a direção Nacional do Sinasefe faça unidade com a classe operária e demais explorados, contra a aplicação das contrarreformas trabalhista e da Previdência.



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

Fortaleza:

Dia de luta contra a reforma administrativa não consegue romper o corporativismo

No dia 14 de setembro, ocorreu mais uma manifestação nacional convocada pelas centrais e sindicatos contra a Reforma Administrativa (PEC32/20). No Ceará, houve manifestações em Caucaia e Fortaleza. Nesta última, o ato ocorreu na Praça da Imprensa, e seguiu em marcha até o cruzamento das avenidas Desembargador Moreira e Pontes Vieira. Diferente da primeira manifestação, do dia 18/08, quando o ato contou basicamente com representantes da burocracia sindical do funcionalismo público, este último teve massiva participação de professores da rede municipal. Foi a primeira vez que os professores do município voltaram às ruas, desde a aprovação, em janeiro, da reforma da Previdência de Sarto/PDT, que impôs o desconto de 14% sobre os salários.

Os trabalhadores em Educação têm sido a maioria nos atos de rua, com a presença de docentes do ensino superior, professores da rede municipal, do IFCE e da rede estadual. Esta última com menor participação, em razão da direção da APEOC apostar em ações virtuais e na pressão parlamentar.

O ato de Fortaleza evidenciou o problema fundamental da luta contra a Reforma Administrativa, que se encontra no corporativismo das direções. A derrubada da PEC 32/20 não será possível pela via dos atos isolados do funcionalismo. Apenas por meio da luta unificada do conjunto dos oprimidos em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, e pela derrubada das contrarreformas, será possível derrotar a ofensiva de Bolsonaro/Guedes e do Congresso contra o funcionalismo. Desgraçadamente, a burocracia que convoca os atos nacionais de rua contra a PEC é a mesma que sustenta na *Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro*, que as massas não extrapolem os estreitos limites do impeachment e das disputas eleitorais, recusando-se a levantar as reivindicações elementares dos trabalhadores. Ao apostar suas fichas em atos em separado contra a PEC e na pressão parlamentar, ao afastar a base de professores das lutas gerais dos explorados, sob o pretexto da Pandemia, e ao defender que as manifestações de massa pelo 'Fora Bolsonaro' não estejam voltadas à derrubada das contrarreformas, ao combate ao desemprego e arrocho salarial, a burocracia cria condições propícias para uma vitória tranquila do governo. É preciso contrapor-se à tática derrotista da burocracia,



É preciso contrapor-se à tática derrotista da burocracia, com a defesa das assembleias presenciais, a criação de comitês de luta e a unidade do funcionalismo com o conjunto dos explorados, em um só movimento.

com a defesa das assembleias presenciais, a criação de comitês de luta e a unidade do funcionalismo com o conjunto dos explorados, em um só movimento.

O POR interveio no ato do dia 14 com seu manifesto, com bandeiras e fala no carro de som. Procurou denunciar o corporativismo da burocracia sindical, e explicou que a reforma administrativa é expressão da crise capitalista e das necessidades de sustentação do parasitismo financeiro. Está colocada a necessidade de construir uma fração revolucionária no seio do funcionalismo, que encarne a defesa da independência de classe e um programa proletário para a crise.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.

**R\$35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rio de Janeiro

Ato dos Servidores contra o novo RRF

O ato dos servidores públicos, do dia 14/09, contra o novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), foi pequeno, em torno de 300 servidores e militantes de esquerda. A principal entidade que convocou o ato foi o desconhecido FOSPERJ, um dos grupos criados para substituir o antigo MUSP, que praticamente foi enterrado pelo SindJustiça. Nota-se que a resistência contra a antiga RRF, em 2017, foi superior, contando com categorias policiais, e também os trabalhadores da CEDAE, recentemente leiloadas. O POR atuou na manifestação, com Boletim da Corrente Proletária na Educação e com o Jornal Massas.

O governo oferece uma isca aos servidores, reposição salarial de 22%, sendo que as perdas já chegam aos 47%, desde 2017. A correção seria paga 50%, até janeiro de 2022; 25%, em 2023; e 25%, em 2024.

Diante de toda a ofensiva articulada, desde o ministério da Economia, e prontamente aplicada pelo governador Claudio Castro, os sindicatos orientados pelo presidente da Alerj já fazem a propaganda da vitória, em um acordo articulado por ele para desfazer a mobilização. Para fingir que todo o processo está sendo feito com discussões em que se ouvem todas as partes, abriu-se um breve período de audiências públicas. Isso

ficou expresso neste ato, que foi tomado pela fala de parlamentares e virtuais candidatos. Ou seja, a própria manifestação de hoje foi usada para simular uma participação popular no processo, quando, na verdade, o pacote do RRF já veio pronto, e muito bem orientado, desde o Banco Central e ME.

Um ex-vereador do PSOL proclamou que devemos acrescentar à luta “a questão da dívida pública”. Pelo contrário, a dívida pública está no cerne desta proposta e de todas as contrarreformas que os trabalhadores vêm amargando, há muitos anos, no país. Está aí a intervenção imperialista sobre a semicôlônia. Objetivamente, a luta, contra o pacote de Guedes-Castro e o entreguismo, constitui uma luta anti-imperialista.

Assim, a mobilização foi insuficiente para dar resposta ao novo e profundo ataque que está diante dos servidores fluminenses. É necessário formar comitês de base nas escolas e locais de trabalho, para organizar a mobilização. Pressionar os sindicatos para que convoquem as assembleias gerais presenciais, para organizar a luta a partir da democracia operária, direta. É preciso, também, reunir e reorganizar a vanguarda lutadora para construir uma nova direção sindical, classista.

Publicamos abaixo o Boletim da Corrente Proletária

OFENSIVA DO GOVERNO CASTRO SOBRE OS SERVIDORES DO RJ

É no contexto da Pandemia que a burguesia e os governos se têm aproveitado para aprovar medidas antipopulares e antinacionais. O Governador Cláudio Castro anuncia um novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Lei Complementar 178, a ser enviado à ALERJ, que retira triênios e adicional por qualificação, entre outros direitos. Ou seja, acaba com o plano de carreira dos servidores públicos, em troca de reposição salarial das perdas, desde 2017, e de modo gradual. Entre as medidas obrigatórias exigidas pelo novo RRF, estava a privatização da CEDAE, e estão as reformas da Previdência e administrativa, teto de gastos, efetivação da conta única, que serão ratificadas no primeiro ano do novo regime, a contar da aprovação do pedido de adesão pelo Ministério da Economia.

O governo do RJ enviou, no dia 9 de setembro de 2021, para a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), alguns projetos de lei, que devem mexer com a vida dos servidores do estado, mudando benefícios e aposentadorias. O novo pacote de medidas é obrigatório, para que o estado possa entrar no novo RRF. Cabe lembrar que, em 2017, o RJ foi o único

estado a entrar no RRF. O pacote conta com três projetos de lei complementar, duas propostas de emenda constitucional, e um projeto de lei, que geram uma reforma administrativa e previdenciária no estado. A reforma previdenciária muda a idade mínima para aposentadoria dos servidores estaduais: mulheres passam de 55 para 62 anos, e homens, de 60 para 65 anos. A medida atinge os novos servidores, e, para os que já estão em atividade, o projeto prevê regras de transição. Professores continuam com aposentadorias especiais, mas a idade mínima para se aposentar aumenta de 55 para 60, para os homens, e de 50 para 57, para as mulheres. Os policiais civis passam a ter idade mínima de 55 anos. Os policiais militares e bombeiros não foram incluídos na reforma.

O pacote do governo inclui ainda o fim dos triênios dos servidores estaduais, tanto os civis, quanto os militares. Quem já recebe triênios, terá os valores incorporados ao salário, mas não receberá nenhum novo adicional pelos anos que ainda estiver trabalhando. O projeto acaba ainda com outros dois benefícios: a licença prêmio e a licença especial. A proposta é criar a licença capacitação: a

cada cinco anos, os servidores poderão se afastar dos cargos, por até três meses, desde que seja para fazer algum tipo de curso. Essa licença não poderá ser convertida em dinheiro. Quando um servidor tem idade e tempo de contribuição suficientes para se aposentar, mas continua trabalhando, recebe o chamado abono permanência. As regras que serão analisadas acabam, na prática, com esse benefício. O governo quer restringir a concessão do abono permanência à disponibilidade orçamentária e à regulamentação de cada poder.

O novo RRF tem regras diferentes do anterior. Neste, a duração é de nove anos, e o estado tem um ano para apresentar as reformas necessárias para ingressar no plano. Antes, o governo ingressava no regime e depois realizava as mudanças. O Ministério da Economia já aceitou o plano apresentado pelo RJ, e o estado tem até o ano que vem para aprovar o pacote de reformas apresentado.

O desmonte da Previdência social do Rio de Janeiro, durante a era Cabral, e a Operação Delaware, que levou o estado a um prejuízo bilionário com a antecipação irregular de receitas de

petróleo; agravamento do desequilíbrio financeiro e atuarial do Rioprevidência; e endividamento do estado, com crescimento exorbitante de débitos de cifras bilionárias, herdadas pelas gestões seguintes, e que afetam todo o conjunto da vida social da população fluminense. Além disto, houve dilapidação do patrimônio do Rioprevidência, seja no derretimento da carteira de imóveis, na cessão dos principais ativos, que garantem solvência ao fundo previdenciário, que ficou refém da política de responsabilidade fiscal, operada pelos governos de Sérgio Cabral e Luís Fernando Pezão, na autarquia.

No entanto, após o impeachment de Witzel, o governador bolsonarista proposto Cláudio Castro disse, com toda a tranquilidade: *“O novo Regime concede ao estado tempo para reestruturar as suas finanças, sem deixar de prestar os serviços públicos e fazer investimentos”*. O Rio de Janeiro é o primeiro estado a aderir ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A falsificação de Castro só pôde passar ilesa com o quadro de retração do movimento social geral, e dos sindicatos do funcionalismo, em particular.

Não é de hoje que os servidores do Rio de Janeiro enfrentam os ataques dos governos, mesmo no governo Cabral, apoiado pelo PT, ao criar, em 2013, a RJ-Prev, fundação de Previdência complementar. Em 2017, no governo Pezão, a alíquota de contribuição foi reajustada, de 11% para 14%. Neste mesmo período, os servidores acumularam perdas salariais de 47%. Em abril de 2021, a Alerj aprovou o PL 2085/2020, que autorizou o Estado a transferir, para uma dívida com a União, o total de R\$ 1,4 bilhão, dos R\$ 3,9 bilhões devidos ao banco BNP Paribas, referente ao empréstimo contraído em 2017, na RRF anterior, também no governo de Pezão.

Nesse contexto, de profundo ataque aos direitos dos trabalhadores em geral, e dos servidores em particular, o movimento social no Rio de Janeiro, assim como no restante do país, atravessa uma enorme crise. Isso porque, no início da Pandemia, apontaram, todas as direções, sem exceção, para a via da conciliação de classes, contra o suposto inimigo comum, o vírus. O POR, desde os primeiros momentos,



Órgão do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

SEPE - RJ
Setembro de 2021

Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

Edição Nº05

POLÍTICA OPERÁRIA

OFENSIVA DO GOVERNO CASTRO SOBRE OS SERVIDORES DO RJ

É no contexto da pandemia que a burguesia e os governos têm se aproveitado para aprovar medidas antipopulares e antinacionais. O Governador Cláudio Castro anuncia um novo Regime de

para 60 para os homens e de 50 para 57 para as mulheres. Os policiais civis passam a ter idade mínima de 55 anos. Os policiais militares e bombeiros não foram incluídos na reforma.

A ausência de uma direção revolucionária no seio dos trabalhadores do RJ favorece os governos, em sua ofensiva contra os serviços públicos e pela retirada de direitos.

se colocou contrário a essa orientação política, e passou a trabalhar incansavelmente para denunciar essa capitulação e movimentar os trabalhadores, em defesa de suas próprias reivindicações, com seus métodos próprios de luta. A suposta união nacional levaria, e levou, os trabalhadores a amargar profundas derrotas. No setor privado, a MP 936, apoiada pelas centrais sindicais, não garantiu a manutenção dos empregos, e milhões foram postos no olho da rua; os que ficaram, tiveram seus salários arrochados, os preços subiram, e a saúde não suportou o resultado da política de conciliação, milhares morreram e seguem morrendo de Covid-19. Nos serviços públicos, as privatizações não deram trégua, e a reforma administrativa assombra os trabalhadores, com o fim da estabilidade, enxugamento geral e perda de outros direitos. Nos estados, reformas da Previdência foram aplicadas, e ajustes fiscais, como esse do RJ, seguem com maior ou menor velocidade, principalmente devido a disputas interburguesas.

O SEPE, um dos principais sindicatos do RJ, não pode se colocar fora desse quadro, segue até hoje em quarentena, ainda que seus trabalhadores já estejam, há meses, na labuta. Ludi-briou os trabalhadores, com a farsa das assembleias virtuais ultra controladas, e repete agora a cantilena de que nunca paralisou sua luta. A realidade é a mãe da verdade, e a situação miserável em que se encontram os trabalhadores é a

maior prova da traição dessa direção. A ausência de uma direção revolucionária no seio dos trabalhadores do RJ favorece os governos, em sua ofensiva contra os serviços públicos e pela retirada de direitos.

A Corrente Proletária na Educação Rio de Janeiro, convoca os trabalhadores dos serviços públicos, bem como os do serviço privado e desempregados a se somarem na luta contra mais esse ataque do governo estadual, e contra a paralisia do movimento social. É preciso pressionar os sindicatos, para saírem de suas tocas, e colocar o aparato em função da luta contra esse pacote de ajustes. Essa luta deve se dar com os métodos próprios dos trabalhadores, as greves, piquetes, bloqueios, etc. Para isso, é fundamental convocar as assembleias presenciais, para que os trabalhadores possam decidir democraticamente sobre os rumos do movimento.

Que a direção do SEPE rompa com a passividade, e convoque imediatamente a assembleia geral presencial!

Que a assembleia constitua um comando de mobilização!

Que prepare as condições para uma greve para derrubar a contrarreforma de Castro!

157 anos da Fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional)

(28 de setembro de 1864 - 28 de setembro de 2021)

Dois acontecimentos aceleraram a criação da I Internacional: 1) a Guerra de Secessão nos Estados Unidos que, principalmente, na Inglaterra, determinou um enfrentamento entre os operários que apoiavam o Norte, e o governo, que era partidário do Sul; 2) a insurreição polonesa contra o czarismo, que causou vários movimentos na Europa. Os Comitês francês e inglês organizaram uma campanha, em apoio aos poloneses. Em abril de 1863, ocorreu um ato, em Londres, que aprovou uma manifestação internacional para pressionar os governos inglês e francês, para que intervissem em favor da Polônia. Em novembro do mesmo ano, os ingleses enviaram uma mensagem aos franceses, onde se tratava, não apenas do problema polonês, mas também da necessidade de uma maior cooperação entre os trabalhadores. Essa mensagem foi discutida pelos operários de Paris, que responderam com outra mensagem, e com o envio de delegados para Londres. Para recebê-los, se organizou um ato, em 28 de setembro de 1864. Nesse ato, decidiu-se pela criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, e constituiu-se um comitê para redigir os estatutos e regulamentos.

Marx e Engels se dedicaram a estabelecer as bases programáticas da primeira organização internacional do proletariado. A classe operária, assim, realizava suas primeiras

experiências de ação conjunta em vários países, ainda que se limitasse à Europa. Era inevitável que reunisse, sob o mesmo teto, tendências políticas distintas e contraditórias, principalmente entre os marxistas e anarquistas. Por meio da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx e Engels procuraram difundir o socialismo científico, e torná-lo expressão da luta de classes, que se desenvolvia principalmente nos centros industriais da Inglaterra e França. Esse trabalho lhes permitiu influenciar dirigentes revolucionários da Comuna de Paris, cujo acontecimento se caracterizou como a primeira revolução proletária, ainda que tenha sido rapidamente derrotada. A intervenção de Marx e Engels, a partir da Internacional, permitiu que a rica experiência se materializasse em programa. Lênin, recorrentemente, se apoiou nas lições da “A Guerra Civil na França”, de Marx, como guia de suas formulações, no processo histórico da revolução russa e do internacionalismo proletário.

Todo revolucionário que se dedica a organizar o partido da revolução está obrigado a conhecer e assimilar as conquistas programáticas e práticas deixadas pela I Internacional. É nesse sentido que o POR comemora os 157 anos de fundação da I Internacional.

Abaixo, publicamos os seus estatutos.

Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores

Considerando,

Que a emancipação dos trabalhadores deve ser conquistada por eles mesmos; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem voltar a conquistar novos privilégios, mas estabelecer direitos e deveres iguais para todos, e abolir a dominação de qualquer classe;

Que a submissão econômica do trabalhador em relação aos detentores dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida, é a principal causa de sua servidão política, moral e material;

Que a emancipação econômica dos trabalhadores é, portanto, o grande objetivo ao qual todo o movimento político deve subordinar-se;

Que todos os esforços realizados até agora fracassaram, devido à falta de solidariedade entre os operários das diver-

sas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores dos distintos países;

Que a emancipação do trabalho, ao não ser um problema local, nem um problema nacional, senão social, afeta todos os países nos quais existe a vida moderna, e necessita, para sua solução, a participação teórica e prática de todos eles;

Que o movimento que reaparece entre os operários dos países mais industrializados da Europa, ao difundir novas esperanças, adverte claramente de não cair nos velhos erros, e os empurra a combinar imediatamente seus esforços, ainda isolados;

Por essas razões:

Os que abaixo assinam, membros do Conselho eleito pela

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Assembleia, realizada em 28 de setembro de 1864, em Saint-Martin's Hall, Londres, tomaram as medidas necessárias para fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Declaram:

Que esta Associação Internacional, assim como todas as associações aderentes a ela, reconheceram que deve ser a base de sua conduta, diante de todos os homens: a verdade, a justiça e a moral, sem distinção de cor, de crença ou de nacionalidade.

Consideram como um dever, reivindicar para todos os direitos do homem e do cidadão. Não aos deveres sem direitos.

Neste espírito foi redigido o regulamento provisório da Associação Internacional.

Estatutos

Art.1. – Constitui-se uma associação para procurar um ponto central de comunicação e cooperação entre os operários dos diferentes países, que aspiram a um mesmo objetivo, a saber: a participação mútua, o progresso e a completa libertação da classe operária.

Art.2. – O nome desta associação será: Associação Internacional dos Trabalhadores.

Art.3. – Em 1866, ocorrerá a reunião de um congresso geral. Este congresso deverá tornar conhecidas, na Europa, as aspirações comuns dos operários; estabelecer o regulamento definitivo da Associação Internacional; examinar os melhores meios, para assegurar o êxito de seu trabalho, e eleger o Conselho Central da Associação. O congresso se reunirá uma vez ao ano.

Art.4. – O Conselho Central residirá em Londres, e constará de operários que representem as diferentes nações que tomam parte da Associação Internacional. Terá, em seu seio, de acordo com as necessidades da Associação, os membros do Bureau, tais como presidente, secretário geral, tesoureiro e secretários particulares para os diferentes países.

Art.5. – Em cada congresso anual, o Conselho Geral dará um informe público sobre os trabalhos do ano. No caso de urgência, poderá convocar o congresso antes do prazo fixado.

Art.6. – O Conselho Geral estabelecerá relações entre as diferentes seções de operários, de tal forma que os operários de cada país estejam constantemente ao par dos movimentos de sua classe nos outros países; que, simultaneamente e com

o mesmo espírito, se abra um investigação estatística sobre a condição social; que os problemas propostos por uma associação, cuja discussão seja do interesse geral, sejam analisados por todas, e que, quando uma ideia prática ou uma dificuldade internacional exijam a ação da Associação, esta pode atuar de forma uniforme. Quando lhe pareça necessário, o Conselho Central tomará a iniciativa de submeter proposições às associações locais ou nacionais.

Art.7. – Dado que o êxito do movimento operário só pode ser assegurado em cada país pela força que resulte da união da associação; que, por outro lado, a utilidade do Conselho Central depende de suas relações com as associações operárias, já sejam nacionais ou locais, os membros da Associação Internacional deverão realizar todo esforço, cada um em seu país, para reunir, em uma associação nacional, as diversas associações de operários existentes, assim como criar um órgão especial.

[Art. 7] (...) os membros da Associação Internacional deverão realizar todo esforço, cada um em seu país, para reunir em uma associação nacional as diversas associações de operários existentes, assim como criar um órgão especial.

No entanto, está subentendido que a aplicação deste artigo dependerá das leis concretas de cada país, e que, a abstração feita destes obstáculos legais, cada associação local terá o direito de manter correspondência direta com o Conselho Central de Londres.

Art.8. – Até a primeira reunião do congresso operário, o Conselho eleito em setembro atuará como Conselho Central provisório. Tratará de pôr em comunicação as associações operárias de todos os países. Agrupará os membros do Reino Unido. Tomará as medidas provisórias para a convocação do congresso geral, discutirá, com as associações locais ou nacionais, as questões que deverão colocar no congresso.

Art.9. – Cada membro da Associação Internacional receberá o apoio fraternal dos membros da Associação, quando mudar de país.

Art.10. – Ainda que unidas por um laço fraternal de solidariedade e cooperação, as associações operárias continuarão existindo, sobre as bases que lhes são próprias.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



**Lições da
Comuna de Paris**
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



**Nova
Coleção
Editorial**

Nesta edição:

- **Argentina:** Balanço das eleições PASO.
- **Bolívia:** O MAS em seu labirinto.
- **20 anos dos ataques de 11 de setembro / Anexos:** Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado - Posição frente ao ataque terrorista contra os Estados Unidos - Imperialismo assassina Osama bin Laden - Dez anos do ataque ao World Trade Center.
- **Afganistão:** Ataque terrorista do EI-K expõe as contradições do novo governo Talibã.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Argentina

Balanço das eleições PASO

13 de setembro de 2021

As PASO (*Primárias Abertas Simultâneas e Obrigatórias*) são eleições para definir que setor encabeçará cada chapa, e que partidos ficarão de fora da eleição geral de novembro. É uma antecipação das eleições gerais, que poderão sofrer mudanças importantes. Serão eleitos somente para cargos legislativos. Mesmo que levemos em consideração a diferença entre eleições legislativas e presidenciais, a comparação com os resultados das eleições de 2019 permite compreender o retrocesso do governo.

Um primeiro aspecto que merece destaque é a forte queda da quantidade de votantes, de 27,5 milhões para 22,7 milhões, 4,8 milhões de eleitores a menos não foram votar, em 2019. O percentual de votantes caiu, de 80,42%, para 66,21% do padrão eleitoral (em 2017, a participação nas PASO foi de 72,3%).

Os 95% dos votos foram nos partidos que defendem a propriedade privada dos meios de produção.

A “*Frente de Todos*”, o governo, sofreu o pior retrocesso eleitoral. Retrocedeu em 6,3 milhões de votos. Quase a metade dos votos de 2019, embora também seja verdade que alguns partidos e movimentos provinciais apoiaram aquela chapa presidencial, sem compor a “*Frente de Todos*”.

“*Juntos pela Mudança*” retrocedeu em 1,8 milhão de votos. Não atingiu os 9 milhões de votos. Embora tenha derrotado o oficialismo em nível nacional e em muitas províncias, também retrocedeu na quantidade de votos.

O total dos votos brancos e nulos passou, de 692.000, para 1.452.000. Um incremento de 760.000.

A esquerda democratizante, somando todos os setores, conseguiu 1.244.302 votos (em 2017, foram 1.235.220). O “*FITU*” (Frente de Esquerda e dos Trabalhadores - Unidade) conseguiu 1.049.020. A ultradireita conseguiu 852.000 votos nas eleições presidenciais de 2019, e agora obteve 1.126.000.

Para onde foram os votos perdidos pelo oficialismo e pela principal oposição? Na comparação com as presidenciais de 2019, estão nos partidos e movimentos provinciais que não integram formalmente nenhuma das duas coalisões.

O que mudará nas eleições de novembro? Pode haver uma maior participação de eleitores, o que modificará os percentuais de cada setor. Embora, nas grandes regiões eleitorais, como a Província de Buenos Aires, a “*Frente de Todos*” tinha candidato único,

e a sua forte queda é um dado muito importante. Em Santa Fé, por exemplo, onde havia disputa de chapas dentro da frente, a votação caiu quase à metade.

O resultado das PASO foi um duro golpe para o governo de Fernández-Kirchner. Com exceção de La Rioja, onde superou a votação de 2019, em todas as demais províncias, retrocedeu em quantidade de votos.

Os votos perdidos pela “*Frente de Todos*” não foram dirigidos ao “*Juntos pela Mudança*”, que também retrocedeu em número de votantes. Há uma confusão, deliberada ou não, na imprensa, ao apresentar os resultados, como se os eleitores tivessem migrado para a direita. Não foi o que aconteceu. Milei cresceu em votos que provêm do macrismo, de sua ala mais direitista. Não há uma direitização das massas, como pretendem apresentar os setores do governo, procurando responsabilizá-las pelo seu péssimo resultado eleitoral. Convém à direita, mostrar que foi assim.

Pelo contrário, o que se verifica é um cansaço com as eleições, com o eleitoralismo, e um processo de perda das ilusões na democracia e no peronismo. Grande parte das ilusões contidas na vitória de dois anos atrás se enfraqueceu. Isto é o fenômeno mais progressivo que podia ocorrer, na ausência de candidatos e chapas com posições que expressassem a política revolucionária da classe operária, perante a crise que se vive. Há que repudiar o nefasto chamado a votar, a confiar nas eleições.

O não-voto expressa a desilusão de amplos setores com o governo, que é necessário transformar em ação.

Isso se explica porque o governo não tomou medidas para conter a inflação insuportável, que devora nossos salários. O governo deu como superada a rapina de mais de quatro anos de nossos salários e aposentadorias. Porque cresceu o desemprego, na Pandemia. A economia continua em recessão. As empresas aproveitaram a Pandemia para reduzir salários e precarizar as condições de trabalho. Porque o governo se ajusta às exigências do capital financeiro. Já negociou, com os credores privados, o reconhecimento da dívida e seu refinanciamento e, agora, está negociando a dívida com o FMI. Os que evadiram as divisas não sofreram nenhuma consequência. Porque não adota um forte programa de obras públicas, para criar empregos formais, porque o FMI não lhe permite, e exige que as contas fechem, de modo que sobrem

recursos para pagar a dívida externa. E porque o governo não tem coragem de mexer nas reformas neoliberais da ditadura e de Menem. Não tem coragem de questionar sequer a propriedade de um punhado de oligarcas e banqueiros.

Enquanto fazia permanente campanha de que estava atendendo a saúde da maioria, mostrou-se incapaz de tocar nos poderosos interesses dos laboratórios farmacêuticos, da medicina privada e das obras sociais, que deviam ser expropriados, para integrá-las em um único sistema de saúde. Quem sabe quantas vidas poderiam ter sido salvas, se tivessem sido utilizados todos os recursos para defender a vida da maioria!

Enquanto impunha a política burguesa de isolamento social, não garantia as condições para que milhões pudessem subsistir, sem poder trabalhar. O governo acreditou que, vacinando massivamente, ficaria no esquecimento todo o sofrimento de um ano e meio.

Há inúmeras denúncias sobre a corrupção dos empresários vinculados ao governo anterior, e da colaboração da justiça com

eles, com a espionagem, etc. Sua inação se parece com a cumplicidade. Vicentin não pôde resolver a recuperação dos bilhões de dólares, que se apropriaram do Banco Nación e de pequenos produtores. Tampouco pôde resolver Molinos Cañuelas. E, em que pesem as reclamações sobre a necessidade de reestatizar as vias navegáveis e os portos, continuou com a privatização, tal como exigem as exportadoras.

E, depois de tudo isso, se pergunta, por que não receberam os votos esperados, como se tivessem sido traídos pelos eleitores. Não querem entender que a situação que se vive, ninguém mais suporta.

Há que fazê-lo entender por outra via. As organizações sindicais e sociais, que se colocaram na defesa desse governo, e contra a necessidade de sair à luta para recuperar as condições de vida e de trabalho, devem romper com a política de colaboração com o governo e com o grande capital. É necessário conseguir a independência política e sindical das organizações, para lutar pelas reivindicações urgentes, que só poderão ser conquistadas pela ação direta das massas.

Bolívia

O MAS em seu labirinto

O MAS chegou ao governo como uma impostura, que pretendia aparecer como revolucionário e anti-imperialista, aproveitando-se do sentimento de reivindicação nacional da maioria indígena e mestiça, subjugadas pela burguesia brancoíde.

A política do masismo, de Evo Morales e agora de seu títere Arce Catacora, é de respeito à propriedade privada dos meios de produção, seja grande, média ou pequena, determina o conteúdo de classe de sua política, independentemente da origem indígena e camponesa de seu líder.

O governo do M.A.S. não é revolucionário, é conservador e, no processo de sua direitização, se tornou reacionário. Governa apegado à propriedade privada, subjugado por esta, pelos empresários, agroindustriais, multinacionais e pelo imperialismo. Não deu, nem pode dar, nenhum passo significativo, sem a permissão dos proprietários dos grandes meios de produção.

Hoje, assistimos a etapa de agonia do masismo. Os explorados e oprimidos estão vivendo a experiência decepcionante do governo MAS e, em grande medida, estão superando as ilusões que a princípio depositaram nele.

Esgotado o seu capital político – a ilusão dos explorados de que um indígena no governo era sinônimo de governo revolucionário – o MAS vive uma profunda crise interna, expressão de sua agonia política.

Evo Morales – anteriormente líder indiscutível no interior do MAS e em suas organizações sociais (IPSP), bem como em seu entorno de “esquerdistas” seguidistas – agora, se choca com fortes correntes contrárias ao retorno do *k'ara** Evo. Importantes setores indigenistas romperam com o MAS, outros permanecem no interior do MAS e do IPSO, com posições críticas.

Evo e seu entorno não podem assimilar a sua queda como um fenômeno social de repúdio que, na ausência de uma resposta revolucionária proletária, foi aproveitada pela velha direita racista. Com a impostura do Golpe de Estado, buscam desesperadamente reabilitar a desgastada figura do caudilho arrogante, na perspectiva de que Evo seja candidato às eleições de 2026, com possibilidade de vitória. Têm poderosos interesses econômicos construídos e consolidados, nos 14 anos de governo em que estiveram no poder,

que não estão dispostos a perder. Para isto, precisam depurar do interior do MAS todos os críticos opositores, impondo um controle rígido do Partido.

A corrente aglutinada ao redor do vice-presidente David Choquehuanca expressa, no interior do MAS, a seu modo, o rechaço indígena ao entorno *k'ara* de Evo Morales, ao mesmo tempo em que coloca em evidência o conservadorismo político das correntes indigenistas, que apregoam a complementariedade entre exploradores e explorados, coisa que Choquehuanca expressa em seus discursos, defendendo abertamente o colaboracionismo com a burguesia.

Choquehuanca foi excluído do Congresso Estatutário do MAS, para “ajustar a disciplina e a conduta de seus militantes”, e “defender o governo de Luis Arce, diante da direita”. No V Congresso da Conferência Sindical de Mulheres de Comunidades Interculturais, Evo e Choquehuanca, em seus discursos, se chocaram abertamente. Choquehuanca dizendo que é preciso superar o individualismo e a necessidade de desenvolver novas lideranças. E, por sua vez, Evo, acusando a direita de querer dividi-los com o pretexto da renovação.

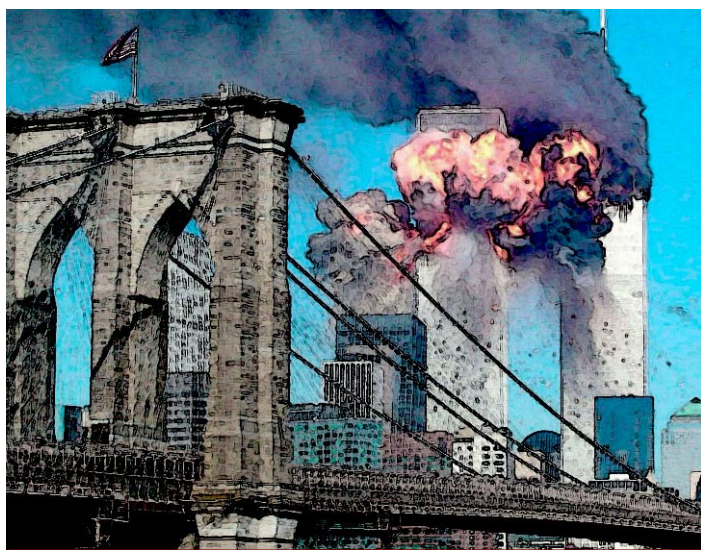
A criação do Estado Maior do Povo, tendo Evo Morales à frente, substituindo o Conalcam, à margem do Pacto de Unidade, sem a COB, ou seja, sem Guaracho, que foi marginalizado porque não mobilizou os trabalhadores em defesa do governo de Evo, e porque pediu a sua renúncia, é outra expressão da crise interna do MAS. A organização de grupos de choque masistas, por parte da fração de Evo, como os Satucos e agora os Wilalluchos, expressam o desespero de Evo, para se impor a todo custo como “defensores do governo”, diante da oposição da velha direita e, por extensão, dos opositores internos, que são acusados de serem “agentes da direita”.

A agonia do MAS se prolonga, na medida em que a vanguarda proletária dos oprimidos e explorados não superem totalmente o controle masista exercido pela burocracia sindical.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.668, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

* *K'ara* é uma palavra de origem aymara que significa homem de pele branca, ou que não se solidariza com o sofrimento da opressão que os indígenas sofrem.

20 anos dos ataques de 11 de setembro



(...) o POR fixou uma clara posição principista, ao caracterizar os ataques à Torres Gêmeas como a “reação contra a opressão imperialista exercida pelos Estados Unidos no mundo todo”, e definiu seu conteúdo como “anti-imperialista”.

Em 11 de setembro de 2001, uma operação terrorista atingiu o World Trade Center (WTC), em Nova York, e o Pentágono, em Washington, utilizando aviões comerciais como mísseis. 3 mil pessoas morreram. A rede terrorista Al Qaeda assumiu a autoria dos ataques, justificando-os como resposta aos massacres desfechos pelos Estados Unidos, e pelo sionismo no Oriente Médio.

O presidente dos EUA, George W. Bush, convocou as potências e as feudais-burguesias árabes a se unirem, para perseguir e esmagar os que, sob o manto do islamismo, expandiam o “terrorismo internacional”. Matar milhares de civis inocentes era um ato de genocídio, e constituía uma declaração de guerra. Portanto, justificava uma ofensiva militar em larga escala, para perseguir e afogar em sangue os “bárbaros jihadistas”, onde se encontrassem. Declarou-se, assim, a “guerra ao terror”, e a grande imprensa assumiu a campanha ideológica, para arregimentar as massas e os governos aliados por trás dos preparativos de guerra dos EUA.

O principal alvo da “guerra ao terror” era Osama bin Laden, chefe político e militar da Al Qaeda, e principal organizador dos ataques de 11/9. A Al Qaeda operava, dentre outros países, a partir do Afeganistão, sob a proteção do Talibã. Bush deu um ultimatum: ou se entregava Osama bin Laden, e se permitia aos Estados Unidos operar no país para desmontar a Al Qaeda, ou então o Talibã seria considerado cúmplice e, portanto, um alvo da ofensiva bélica norte-americana e de seus aliados. O Talibã negou-se a aceitar as condições do imperialismo. Bush apresentou a negativa como prova incontestável da necessidade de ocupar o Afeganistão. Em outubro de 2001, os EUA e demais potências invadiam a nação oprimida, e derru-

bavam o governo do Talibã. Dez anos depois, em 2 de maio de 2011, um comando norte-americano assassinaria, em uma operação típica do terrorismo de Estado, bin Laden, no Paquistão. O então presidente norte-americano, Barack Obama, apresentou sua morte como um triunfo da “guerra ao terror”.

No percurso desses dez anos, as potências invadiram, pela segunda vez, o Iraque, derrubaram Saddam Hussein, o prenderam, montaram uma farsa judicial, decretaram sua pena de morte, impuseram um governo títere, e se apropriaram das riquezas petrolíferas do país. A Líbia foi trucidada pela “Santa Aliança” imperialista (EUA, Inglaterra e França), e seu presidente, Muammar Kadafi, derrubado e assassinado. A guerra civil, deflagrada após sua morte, viria a ser impulsionada pelos imperialistas, objetivando dividir o país, e tomar posse de seus recursos naturais. Logo seria a vez da Síria sofrer o intervencionismo imperialista: o país viu-se submetido aos bombardeiros e ao prolongamento da guerra civil internacionalizada, por meio da qual se alargava o controle do imperialismo (apoiado nos curdos e outras facções tribais) sobre parte do território nacional.

Esses três países foram colocados na condição de alvos do intervencionismo das potências, pelo fato de seus governos constituírem entraves ao expansionismo monopolista e imperialista na região. O perigo de um setor das massas dessas nações oprimidas abraçar a via da jihad não correspondia à realidade das condições sociais e políticas de países, que alcançaram uma relativa e formal independência nacional, tinham percorrido o caminho das nacionalizações e de um mínimo desenvolvimento industrial. Somente depois de serem subjugados, invadidos, e terem suas fronteiras nacionais violentadas, foi que o profundo ódio das massas contra as potências viria a se manifestar, e surgiria o terrorismo islâmico.

O Estado Islâmico (EI) nasceria da desintegração territorial e da brutal opressão militar exercida pelas potências sobre o Iraque. Surgiu das entranhas da resistência de populares, de facções tribais e ex-integrantes do exército iraquiano contra a ocupação militar do país. Sua rápida extensão para a Síria (também sob os ataques do imperialismo) expôs as raízes sociais, tribais e religiosas comuns, que perpassam os países do Oriente Médio, marcados pela violenta intervenção do imperialismo; e, fundamentalmente, pelo profundo ódio das massas aos seus opressores e algozes.

O EI passou controlar um vasto território, e grande parte das jazidas petrolíferas do Iraque e da Síria. Sobre a base de amplo apoio popular e de posse de riquezas naturais, se ergueu o chamado Califado Islâmico – idealização reacionária de um arcaico estado feudal. Contando com recursos econômicos, militares e o apoio de organizações jihadistas, estenderia suas atividades a outros países, incluindo o Afeganistão. Acoberando-se sob o guarda-chuva da resistência dos talibãs, o EI conseguiu sobreviver à derrocada do Califado.

Com o desmantelamento da Al Qaeda, o EI passou ser o “inimigo número um” do imperialismo e aliados. As potências se serviram das imagens de sangrentos ataques terroristas, brutais degolamentos e queima de prisioneiros vivos, para

transformá-lo na encarnação da selvageria jihadista, que devia ser afogada em sangue e, assim, permitir aos países avançarem à civilização e democracia na região. Mas, por trás das máscaras ideológicas da defesa dos direitos humanos dos vitimados pelo EI, e dos pretensos programas civilizatórios dos territórios ocupados, emergiam as reais bases materiais, que opunham a nação oprimida à opressora: a posse das riquezas naturais e a rapina imperialista. Esses interesses econômico-financeiros impulsionaram o intervencionismo imperialista, e potenciaram a jihad islâmica. É obrigatório, portanto, ir à raiz do choque entre o imperialismo e as nações oprimidas, que têm sido ocultadas, tanto pela cobertura religiosa de uma fração nacionalista da feudal-burguesia árabe que resiste ao saque, quanto pelo atraso cultural e político das massas empobrecidas.

Entretanto, o peso dos gastos militares para as economias das potências e das semicolônias, o aumento dos déficits financeiros, a ampliação da miséria e barbárie social nas nações oprimidas confluíram com os crimes de guerra e o genocídio imperialista, desfechados contra a população dos países ocupados, que a própria imprensa burguesa se viu obrigada a noticiar: torturas e assassinato de prisioneiros, abusos e massacres de civis, etc. A fortaleza de Guantánamo, edificada pelos Estados Unidos em solo cubano, retrata até onde chegaram as violações das próprias leis norte-americanas e internacionais. Tais condições ignominiosas, finalmente, insuflaram a resistência popular no interior das potências.

A crise de 2008 foi um marco para o agravamento dessas contradições sociais e políticas. Trouxe, à superfície, as violentas contradições do capitalismo em sua fase de desagregação: a manutenção dos gigantescos lucros dos trustes industriais, comerciais e bancários exigia que se ampliasse a posse das fontes de matérias-primas e recursos naturais, bem como o controle de territórios estratégicos para o domínio imperialista. Rasgadas as máscaras ideológicas da “guerra ao terror”, o intervencionismo imperialista se expunha como instrumento para submeter as semicolônias.

Agravam-se também as tendências de projeção e radicalização da luta de classes. Os capitalistas e governos enfrentaram levantes operários e populares. A nova fase da crise expôs, ainda mais, o agravamento dos conflitos mundiais, em torno à escalada da guerra comercial. O que exigiu equacionar o intervencionismo imperialista no Oriente Médio, e projetar seu expansionismo às novas áreas e regiões, onde incidem os choques das potências com os interesses da Rússia e da China. A retirada dos EUA do Afeganistão, a retomada do poder pelo Talibã, e o ressurgimento do Estado Islâmico foram reflexos dessa nova fase da crise. O que vem expondo os limites do intervencionismo e da ocupação militar, como meios de controlar as nações oprimidas, que não se ajustam às diretrizes mundiais ditadas pelos Estados Unidos.

É mais fácil, agora, compreender as reais determinações históricas, econômicas e sociais desse percurso. Transparecem mais claramente os elos entre a campanha ideológica imperialista e os reais interesses econômicos e políticos, acobertados pela bandeira norte-americana da “guerra ao terror”. Mas, à época dos ataques de 11 de setembro, firmar uma clara posição proletária exigia uma contraposição revolucionária aos fundamentos imperialistas da democracia, dos direitos humanos e

da igualdade formal entre os povos. A campanha civilizatória contra o terrorismo bárbaro arrastou, sobretudo, a classe média, em toda a parte, a apoiar as intervenções e as carnificinas no Iraque, Líbia, Síria e Afeganistão.

No texto “Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado” (Massas 223, setembro de 2001), o POR fixou uma clara posição principista, ao caracterizar os ataques às Torres Gêmeas como a “reação contra a opressão imperialista exercida pelos Estados Unidos no mundo todo”, e definiu seu conteúdo como “anti-imperialista”. Isso explicava por que uma parcela da população muçulmana e palestina festejou, quando soube dos ataques, uma vez que expressava a legítima “dor pelas mortes diárias e pela presença do terror de Estado, exercido ou promovido pelos Estados Unidos”.

(...) bin Laden “foi gestado no nacionalismo árabe radical, nacionalismo abandonado pelos governos ... incapazes de empunhar a bandeira da autodeterminação e da independência nacional”. Eis por que “Enquanto perdurar o nacionalismo em uma parcela da burguesia, da pequena burguesia e das massas oprimidas nesses países, vergastados pelo colonialismo e pelo imperialismo, o terrorismo será um método de resistência”.

O POR soube diferenciar claramente entre “a violência do opressor e do oprimido; a dominação imperialista dos povos e a reação do nacionalismo burguês e pequeno burguês” (“Posição frente ao ataque terrorista contra os Estados Unidos”, Massas 223). O que permitiu ao partido compreender o jihadismo islâmico, como uma das máscaras por trás da qual se manifestava a revolta instintiva das massas contra a violenta opressão social e nacional. Eis por que não se tratava de condenar o terrorismo, identificando-o como um método “inumano” e “bárbaro”. Mas, sim, de caracterizá-lo como um método de combate utilizado pelos oprimidos, quando enfrentam forças militares esmagadoramente desiguais. Em outras palavras: a vigência do terrorismo nada mais era que um “reflexo da barbárie já existente”, portanto, o imperialismo era único responsável pelas tragédias da população norte-americana e a dos países ocupados.

A declaração publicada pelo POR, diante do assassinato de Osama bin Laden, em 4 de maio de 2011, retoma esse ponto metodológico e principista da análise marxista. Segundo afirma, bin Laden “foi gestado no nacionalismo árabe radical, nacionalismo abandonado pelos governos ... incapazes de empunhar a

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



bandeira da autodeterminação e da independência nacional”. Eis por que “Enquanto perdurar o nacionalismo em uma parcela da burguesia, da pequena burguesia e das massas oprimidas nesses países, vergastados pelo colonialismo e pelo imperialismo, o terrorismo será um método de resistência”. Ficava dessa forma exposta a falsificação burguesa do homem perverso e da selvageria islâmica jihadista, como se fosse um produto cultural da “deturpação dos valores islâmicos”.

Essa avaliação colidiu com a constatação sentimental da pequena-burguesia, e as declarações de vingança dos governos e partidos da ordem burguesa. Mas, também com as explicações de reformistas e revisionistas, que não compreendiam o porquê de as massas muçulmanas sucumbirem à barbárie terrorista e jihadista, ao invés de recorrerem aos métodos “civilizados”, “democráticos”, de autodefesa. A burguesia aproveitou-se – como sempre faz – desse requentado “humanitarismo” e “civismo” pequeno-burguês, para insuflar o “sentimento dos trabalhadores frente às milhares de mortes, para arregimentá-los em favor de um contra-ataque bélico, e para obscurecer a raiz histórica da ação terrorista” (“Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado”, Massas 223, de setembro de 2001).

Da caracterização e análise acima colocada, decorreu a defesa incondicional do POR “dos países oprimidos e das organizações que praticam o terrorismo anti-imperialista”, quando confrontados com a ofensiva militar das potências. O que não significa desconhecer que os métodos terroristas e as organizações islâmicas fundamentalistas surgem “à margem da luta das massas pela emancipação nacional e social”, por não serem métodos “da classe operária e não expressarem o programa da revolução social” (“Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado”). Mas, o POR afirma que somente se superariam esses métodos e se ajudaria os explorados a superarem o reacionarismo islâmico, se o proletariado assumisse a defesa do direito da nação oprimida a recorrer aos métodos necessários para derrotar seus opressores, e combatesse pela derrota do imperialismo, ao lado das massas e dos movimentos que encarnavam seus instintos de revolta.

Passados dez anos dos ataques de 11 de setembro, o POR fez um rigoroso balanço do percurso histórico das consequências da “guerra ao terror”. Na declaração “Dez anos do ataque ao World Trade Center” (Massas 419, de setembro de 2011), explicitou as leis econômicas que empurravam o capitalismo monopolista a se contrapor à lei tendencial da queda da taxa

20 anos dos atentados de 11 de setembro de 2021

dos lucros e da crise de superprodução, expandindo seu controle sobre os mercados, as fontes de matérias-primas e dando um salto à opressão social (exploração da força de trabalho, destruição de direitos, ataques às condições de vida, etc.) e nacional (saque das semicolônias, desnacionalizações, guerra comercial, etc.). E fixou a defesa do programa da autodeterminação dos povos e da estratégia e métodos da revolução e ditadura proletárias, que sintetizam o programa para enfrentar a época de decomposição capitalista, marcada pelas violentas crises, guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Os fundamentos de princípio, de programa e de método, estabelecidos pelo partido durante esse período, permitiram que o POR avançasse nas formulações de suas teses internacionalistas, de acordo com o marxismo-leninismo-trotskismo. Os revolucionários nunca esquecem que é nas condições concretas, criadas pelo processo histórico, e dando a luta no interior das massas oprimidas, sob as diretrizes do programa e dos métodos de luta, que o proletariado poderá

Os revolucionários nunca esquecem que é nas condições concretas, criadas pelo processo histórico, e dando a luta no interior das massas oprimidas, sob as diretrizes do programa e dos métodos de luta, que o proletariado poderá materializar a tática da frente única anti-imperialista, e conquistar a direção da nação oprimida.

materializar a tática da frente única anti-imperialista, e conquistar a direção da nação oprimida. O que exigia caracterizar as forças sociais e nacionais, que estavam na base da expansão do jihadismo e do terrorismo islâmico, e que deram uma fisionomia particular aos choques entre nações oprimidas e opressoras no Oriente Médio. Está aí o fundamento da firme defesa dos terroristas e dos movimentos jihadistas, perante a ofensiva imperialista, sem, contudo, deixar de criticar e mostrar que toda forma de nacionalismo acaba se sujeitando aos opressores, uma vez que as organizações nacionalistas estão presas às relações sociais ditadas pela propriedade privada dos meios de produção. De forma que se tratava de orientar a vanguarda com consciência de classe, perante as poderosas pressões da campanha ideológica do imperialismo, e erguer, em meio ao convulsivo e contraditório processo histórico, o programa e os métodos da revolução e ditadura proletárias.

A avaliação do percurso da elaboração da linha política do POR, assim como a da confirmação dos princípios e fundamentos teóricos que estão na base do programa, passados 20 anos dos ataques de 11 de setembro e da intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão, tem especial importância, na luta pela superação da crise de direção e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, IV Internacional.

Publicamos, em seguida, as posições do POR diante do 11 de setembro e outubro de 2001.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Combater a guerra imperialista com a estratégia do proletariado

Massas 223 - 11 de setembro de 2001

A operação terrorista contra o Pentágono e o World Trade Center expressa uma reação contra a opressão imperialista exercida pelos Estados Unidos no mundo todo. O terrorismo anti-imperialista tem por conteúdo o nacionalismo, por isso, não pode ser fator de superação da sociedade capitalista. Sua forma mais radical é consequência da brutal opressão nacional e social, exercida pelas potências que saqueiam os povos oprimidos e espalham a fome e miséria por toda parte. Embora ainda não se saiba exatamente a organização responsável, tudo indica que estamos diante de uma ação terrorista anti-imperialista.

A festividade da população palestina frente ao acontecimento trágico é reflexo da dor que sofre, pelas mortes diárias e pela presença do terror de Estado, exercido ou promovido pelos Estados Unidos sobre os povos fracos, econômico e militarmente. Ao contrário, o governo Bush se apóia no sentimento dos trabalhadores frente às milhares de mortes, para arregimentá-los em favor de um contra-ataque bélico, e para obscurecer a raiz histórica da ação terrorista. A face e as mãos sangrentas do imperialismo são lavadas pelas mortes ocorridas no dia 11 de setembro, e pelo sentimentalismo mais hipócrita do poder econômico e militar. Não é necessário enumerarmos, para efeito de argumentação, o intervencionismo bélico das potências contra débeis povos semicoloniais, basta apontar os ataques constantes ao Iraque, que tem seu território constantemente violado.

A classe operária e os demais trabalhadores não devem apoiar a campanha da potência imperialista e de seus aliados em nome da paz, da democracia, do humanitarismo e do fim do terrorismo. Repetimos: não há maior hipocrisia e cinismo do que a condenação da violência pelo imperialismo e pelos governos burgueses. Enquanto houver opressão nacional, saque e fome, haverá terrorismo, principalmente nas condições de desorganização mundial da classe operária.

O terrorismo como método alheio e à margem da luta das massas pela emancipação nacional e social não é o método de luta da classe operária, e não expressa o programa da revolução social. Inclusive, a desorganização mundial do proletariado, na situação de desintegração do capitalismo, possibilita o surgimento de ações dessa natureza. Mas, as experiências históricas permitiram que tivéssemos uma clara posição principista, de jamais se colocar do lado do imperialismo. Os próprios trabalhadores americanos – sabemos que uma parcela dos mortos no World Trade Center é de assalariados – devem voltar-se contra o seu próprio governo opressor dos povos, e responsabilizá-lo.

O comando militar norte-americano já tem planos de lançar uma guerra contra países suspeitos de abrigarem organizações terroristas, ou terem qualquer ligação indireta. O governo considerou o atentado como “ato de guerra”. O Afeganistão comparece como o primeiro da lista, por abrigar a organização fundamentalista Al-Qaeda, de Osama bin Laden; em seguida, Iraque, Líbia e Emirados Árabes.

Os preparativos para a ofensiva bélica estão sendo feitos rapidamente: a ONU e a OTAN foram acionadas, para dar coesão internacional em torno dos EUA. A Inglaterra saiu em campanha

aberta pela guerra. As outras potências estão vindo atrás. E cresce a pressão para os países semicoloniais – como o Brasil – apoiarem os preparativos. O governo Argentino já se dispôs a colaborar com soldados. Os Estados Unidos intimaram o Paquistão a servir de base militar, e romper toda relação com o Afeganistão. O imperialismo procura arrastar todas as nações – até as mais saqueadas por ele – para seu esforço de guerra. Utiliza-se do obscurantismo e do fundamentalismo do Talibã – organização essa apoiada e levada ao poder no Afeganistão pelos Estados Unidos – para justificar a operação bélica.

Tudo indica que, se o imperialismo não encontrar resistência internacional dos trabalhadores, este levará adiante seu objetivo bélico. Tanto o ataque terrorista, quanto a guerra da potência contra uma semicolônia, que poderá acontecer, expressam a situação de crise mundial do capitalismo. Os Estados Unidos se têm envolvido, direta ou indiretamente, em tudo quanto é conflito militar, e necessitam ampliar seu intervencionismo. Não por

acaso, reforçaram sua estratégia militarista, e vêm agindo no sentido do armamento mundial. O excesso de produção bélica força passagem no mercado, e projeta-se um novo surto de comércio de mercadoria letal.

A circunstância criada pelo ataque terrorista está sendo utilizada para fins estratégicos, de maior centralização do mundo em torno da política e dos interesses da maior potência capitalista. Está claro que se coloca a necessidade de radicalizar o intervencionismo na Colômbia, etc., contando para isso com o alinhamento do Brasil e outros. A ameaça terrorista agora pode ser manejada a favor da estratégia imperialista para a crise mundial, que se potencia. O resultado é a barbárie. O terrorismo é reflexo da barbárie já existente.

Os trabalhadores não podem ficar cegos, diante da campanha dos EUA e dos governos lacaios para obter apoio a seus objetivos militares. Trata-se de, ao contrário, organizar o movimento em defesa da autodeterminação nacional, fim de toda intervenção militar do imperialismo, fim da opressão nacional, contra a fome e miséria, e pela revolução proletária.

A classe operária internacional tem o dever de apontar o imperialismo saqueador e esfomeador dos povos como a fonte de todos os males. A resposta revolucionária está com a bandeira de destruição do capitalismo pela revolução socialista mundial. O que implica a construção do Partido Mundial da Revolução Proletária, ou seja, da IV Internacional. A extinção da opressão nacional e social é a condição para uma sociedade cooperada e voltada para a defesa da humanidade.

Nenhum apoio à ação bélica norte-americana!

Organizar a luta anti-imperialista, em defesa dos povos e nacionalidades oprimidas!

Unidade operária e dos demais explorados, em torno à estratégia da revolução mundial!

Posição frente ao ataque terrorista contra os Estados Unidos

Massas 223 - 11 de setembro de 2001

Três posições comparecem: 1) A dos governos e partidos da burguesia, que defendem os Estados Unidos contra o ataque. Trata-se de um posicionamento pró-imperialista; 2) A de correntes reformistas e estalinistas, que condenam tanto os Estados Unidos quanto o ataque por ser terrorista; 3) E a revolucionária, marxista, que condena apenas o imperialismo como fonte de todos os males, não condena o ataque, e apenas explica que o terrorismo é alheio, distinto e oposto ao método de luta da classe operária.

No primeiro caso, trata-se da solidariedade e do alinhamento de governos de nações imperialistas (opressoras) e semicoloniais (oprimidas), por detrás dos Estados Unidos, que preparam a guerra contra o Afeganistão, e planejam destruir por toda parte as organizações nacionalistas que se baseiam no método do terror, para reagir à opressão nacional. Trata-se, portanto, de uma posição da classe burguesa.

A segunda posição, com nuances à direita e esquerda, é centrista, expressa mais aproximadamente posições pequeno-burguesas. Condena-se, ao mesmo tempo, o imperialismo e o terrorismo anti-imperialista, colocando-os no mesmo plano, via-de-regra, dizendo que os Estados Unidos são culpados porque oprimem povos, e os terroristas pelo fato de derramarem sangue de vítimas inocentes e terror agravarem a crise, favorecendo o imperialismo.

Só aparentemente a segunda posição confunde-se com a terceira, que é proletária (marxista). Não condena o ataque e coloca-se na defesa dos países oprimidos e das organizações que praticam o terrorismo anti-imperialista, contra a estratégia militar do imperialismo de esmagá-los. Mas os marxista-leninista-trotskistas não reivindicam o conteúdo nacionalista e o método terrorista que se expressaram no atentado, como também explicam seu conteúdo de classe, oposto ao do proletariado. Ao mesmo tempo, defende a estratégia da revolução proletária, o programa socialista, internacionalista, a tática da frente única anti-imperialista a ser aplicada nos países semicoloniais, o armamento das massas, e o método da ação direta (greves, bloqueios, levantes populares e insurreição).

O combate ao imperialismo é fundamental para a destruição do capitalismo, e para pôr fim a toda forma de opressão. Estratégia essa que não pode ser encarnada pelo terrorismo nacionalista, uma vez que se mantém nos quadros da sociedade de classe e, portanto, das formas de opressão nacional e social.

O ataque à maior potência expressou uma reação ao esmagamento imposto pelo imperialismo no mundo todo, mas a organização ou organizações responsáveis, ainda desconhecidas, são incapazes de aglutinar a maioria nacional oprimida contra o imperialismo e seus aliados internos aos países semicoloniais, porque não são proletárias e praticam um método estranho.

Definidas as posições frente ao acontecimento de terça-feira (11/9), o novo problema é de como se posicionar diante da ofensiva militar dos Estados Unidos e seus aliados.

Bush exige que o Afeganistão entregue Osama bin Laden, ou



então desfechará a guerra. Os Estados Unidos procuram jogar os países da região – Paquistão, Emirados Árabes, Arábia Saudita, etc. –, contra o Afeganistão. Dizemos: não à entrega de bin Laden e sua organização, armar as massas para enfrentar o imperialismo, unidade em uma frente única anti-imperialista, para derrotar o invasor. Os revolucionários participarão dessa frente com seu programa e sua organização próprios, com total direito de crítica aos objetivos nacionalistas, e ao método terrorista. Colocamo-nos em defesa incondicional do Afeganistão, ou qualquer outro país oprimido que sofrer intervenção do imperialismo.

A crise econômica mundial tende a se agravar, tendo agora os Estados Unidos como carro chefe da desintegração capitalista. Isso significa que as potências impulsionarão os confrontos militares. Um novo salto para o armamentismo já está sendo dado. Recessão, desemprego, fome e miséria da maioria potencializarão as rebeliões das nações oprimidas contra o imperialismo, e a revolta dos trabalhadores contra a burguesia de seu país. Trata-se de dar expressão programática socialista a estas tendências objetivas. Coloca-se na ordem do dia o programa de independência nacional, de autodeterminação dos povos, defesa da vida das massas e de destruição do capitalismo pela revolução socialista mundial.

Faz-nos falta a Internacional e esta só pode ser a IV Internacional, que tem, como legado de Leon Trotsky, o Programa de Transição. É preciso trabalhar no interior dos acontecimentos, com o objetivo de construir o partido revolucionário em cada país, como parte da tarefa de reconstruir a IV Internacional. É com esse objetivo que respondemos a choques tão brutais, como o ocorrido e que virão a correr. Eles expressam a caracterização que vivemos na época de desintegração do capitalismo, de barbárie, de guerras e revoluções.

O grave é a crise de direção, que se instalou com a vitória do estalinismo, a destruição da III Internacional, e a restauração capitalista onde triunfou a revolução social. Mas, as contradições do capitalismo, na sua fase última do imperialismo, estão se encarregando de colocar para a classe operária recuperar seu lugar revolucionário em escala mundial.

Contra o imperialismo e sua guerra aos povos oprimidos!

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Imperialismo assassina Osama bin Laden. Viva Osama bin Laden!

2 de maio de 2011

O presidente dos Estados Unidos declarou a morte do homem mais procurado pelos Serviços Secretos das potências e dos países serviçais. Osama bin Laden, chefe supremo da Al-Qaeda, foi responsável pelo ataque ao World Trade Center, Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Com sua execução, assim, está vingada a morte de 2.974 vítimas do atentado terrorista, honrada a poderosa Nação norte-americana, e desfechado um duro golpe na Al-Qaeda.

Esse resultado se obteve com a invasão do Afeganistão, destruição do regime do Talibã, constituição de um governo comprometido com o narcotráfico, matança de milhares de afegãos, organização de uma rede de centros de torturas, entre eles o de Guantánamo, e decretação de combate ao denominado “eixo do mal”, selecionado por George W. Bush, que serviu de justificativa para invadir o Iraque, destituir o governo, devastar o país, matar milhares de opositores, e executar Saddam Hussein, bem como armar uma cruzada contra o Irã, a Síria e a Líbia, cujos governos destes dois últimos países capitularam.

O governo de Barack Obama pôs em festa os Estados Unidos, e quer que o mesmo aconteça no mundo todo, utilizando-se da gigantesca máquina de publicidade. O assassinato de Osama bin Laden é propagado como a libertação da humanidade do mal demoníaco. Não somente os americanos se veem livres de uma ameaça, como também todos os países que praticam a democracia e a liberdade. No auge do cinismo, Obama diz que o mundo se tornou mais seguro. E quem lhe deu essa nova condição foram os Estados Unidos, com suas armas.

Mas, o governo americano tomou o cuidado de alertar que o desaparecimento de Osama bin Laden não será o fim do terrorismo, e da Al-Qaeda, em particular. O que quer dizer que a ocupação do Afeganistão continuará. O Iraque não verá tão cedo a retirada de toda força de dominação. E a Líbia terá de se curvar perante os mísseis teleguiados. O guardião da humanidade e senhor das guerras garantiu que a segurança das multinacionais, e de todo tipo de saqueadores, corresponde à segurança do mundo.

O terrorismo contra os Estados Unidos e demais potências não surgiu da cabeça de um homem, alheio à história. Não, o terrorismo que sequestrou aviões e os lançou contra as Torres Gêmeas é resultado da opressão imperialista. A burguesia norte-americana se tornou a carniceira do mundo, suplantando a inglesa, alemã, francesa e japonesa.

O domínio das nações semicoloniais pela economia e pelas armas provoca reações. Osama bin Laden, um homem rico e decidido ao sacrifício, constituiu um fenômeno particular do povo árabe, do capitalismo atrasado, da feudal-burguesia, da história de opressão colonialista e do nacionalismo. O uso do terrorismo para se combater a opressão nacional não é novo.

A senda do colonialismo inglês, francês e italiano na Ásia e África ficou cravada pelas lutas nacionais, em que a resistência recorreu ao terrorismo. Uma forma dos mais fracos, dominados e pisoteados reagirem contra os opressores.

Não por acaso, Osama bin Laden começou sua vida política lutando contra a invasão da ex-União Soviética ao Afeganistão, invasão que expressou o estertor da burocracia estalinista. Os Estados Unidos armaram a resistência afegã. O Sr. Laden combateu as tropas russas em aliança com o imperialismo ameri-

O terrorismo contra os Estados Unidos e demais potências não surgiu da cabeça de um homem, alheio à história. Não, o terrorismo que sequestrou aviões e os lançou contra as Torres Gêmeas é resultado da opressão imperialista. A burguesia norte-americana se tornou a carniceira do mundo, suplantando a inglesa, alemã, francesa e japonesa.

cano. A sua escola foi a guerrilha afegã. Somente depois, se tornou adversário da maior potência, e recorreu à resistência pelo terrorismo.

O jovem proveniente de uma das famílias mais abastadas da Arábia Saudita decidiu usar seus recursos para uma causa nacionalista, revestida de religiosidade islâmica. Foi expulso pela monarquia pró-imperialista e sanguinária, justamente por não aceitar a vassalagem de seu país. Daí em diante, viveu sob a perseguição dos Estados Unidos. Osama bin Laden foi gestado no nacionalismo árabe radical, nacionalismo abandonado pelos governos, uns após outros. Governos monárquicos e ditatoriais, que se mostraram incapazes de empunhar a bandeira da autodeterminação e da independência nacional. Governos que entregaram as riquezas naturais às potências bloquearam o desenvolvimento econômico, e sacrificaram a maioria explorada. Osama bin Laden e a Al-Qaeda não seriam possíveis, sem que fosse essa realidade e sem que as massas árabes não odiassem os Estados Unidos. Enquanto perdurar o nacionalismo em uma parcela da burguesia, da pequena burguesia e das massas oprimidas nesses países, vergastados pelo colonialismo e pelo moderno imperialismo, o terrorismo será um método de resistência.

Não temos dúvida de que a classe operária internacional e a sua expressão incipiente nos países árabes é o futuro das transformações. Não por acaso, as massas se levantam no Norte da África e no Oriente Médio. Não se explica o terrorismo apenas pelas razões apontadas. A liquidação da III Internacional por Josef Stálin, e a posterior destruição de conquistas revolucio-

nárias na ex-União Soviética, China, Hungria, Cuba, Vietnã, etc. permitiram que o imperialismo reconquistasse espaços, e se lançasse com maior amplitude sobre as semicolônias, sem que o proletariado mundial pudesse combatê-lo, com seus métodos próprios de ação de massa, e com a tática da frente única anti-imperialista. O terrorismo da Al-Qaeda nunca constituiu perigo para o capitalismo e, portanto, para a dominação imperialista. Apenas o denuncia e põe às claras a sua brutal opressão. A classe operária, organizada em seus partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas, pelo contrário, constitui a única força histórica que eliminará toda forma de dominação e de opressão.

O marxismo não tem em seus métodos de ação o terrorismo individual, mas sabe diferenciar perfeitamente a violência do opressor e do oprimido; a dominação imperialista dos povos e a reação do nacionalismo burguês e pequeno burguês. O imperialismo – perfeitamente o sabemos – não será derrotado pelos métodos da Al-Qaeda. Não há dúvida de que o terrorismo expressa a decomposição do capitalismo, e a ferocidade de sua forma imperialista. O assassinato do Sr. Osama bin Laden é a mostra mais cristalina da barbárie burguesa. Expõe, sem as máscaras da democracia e da liberdade capitalistas, o perigo

20 anos dos atentados de 11 de setembro de 2021

que corre a humanidade, sob a guarda dos Estados Unidos.

Osama bin Laden, assassinado pelos Estados Unidos! Viva Osama bin Laden!

Fim de todas as ocupações militares pelas potências! Fora os Estados Unidos do Afeganistão e do Iraque! Fora a ONU imperialista do Haiti e da Costa do Marfim!

Fim imediato dos ataques da coalizão imperialista à Líbia! Pela autodeterminação dos povos!

Viva a luta anti-imperialista dos povos oprimidos!

Acabemos com o capitalismo, que assim se extinguirá toda forma de violência do homem sobre o homem!

Construamos o Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional!

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Dez anos do ataque ao World Trade Center

11 de setembro de 2011

Não poderia ser diferente: os Estados Unidos comandam uma campanha mundial de condenação do atentado terrorista, desfechado pela Al Qaeda, sob a orientação de Osama bin Laden. No Brasil, a grande imprensa, os tais dos especialistas, intelectuais, etc. serviram aos propósitos do imperialismo. Não se pôde ler ou ouvir alguma explicação séria e consistente sobre o espetacular ataque à potência dominante. Não se estabeleceram os nexos entre a opressão colonialista dos Estados Unidos, o nacionalismo árabe, e a resistência de organizações que assumiram o método terrorista de luta.

Inventou-se a tese de que o atentado mudou a situação econômica dos Estados Unidos e, de certa forma, do mundo. Via-de-regra, as críticas recaíram na reação errada e desproporcional do presidente George W. Bush. Enfatizou-se o reparo de que os muçulmanos e o Islã não podem ser confundidos com o terrorismo, nem responsabilizados pelos atos de bin Laden – o que é correto. Apontou-se, nesse sentido, o absurdo da posição de Bush, que os Estados Unidos enfrentavam um “choque de civilizações”, de um lado o Ocidente moderno, globalizado; de outro os bárbaros que, sob o manto do islamismo, resistem às mudanças. Não se poderia, também, deixar de condenar as mentiras de Bush, usadas para ocupar militarmente o Iraque, desconhecendo a tal da “comunidade internacional” (uma máscara para o domínio das potências). Quanto ao Afeganistão, uma ou outra voz baixinha, e de leve timbre, lançou uma sombra de dúvida, se foi necessária a sua ocupação. Nenhuma condenação em voz alta e veemente transpareceu na grande imprensa brasileira. Reproduziu-se a restrição, já asentada, de que a invasão do Afeganistão contou com o apoio da “comunidade”, e teve um motivo claro de combate ao terrorismo,

enquanto que a do Iraque se deu a despeito da ONU, etc.

A tarefa jornalística e ideológica, de acobertar a opressão imperialista, e de pintar bin Laden como “fascínora” e “genocida”, e a Al Qaeda como um perigo à paz mundial e à humanidade, foi bem cumprida pelos lacaios dos Estados Unidos. Em meio ao bombardeio ideológico da máquina publicitária, reuniram-se dados conhecidos. Basta uma análise correta para se identificar a raiz de 11 de setembro de 2001. Eis: 1) Os mortos do atentado totalizaram 2.976; 2) Dados, tardiamente apurados pela ONU, constam 11,7 mil civis mortos no Afeganistão, 10 mil insurgentes, 8,8 mil da força de segurança do governo, e 2,7 mil militares da força de ocupação, portanto, 33,2 mil mortos; 3) Enorme quantidade de feridos graves, amputados e desequilibrados; 4) 1,28 trilhão de dólares foram gastos pelos Estados Unidos, até março; 5) 649 bilhões de dólares formam o orçamento federal para a segurança. Podemos acrescentar outro dado, dos dez anos de guerra e ocupação, envolvendo o Afeganistão, Paquistão e Iraque: 137 mil civis mortos.

Os números astronômicos dos gastos com a guerra avultariam ainda mais, se as potências envolvidas revelassem o dispêndio total, bastaria que a Inglaterra, França, etc. apresentassem suas contas.

Não custa nada para um pacifista, democrata ou economista de bom senso concluir que o melhor e acertado era ter aplicado o gigantesco montante na economia, na produção, na saúde ... e que os Estados Unidos precisam voltar a ser produtivos. Também é de graça dizer que a brutal elevação dos gastos com a segurança é uma reação ao terrorismo e que, portanto, contribuiu para a crise econômica, e que 11 de setembro é um marco da virada da situação nos Estados Unidos. E não é difícil ao jornalismo observar, nas

entrelinhas, que o número de civis mortos na guerra do Afeganistão é quarenta vezes maior em relação aos do ato terrorista. A burguesia e seus representantes não têm como condenar o atentado, sem defender o imperialismo.

A posição da política proletária, portanto, marxista-leninista-trotskista, é outra. O terrorismo é combatido como método alheio à revolução social ou política. É prejudicial à causa revolucionária, uma vez que consiste no ato individual da violência. Acaba favorecendo os opressores.

A organização Al Qaeda justificou o atentado ao WTC em defesa do Iraque e do povo palestino, do combate ao apoio norte-americano ao Estado sionista de Israel, e contra a existência de tropas dos Estados Unidos na Arábia Saudita. Todas são causas justas. A intervenção imperialista da mais poderosa potência viola a autodeterminação das nações, e impõe-lhes condições econômico-sociais adversas. O Estado de Israel e a expansão territorial sionista esmagam os palestinos. Nesse exato momento, o imperialismo bombardeia a Líbia, e impõe a derrubada do governo de Muammar Kadafi. Não faltam motivos, portanto, para ações terroristas. Não obstante, esse método não levará as nações oprimidas a se levantarem contra o imperialismo, e conquistarem a independência nacional. Essa tarefa própria dos países capitalistas de economia atrasada virá tão-somente com a revolução social, cujo um dos objetivos é alcançar a emancipação nacional, portanto, de conteúdo histórico anti-imperialista.

A violência, à margem das massas e de sua evolução política, não corresponde ao programa da revolução e à classe que a dirigirá, ou seja, ao proletariado. Eis por que a organização construída por bin Laden – a Al Qaeda – não vai além de proposições nacionalistas e de orientação pequeno-burguesa. Por mais espetacular que tenha sido o ataque, com aviões de passageiros sequestrados e dirigidos contra o WTC e as instalações do Pentágono, não fez senão despertar a ira da burguesia norte-americana, e dar-lhe uma justificativa para impulsionar as tendências bélicas do capitalismo decadente. O imperialismo soube usar muito bem o alibi em favor da dominação e do colonialismo.

É verdade que o intervencionismo militar não ocorreu e ocorre sem contradições. A principal delas é a resistência da população afgã e iraquiana aos ocupantes de seus países. Os Estados Unidos e seus aliados, com todo o aparato bélico, não puderam estabilizar seu domínio e se encontram na posição de derrotados. Não pelo terrorismo, mas pela resistência nacional armada, envolta pelas massas. O sentimento antiamericano das populações das regiões conflagradas reflete posições anti-imperialistas, e estas servem à resistência da guerra irregular, travada no Afeganistão e no Iraque contra os invasores. Não se trata, portanto, de condenar o terrorismo e em particular a Al Qaeda diante dos saqueadores e carneiros do mundo. Trata-se de rejeitá-lo perante as massas exploradas, como método ineficaz de luta, e por seu conteúdo nacionalista pequeno-burguês e burguês.

Tem sido difícil para as correntes centristas de esquerda aplicar essa diretriz do marxismo-leninismo-trotskismo, em especial os morenistas do PSTU.

Posta essa posição, os números apresentados pelos analistas na grande imprensa ficam mais claros, e torna-se mais fácil entender a questão da crise norte-americana. A matança de civis e não civis pelas forças de ocupação não tem comparação com os 2.976 do ataque terrorista. A explicação está em que os Estados Unidos não desencadearam uma “guerra ao terrorismo”, mas a nações oprimidas. A



visão do Estado imperialista é de que, se a população e o governo constituído não lhes entregam os agentes do terror, devem pagar por isso. Na realidade, não se tratava apenas de liquidar a Al Qaeda e outros grupos, mas fundamentalmente de romper a linha de força do nacionalismo, que limitava o saque imperialista.

A bandeira de Bush, de que os Estados Unidos não se prenderiam a nenhuma regra para vencer o terrorismo, assustou os pacifistas e democratizantes oriundos da pequena-burguesia norte-americana. O cerceamento de direitos civis internos se mostrou uma gota d'água, diante da chacina no Afeganistão e Iraque, e da rede de centros de tortura espalhados em vários países, um deles escancarado em Guantánamo.

O extraordinário gasto de 200 bilhões de dólares mensais para manter a ocupação do Afeganistão e Iraque, e corromper a fração pró-imperialista interna, e a consequente elevação do déficit orçamentário dos Estados Unidos, não é a causa da crise. Pelo contrário, embora a potencialize, não passa de um de seus reflexos. Basta se ver que a dívida federal passou de 10,3 trilhões de dólares, em 2001, para 14,6 trilhões, em 2011, em função de uma política econômica voltada a manter os negócios dos trustes industriais, comerciais e dos banqueiros. As guerras de ocupação serviram de válvula de escape para a indústria armamentista, e para grupos empresariais preparados para a “recuperação” dos países devastados.

A eclosão da crise de 2008 se deu com o esgotamento da capacidade de endividamento da população. O que antes havia impossibilitado contornar a superprodução. Os artifícios financeiros funcionaram até certo ponto, convertendo-se em bancarrota. A superprodução se apresentou em toda sua extensão mundial. A constatação de que os Estados Unidos vinham caminhando bem, até 2001, com significativa taxa de crescimento, baixa taxa de desemprego, e superávit fiscal, só expõe que já não havia terreno para continuar a marcha ascendente. O atentado da Al Qaeda não poderia, por si mesmo, alterar o curso econômico.

As portentosas contradições da crise estrutural do capitalismo empurraram George W. Bush ao expansionismo colonialista. As guerras destroem forças produtivas e alimentam a indústria bélica. Os enormes gastos militares agigantaram o déficit federal, que crescia a passos largos, sob a diretriz do endividamento implantada pelo governo republicano. Observa-se que vários estados da federação se encontram em situação financeira precária. A superprodução alimenta o esbanjamento e a dilapidação de riqueza acumulada, até o momento em que a burguesia e o Estado não têm como evitar que o excesso de mercadorias se transforme em

retração, estagnação, recessão e depressão.

Os Estados Unidos dependem em grande medida do mercado externo, do saque das economias semicoloniais e da poupança internacional. E o mercado mundial, os saqueados e poupadores dependem do carro chefe americano. As contradições entre a economia globalizada e as fronteiras nacionais emergem poderosamente, e precipitam a crise. Na sua base, movimenta-se a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, na forma altamente monopolizada a que chegou a fase imperialista do capitalismo. A gigantesca capacidade de produção se choca com a propriedade monopolizada, e com o capital financeiro concentrado e centralizado. Inúmeras foram as crises do pós-guerra, mas, via de regra, mais ou menos localizadas.

Tudo indica que 2008 é um marco de uma crise mais ampla e profunda. Os Estados Unidos, inevitavelmente, se tornaram em seu epicentro, como o foi a Alemanha, no início e meados do XX, protagonizando as duas guerras mundiais, por uma nova divisão rapina do mundo. O espetáculo do desmoronamento do World Trade Center, muito bem explorado, e os quase três mil mortos inesperados, criaram a imagem de que o terrorismo assumia uma capacidade devastadora, e que nele se concentraria a política externa norte-americana. Na expressão de Bush – “guerra ao terror”. Serviu, assim, de paramento, para ocultar a emersão das tendências bélicas, as necessidades da potência de usar sua máquina de guerra, e exercer a sua hegemonia nas novas condições que se abriam com a crise de superprodução.

A tentativa de atribuir ao ataque terrorista a causa da crise econômica nos Estados Unidos e da perturbação da “paz mundial” não passa de caricatura jornalística. As massas norte-americanas estão conhecendo a face do capitalismo imperialista da América do Norte, e esperando que o espectro de 1929 não passe de uma sombra do passado, e que logo se dissipe. O que não é o mais provável. O alto desemprego, a inadimplência das famílias americanas e os despejos, bem como os resultados desastrosos das ocupações do Afeganistão e Iraque, com seus mais de 6 mil soldados mortos e milhares de mutilados, ofuscam o cerimonial dos 10 anos.

Ataque terrorista do EI-K expõe as contradições do novo governo Talibã

Em 26 de agosto, milhares de afegãos aglomeravam-se, perante os portões do aeroporto de Cabul. Soldados norte-americanos revistavam-nos, procurando os 10 mil com “direito a reassentamento”, quando um jihadista detonou um potente explosivo, matando 180 civis afegãos e 13 soldados norte-americanos. O ataque foi reivindicado pelo Estado Islâmico-Khorosan (EI-K).

Dois dias depois, drones dos EUA mataram dois militantes do EI-K. O porta-voz do Comando Central dos EUA, Bill Urban, alertou que estariam se preparando novos ataques, e que as forças armadas estadunidenses estavam em “estado de alerta máxima”. Um dia depois, um novo ataque aéreo alvejou um veículo, onde alegadamente encontrar-se-iam membros do EI-K. No bombardeio, foram destroçados dez civis, todos membros de uma mesma família – metade deles crianças.

Urban justificou o ataque, afirmando que contavam com “informações críveis” de que o carro seria usado para um “ataque iminente”. Disse, todavia, que a grande explosão que seguiu à queda

20 anos dos atentados de 11 de setembro de 2021

Na data trágica de 11 de setembro, a classe operária deve responsabilizar a burguesia americana pelos mortos do World Trade Center, e pela matança no Irã e Iraque. E, agora, na Líbia.

O significado mais profundo desses acontecimentos se encontra na impossibilidade de o capitalismo continuar a desenvolver as forças produtivas e, conseqüentemente, empurrando inexoravelmente a humanidade para a barbárie.

Vivemos a época da barbárie ou do socialismo, da contrarrevolução e da revolução. O processo de restauração burguesa na ex-União Soviética, no Leste Europeu, na China e em Cuba deu prova suficiente de que o capitalismo não tem como se renovar. Nesses países, em que a revolução proletária abriu caminho para a superação do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional, o triunfo da contrarrevolução, auxiliada pelo estalinismo, abre as portas para a barbárie. No entanto, não foi e não é possível eliminar o programa histórico do comunismo! Instintivamente, o proletariado e os demais explorados, bem como as populações oprimidas pelo imperialismo e seus aliados internos, começam a se movimentar, em direção à expropriação da propriedade dos meios de produção e a sua transformação em propriedade coletiva. É mais provável que a crise de direção não seja resolvida rapidamente. Terá de percorrer um longo caminho de desintegração do capitalismo e de renhida luta de classes e de conflito entre nações. O fundamental é que amadurecem as condições para construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, e para reconstruir a IV Internacional.

O terrorismo será erradicado, não pela violência contrarrevolucionária do imperialismo, mas com as massas se dirigindo à revolução proletária.

Em defesa da autodeterminação das nações e povos oprimidos!

Enfrentar o imperialismo com o programa da revolução e ditaduras proletárias!

Responder à crise mundial com o internacionalismo proletário!

do míssil seria um indicador da “presença de grande quantidade de material explosivo”.

Durante 20 anos, os imperialistas ceifaram a vida de mais de 100 mil afegãos (de 4 mil a 10 mil militantes do Talibã). Eis a real face “humanitária” e “civilizada” dos algozes dos povos, que invadem países, e dizimam populações, objetivando garantir os lucros bilionários da casta de parasitas monopolistas e oligarcas financeiros. Ficam também na conta dos carneiros do mundo, os mais de 100 mil afegãos abandonados à própria sorte no aeroporto.

O fundamental reside em que o ataque terrorista do EI-K expôs as contradições que enfrenta o Talibã, para firmar seu novo governo. Para consolidar seu almejado Califado Islâmico, está obrigado a constituir um poder político estável, e centralizar as forças militares e tribais, fonte de permanentes divisões internas e choques sectários. Foram essas divisões que facilitaram a invasão e ocupação imperialista do país que, apoiada na Aliança do Norte, derrubou o governo do Talibã (1996-2001). De maneira que o

novo governo – apresentado oficialmente em 7 de setembro – cuidou de incluir as lideranças das principais frações do movimento talibã. É parte dessa estratégia, sua proposta de reatar os laços diplomáticos com as potências imperialistas. De fato, conciliar os interesses sectários exige que se mantenham as linhas creditícias e o financiamento externo, que permitam manter em pé a raquítica economia nacional, garantir a subsistência de milhões de afegãos, que recebem ajuda do exterior e, desse modo, evitar uma luta intestina entre as frações sectárias e tribais do Talibã, pelo controle dos recursos e fontes de financiamento estatal.

Mas, para isso, também deve vencer a resistência dos governos imperialistas, que receiam continuar com a “ajuda humanitária” e os investimentos, por considerar que o Talibã não oferece garantias de que irá cumprir sua palavra, de respeitar os “direitos humanos”, formar um “governo inclusivo”, e preservar os ativos e investimentos estrangeiros no país. Para os EUA, significaria reconhecer um governo que inclui, como ministro do Interior, Sirajuddin Haqqani, que consta na lista de “terroristas” mais procurados pelo FBI. Porém, não reconhecer o governo do Talibã, e se negar a reatar laços, seria uma medida contrária aos interesses imperialistas, de barrar o avanço da influência chinesa na Ásia. A China estabeleceu relações com o novo governo Talibã, visando a fortalecer suas posições na guerra comercial (seu interesse reside na exploração das ricas jazidas de minérios existentes no país) e na disputa pelo controle de territórios estratégicos da região.

É provável que essas manobras do Talibã possam, conjuntamente, equacionar as divisões internas, e bloquear os choques sectários, garantindo, aos senhores feudais e lideranças sectárias, uma parte dos milionários ingressos de exportações e impostos internos às empresas estrangeiras. Mas, quanto mais avançar por essa trilha, mais também terá de recorrer à repressão das frações, movimentos e tribos deslocadas do poder e, particularmente, contra os movimentos e organizações jihadistas, que continuarão a desenvolver a “jihad” (guerra santa) contra as representações diplomáticas e comerciais dos “inimigos do Islã”. Fundamentalmente, terão de enfrentar a revolta das massas oprimidas, que arcarão com as consequências da superexploração assalariada e o saque das riquezas, para garantir a lucratividade das empresas estrangeiras.

Essas contradições se manifestaram em 26 de agosto. O acordo entre o Talibã e os EUA e aliados foi caracterizada como uma traição pelo EI-K, decidindo assim por continuar a “jihad”. O ataque terrorista configurou um tapa na cara do vitorioso movimento Talibã, demonstrando as dificuldades que agora terá o novo governo, para conter as forças centrífugas do movimento radical islâmico. E alertou ao Talibã dos perigos de seu governo servir de guarda-chuvas às organizações jihadistas que ainda operam na região. A proteção que os talibãs ofereceram à Al-Qaeda e ao seu líder, Osama bin Laden serviu de justificativa ao intervencionismo imperialista, e levou a sua derrocada do poder. É provável, portanto, que se decida agora por esmagar qualquer movimento que venha a se erguer em entrave aos seus objetivos políticos de firmar seu poder. Vale também, como exemplo, dessas contradições, o que aconteceu com a Aliança do Norte, do Vale de Panjshir. Após a vitória do Talibã, este anunciou que resistiria com as ar-

mas. Mas, imediatamente, teve de enfrentar uma ofensiva militar contra seus territórios. Ao fecharmos estas linhas, os “aliancistas”, derrotados, recuavam para as montanhas, para continuar com a luta guerrilheira contra o Talibã.

Os EUA se prontificaram a “prestar ajuda” militar ao Talibã, caso se decida combater o EI. E os considerados “terroristas”, até o ano passado, podem vir a ser, sob as novas condições, novos aliados do imperialismo, para combater o “terrorismo jihadista”. Idênticas exigências e propostas fez o governo chinês, relutante que a “jihad” islâmica se estenda à região chinesa de maioria mu-

çulmana Iur. Eis por que os explorados e oprimidos nunca devem se submeter à campanha ideológica das potências contra os movimentos radicais islâmicos, que descaracteriza o real conteúdo social e nacional dos movimentos nacionalistas islâmicos, e os métodos aplicados pelos oprimidos contra seus algozes.

O certo é que, quanto mais o Talibã se acomodar às pressões externas, e mais se submeter aos ditames das potências, mais exporá sua impotência para conquistar a autodeterminação nacional, em cuja base está a resolução das tarefas democráticas

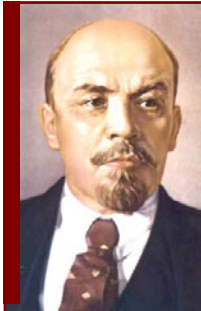
e a unificação nacional. O principal obstáculo para realizar essas tarefas se encontra na própria estruturação histórica e social do movimento dos talibãs, que deita suas raízes no primitivismo tribal, na propriedade feudal da terra, e no baixo desenvolvimento capitalista. Eis por que, apesar de sua vitória ter sido possível por encarnar as tendências anti-imperialistas das massas afegãs, seu governo continuará a se arrastar no atraso, no arcaísmo de suas organizações, e em meio às permanentes divisões internas. Essas condições favorecem as manobras das potências, de usar o novo governo para preservar seus interesses gerais.

Somente um governo operário e camponês poderá dar uma solução revolucionária às tarefas democráticas, e conquistar a real independência nacional perante as nações opressoras. A revolução agrária e a industrialização por meio da expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, e sua transformação em propriedade social, permitirão superar o atraso secular do país, democratizar as relações civis e políticas, e dar firmes passos para a autodeterminação nacional.

O problema reside no pouco desenvolvimento social da classe operária afegã, comprimida como está, pela permanência das relações feudais sobre a propriedade da terra, o primitivismo tribal e o raquítico desenvolvimento industrial. Entretanto, tem a seu favor o fato de se constituir em uma fração do proletariado mundial, que conta com um programa e métodos provados pela história.

Eis a fundamental importância de, em nossos países, trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que guiará e ajudará a classe operária dos países semicoloniais do Oriente Médio e Ásia Central, a assumir seu lugar à frente da nação oprimida. A confluência de esforços da vanguarda com consciência de classe que, em cada país, trabalha por superar a crise de direção revolucionária mundial, permite ao proletariado, afegão e árabe em geral, travar a luta contra o obscurantismo, o reacionarismo feudal, os métodos terroristas e a campanha reacionária do imperialismo no seio das massas oprimidas, sob seu programa e estratégia de poder.

(...) os explorados e oprimidos nunca devem se submeter à campanha ideológica das potências contra os movimentos radicais islâmicos, que descaracteriza o real conteúdo social e nacional dos movimentos nacionalistas islâmicos, e os métodos aplicados pelos oprimidos contra seus algozes.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 646, iniciamos a exposição do XI Congresso do Partido Comunista da Rússia, em que Lênin acentua os problemas práticos da reconstrução econômica, e o funcionamento do aparato do Estado soviético. Analisa a Nova Política Econômica como um retrocesso necessário, imposto pelas condições objetivas da economia e da relação entre o proletariado e o campesinato. Insiste em demonstrar que a transição do capitalismo em socialismo nem sempre ocorre na forma de avanços, mas que os recuos obrigatórios devem ser claramente evidenciados, e expostos seus limites, de acordo com o objetivo da transformação socialista.

A noção de retrocesso aplicado nas condições em que a burguesia foi derrotada, mas que o proletariado necessita do apoio das massas camponesas para se manter no poder, e dar continuidade às transformações originadas da revolução, evidencia a aplicação do materialismo histórico. Diz Lênin, em resposta às críticas do grupo “oposição operária”: *“O retrocesso é difícil, especialmente para os revolucionários que estão acostumados a avançar, e especialmente quando estão acostumados a avançar com êxitos gigantescos, durante vários anos; especialmente se estão rodeados de revolucionários de outros países, que somente sonham em começar a ofensiva (...) Era claro para nós que, por mais que, durante muitos anos, tínhamos avançado com tanto êxito, e obtido vitórias tão extraordinárias (isso em um país assombrosamente arruinado, privado de recursos materiais!) para consolidar esse avanço (...) era indispensável que retrocedêssemos. Não podíamos conservar todas as posições tomadas no primeiro assalto. Por outro lado, somente porque, na crista da onda do entusiasmo dos operários, conquistamos tanto no primeiro assalto, tivemos espaço para retroceder uma grande distância, e podemos retroceder agora ainda mais, sem perder nossas posições principais e fundamentais. Em geral, o retrocesso se faz bastante ordenado, ainda que algumas vezes de pânico, entre as quais se encontravam as da ‘oposição operária’, (...) causaram perdas em nossas fileiras, provocaram atos de indisciplina, e alteraram a ordem em que se devia realizar o retrocesso”.*

Lênin explica detalhadamente o sentido do retrocesso que significava a Nova Política Econômica, e os perigos da trazia em suas entranhas, o que implicava clareza política do partido e das organizações soviéticas, para realizá-lo disciplinadamente e com competência.

Uma luta se travava entre os agentes da burguesia e o proletariado, sob a direção de seu partido e de seu Estado, para influenciar as massas camponesas, que se viam sobressaltadas pela economia arruinada. Didaticamente, Lênin expõe o momento da luta de classes em que se encontrava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), depois do fim da guerra civil. *“Os capitalistas criam um vínculo econômico com os camponeses para se enriquecer; vocês devem criar um vínculo com a economia camponesa para reforçar o poder econômico de nosso Estado proletário. Vocês têm uma vantagem sobre os capitalistas, pois, o poder estatal está em suas mãos, vocês têm à sua disposição uma série de meios econômicos, mas não sabem fazer uso deles”.*

Nessa passagem, Lênin mostra que uma das maiores dificuldades de realizar o retrocesso, para em seguida passar para a ofensiva, se encontrava na *“falta de cultura nas camadas de comunistas que cumprem funções de direção”*. Lênin recorre à história, para exemplificar o que se passava com os dirigentes: *“Se o povo vencedor é mais culto que o povo vencido, impõe, a este, sua cultura. Mas, caso contrário, o povo vencido impõe sua cultura ao vencedor”*. Estava, portanto, posta a luta por superar o atraso dos dirigentes, responsáveis por aplicar as medidas determinadas pelo congresso do partido. E o ponto de partida estava em aproveitar o máximo do legado mais avançado do capitalismo, no que se referia às necessidades da construção econômica. Dessa formulação, Lênin adentra a explicação de que era preciso *“diferenciar cuidadosamente os problemas que a revolução havia resolvido por completo, e que passaram irrevogavelmente à história como uma ruptura com o capitalismo de transcendência universal”*.

Em resposta aos mencheviques, que diziam que isso era uma revolução burguesa, referindo-se às diretrizes econômicas, Lênin afirma taxativamente: *“Nós decidimos que nossa tarefa é a de levar a revolução burguesa ao seu término”*. (...) *“Temos colocado agora a tarefa de estabelecer as bases da economia socialista. Isso foi feito? Não, não foi feito. Ainda nos faltam as bases socialistas. Os comunistas que imaginam que temos essas bases estão profundamente equivocados. Todo problema consiste em distinguir, firme, clara e serenamente, o que é mérito histórico da revolução russa – o que não temos feito bem – do que ainda não está criado, e do que teremos de voltar a fazer ainda, muitas vezes. O problema, portanto, é o de determinar qual era a tarefa principal, que permitiria dar continuidade às conquistas da revolução”*.

Observamos o empenho de Lênin em expor programaticamente o momento em que se encontrava o processo revolucionário, o que implicava formular teoricamente as tarefas da situação concreta, e determinar claramente os seus aspectos práticos. Caminhando para o final de sua exposição, Lênin chama a atenção do Congresso. Estava colocado, na ordem do dia, estabelecer a relação entre os organismos superiores governamentais e o partido. Fica visível o quanto difícil e complicado era essa relação. Em resposta a Preobrazhenski sobre o capitalismo de Estado, Lênin refere-se à importância de haver *“completa unanimidade em que o aparato do partido deve ser separado do aparato soviético”*. Esse aspecto foi tocado de passagem, mas se mostrou muito importante. Havia de entender a impossibilidade de *“separar mecanicamente os problemas políticos dos problemas organizativos”*. (...) *“A política é a economia concentrada”*.

Como se vê, o XI Congresso, ao discutir as questões práticas da Nova Política Econômica, lançou luz sobre o funcionamento do aparato estatal soviético e o partido, nas condições em que se mantinham na ilegalidade os mencheviques e os socialistas revolucionários, que passaram a funcionar como agentes da contrarrevolução, no momento mais difícil da reconstrução econômica e da relação entre o campesinato e o proletariado.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXVI, Akal Editor)